



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO (CONSEPE)

N.º 46/2009

(Atualizada pela Resolução Consepe nº 24/2018)

Dispõe sobre o Projeto Pedagógico do Curso de Geografia, *Campus* de Araguaína.

O Egrégio Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – Consepe, da Fundação Universidade Federal do Tocantins – UFT, reunido em sessão no dia 11 de dezembro de 2009, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar o Projeto Pedagógico do Curso de Geografia, *Campus* de Araguaína.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor a partir desta data.

Palmas, 11 de dezembro de 2009.

Prof. Alan Barbiero
Presidente



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS ARAGUAÍNA
COLEGIADO DE GEOGRAFIA
LICENCIATURA EM GEOGRAFIA**

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE
GEOGRAFIA
2009**

(Atualizado pela Resolução Consepe nº 24/2018)

ARAGUAÍNA, dezembro de 2009



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS ARAGUAÍNA
COLEGIADO DE GEOGRAFIA
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA**

Administração Superior

Dr. Alan Kardec Martins Barbiero
Reitor

Dr. José Expedito Cavalcante da Silva
Vice-reitor

José Pereira Guimarães Neto
Pró-reitor de Administração e Finanças

Dra. Isabel Cristina Auler Pereira
Pró-reitora de Graduação

Dr. Márcio Antônio da Silveira
Pró-reitora de Pesquisa e Pós-Graduação

Msc. Marluce Evangelista Carvalho Zacariotti
Pró-reitora de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários

Dr. Pedro Albeirice da Rocha
Pró-reitor de Assuntos Estudantis

Msc. Rafael José de Oliveira
Pró-reitor de Avaliação e Planejamento

SUMÁRIO

1 - CONTEXTO INSTITUCIONAL	6
1.1 - Histórico da Universidade Federal do Tocantins (UFT)	6
1.2. A UFT no Contexto Regional e Local	8
1.3. Perfil Institucional	9
1.4. Missão Institucional	11
1.5. Estrutura Organizacional	12
2 - CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO	15
2.1. Nome do Curso/Habilitação	15
2.2. Modalidade do curso	15
2.3. Endereço do Curso	15
2.4 . Ato Legal de Reconhecimento do Curso (ou autorização de funcionamento)	15
2.5. Número de Vagas.....	15
2.6. Turno de funcionamento.....	15
2.7. Direção do Campus	15
2.8. Coordenadora do Curso.....	15
2.9. Relação Nominal dos(as) membros do Colegiado de Curso.....	16
2.9. Comissão de elaboração do PPC	17
2.10. Dimensão das turmas teóricas e práticas.....	17
2.10.1. Dimensões da Prática como ‘componente curricular’ e o Estágio Curricular Supervisionado.....	18
2.11. Histórico do curso: sua criação e trajetória	20
3 – ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA.....	23
3.1. Administração Acadêmica	23
3.2. Coordenação Acadêmica	25
3.3. Projeto Acadêmico de Curso	26
3.3.1. Justificativa	26
3.3.2. Objetivos do Curso.....	28
3.3.3. Perfil Profissiográfico	29
3.3.4. Competências, atitudes e habilidades.....	29
3.3.5. Campo de atuação profissional	30
3.3.6. Organização Curricular	30
EMENTÁRIO DOS COMPONENTES CURRICULARES	36
PRIMEIRO SEMESTRE	36
SEGUNDO SEMESTRE	41
TERCEIRO SEMESTRE.....	48
QUARTO SEMESTRE	54
QUINTO SEMESTRE	60
SEXTO SEMESTRE	66
SÉTIMO SEMESTRE	71
OITAVO SEMESTRE.....	77
DISCIPLINAS OPTATIVAS	81
3.3.7 Interface pesquisa e extensão	94
3.3.8. Interface com programas de fortalecimento do ensino: Monitoria, PIBID, PET	101
3.3.9. Interface com as Atividades Complementares	102
3.3.10. Estágio Curricular Obrigatório e Não-Obrigatório	103
3.3.11. Prática Profissional.....	105
3.3.12. Trabalho de Conclusão de Curso	106
3.3.13. Procedimentos de avaliação do processo de ensino-aprendizagem e do projeto acadêmico do curso de Geografia	106

3.3.14. Ações implementadas em função dos processos de auto-avaliação e de avaliação externa (ENADE e outros)	113
4 - CORPO DOCENTE, CORPO DISCENTE E CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	116
4.1. Formação acadêmica e profissional do corpo docente efetivo	116
4.2. Condição de trabalho	117
4.3. Composição e titulação do Núcleo Docente Estruturante (NDE)	119
4.3.1. Ações do NDE para implantação e consolidação do PPC	120
4.4. Produção de material didático ou científico do corpo docente efetivo	121
4.5. Formação e experiência profissional do corpo técnico-administrativo que atende o Curso	131
4.5.1. Secretária Acadêmica	131
4.5.2. Secretária de Curso	131
4.6. Corpo discente - Representante Estudantil no Colegiado	133
5 - INSTALAÇÕES FÍSICAS E LABORATÓRIOS	133
5.1. Laboratórios e Instalações	133
5.2 Biblioteca	133
DIVISÃO DO ACERVO.....	133
Livros	133
Periódicos	134
Jornais	134
Periódico eletrônico	134
Outros materiais	135
Política de atualização do acervo	135
5.3. Instalações e equipamentos complementares	136
5.4 Área de lazer e circulação	136
5.5. Recursos audiovisuais	137
5.6. Acessibilidade para portador de necessidades especiais	137
5.7. Sala de Direção de Campus e Coordenação de Curso.....	137
6. REFERÊNCIAS	138
7. APÊNDICES/ANEXOS.....	139

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GEOGRAFIA- CAMPUS ARAGUAÍNA

1 - CONTEXTO INSTITUCIONAL

1.1 - Histórico da Universidade Federal do Tocantins (UFT)

A Fundação Universidade Federal do Tocantins (UFT), instituída pela Lei 10.032, de 23 de outubro de 2000, vinculada ao Ministério da Educação, é uma entidade pública destinada à promoção do ensino, pesquisa e extensão, dotada de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, em consonância com a legislação vigente. Embora tenha sido criada em 2000, a UFT iniciou suas atividades somente a partir de maio de 2003, com a posse dos primeiros professores(as) efetivos(as) e a transferência dos cursos de graduação regulares da Universidade do Tocantins – UNITINS, mantida pelo estado do Tocantins.

Em abril de 2001, foi nomeada a primeira Comissão Especial de Implantação da Universidade Federal do Tocantins pelo então Ministro da Educação, Paulo Renato Souza, por meio da Portaria de nº 717, de 18 de abril de 2001. Essa comissão, entre outros, teve o objetivo de elaborar o Estatuto e um projeto de estruturação com as providências necessárias para a implantação da nova universidade. Como presidente dessa comissão foi designado o Prof. Dr. Eurípedes Vieira Falcão, ex-reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Em abril de 2002, depois de dissolvida a primeira comissão designada com a finalidade de implantar a UFT, uma nova etapa foi iniciada. Para essa nova fase, foi assinado em julho de 2002, o Decreto de nº 4.279, de 21 de junho de 2002, atribuindo à Universidade de Brasília (UnB) competências para tomar as providências necessárias para a implantação da UFT. Para tanto, foi designado o Prof. Dr. Lauro Morhy, na época, Reitor da Universidade de Brasília, para o cargo de Reitor *pró-tempore* da UFT. Em julho do mesmo ano, foi firmado o Acordo de Cooperação nº 1/02, de 17 de julho de 2002, entre a União, o estado do Tocantins, a UNITINS e a UFT, com interveniência da Universidade de Brasília, com o objetivo de viabilizar a implantação definitiva da Universidade Federal do Tocantins. Com essas ações, iniciou-se uma série de providências jurídicas e burocráticas, além dos procedimentos estratégicos que estabelecia funções e responsabilidades a cada um dos órgãos representados.

Com a posse dos(as) professores(as), foi desencadeado o processo de realização da primeira eleição dos diretores de *campi* da Universidade. Já finalizado o prazo dos trabalhos da comissão comandada pela UnB, foi indicado uma nova comissão de implantação pelo então Ministro da Educação, Cristóvam Buarque. Nessa ocasião, foi convidado para Reitor *pró-tempore*,

o Prof. Dr. Sérgio Paulo Moreyra, que à época era Professor Titular aposentado da Universidade Federal de Goiás (UFG), e também, assessor do Ministério da Educação. Entre os membros dessa comissão, foi designado, por meio da Portaria de nº 002/03 de 19 de agosto de 2003, o Prof. Me. Zezuca Pereira da Silva, também Professor Titular aposentado da UFG, para o cargo de coordenador do Gabinete da UFT.

Essa comissão elaborou e organizou as minutas do Estatuto, Regimento Geral, o processo de transferência dos cursos da Universidade do Estado do Tocantins (UNITINS), que foi submetido ao Ministério da Educação e ao Conselho Nacional de Educação (CNE). Criou as comissões de Graduação, de Pesquisa e Pós-graduação, de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários e de Administração e Finanças. Preparou e coordenou a realização da consulta acadêmica para a eleição direta do Reitor e do Vice-Reitor da UFT, que ocorreu no dia 20 de agosto de 2003, na qual foi eleito o Prof. Dr. Alan Barbiero. No ano de 2004, por meio da Portaria nº 658, de 17 de março de 2004, o então Ministro da Educação, Tarso Genro, homologou o Estatuto da Fundação, aprovado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), o que tornou possível a criação e instalação dos Órgãos Colegiados Superiores, como o Conselho Universitário (CONSUNI) e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE).

Com a instalação desses órgãos, foi possível consolidar as ações inerentes à eleição para Reitor e Vice-Reitor da UFT conforme as diretrizes estabelecidas pela lei nº. 9.192/95, de 21 de dezembro de 1995, que regulamenta o processo de escolha de dirigentes das instituições federais de ensino superior por meio da análise da lista tríplice.

Com a homologação do Estatuto da Fundação Universidade Federal do Tocantins, no ano de 2004, por meio do Parecer do (CNE/CES) nº041 e Portaria Ministerial nº. 658/2004, também foi realizada a convalidação dos cursos de graduação e os atos legais praticados até aquele momento pela Fundação Universidade do Tocantins (UNITINS). Por meio desse processo, a UFT incorporou todos os cursos e também o curso de Mestrado em Ciências do Ambiente, que já era ofertado pela UNITINS, bem como realizou a absorção de mais de oito mil alunos(as), além de materiais diversos, tais como equipamentos e estrutura física dos *campi* já existentes e dos prédios que estavam em construção.

A história desta instituição, assim como todo o seu processo de criação e implantação, representa uma grande conquista ao povo tocantinense. É, portanto, um sonho que vai aos poucos se consolidando numa *instituição social* voltada para a produção e difusão de conhecimentos, para a formação de cidadãos e profissionais qualificados, comprometidos com o desenvolvimento social, político, cultural e econômico da Nação.

1.2. A UFT no Contexto Regional e Local

O Tocantins caracteriza-se como um estado multicultural. O caráter heterogêneo de sua população coloca para a UFT o desafio de promover práticas educativas que promovam o ser humano e que elevem o nível de vida de sua população. A inserção da UFT nesse contexto se dá por meio dos seus diversos cursos de graduação, programas de pós-graduação, em nível de mestrado, doutorado e cursos de especialização integrados a projetos de pesquisa e extensão que, de forma indissociável, propiciam a formação de profissionais e produzem conhecimentos que contribuem para a transformação e desenvolvimento do estado do Tocantins.

A UFT, com uma estrutura *multicampi*, possui 7 (sete) *campi* universitários localizados em regiões estratégicas do estado, que oferecem diferentes cursos vocacionados para a realidade local. Nesses *campi*, além da oferta de cursos de graduação e pós-graduação que oportunizam à população local e próxima, o acesso à educação superior pública e gratuita, são desenvolvidos programas e eventos científico-culturais que permitem ao(à) aluno(a) uma formação integral. Levando-se em consideração a vocação de desenvolvimento do Tocantins, a UFT oferece oportunidades de formação nas áreas das Ciências Sociais Aplicadas, Humanas, Educação, Agrárias e Tecnológicas, Engenharias, Ciências Biológicas e da Saúde.

Os investimentos em ensino, pesquisa e extensão na UFT buscam estabelecer uma sintonia com as especificidades do estado, demonstrando, sobretudo, o compromisso social desta universidade com a sociedade em que está inserida. Dentre as diversas áreas estratégicas contempladas pelos projetos da UFT, merecem destaque às relacionadas a seguir:

As diversas formas de territorialidades no Tocantins merecem ser conhecidas. A ocupação do estado, pelos indígenas, afro-descendentes, entre outros grupos, fazem parte dos objetos de pesquisa. Os estudos realizados revelam as múltiplas identidades e as diversas manifestações culturais presentes na realidade do Tocantins, bem como as questões da territorialidade como princípios de um ideal de integração e desenvolvimento local.

Considerando que o Tocantins tem desenvolvido o cultivo de grãos e frutas e investido na expansão do mercado de carne – ações que atraem investimentos de várias regiões do Brasil, a UFT vem contribuindo para a adoção de novas tecnologias nestas áreas. Com o foco ampliado, tanto para o pequeno quanto para o grande produtor, busca-se uma agropecuária sustentável, com elevado índice de exportação e a conseqüente qualidade de vida da população rural.

Tendo em vista a riqueza e a diversidade natural da Região Amazônica, os estudos da biodiversidade e das mudanças climáticas merecem destaque. A UFT possui um papel fundamental na preservação dos ecossistemas locais, viabilizando estudos das regiões de transição entre grandes

ecossistemas brasileiros presentes no Tocantins – Cerrado, Floresta Amazônica, Pantanal e Caatinga, que caracterizam o estado como uma região de ecótonos.

O Tocantins possui uma população bastante heterogênea que agrupa uma variedade de povos indígenas e uma significativa população rural. A UFT tem, portanto, o compromisso com a melhoria do nível de escolaridade no estado, oferecendo uma educação contextualizada e inclusiva. Dessa forma, a Universidade tem desenvolvido ações voltadas para a educação indígena, educação rural e de jovens e adultos.

Diante da perspectiva de escassez de reservas de petróleo até 2050, o mundo busca fontes de energias alternativas socialmente justas, economicamente viáveis e ecologicamente corretas. Neste contexto, a UFT desenvolve pesquisas nas áreas de energia renovável, com ênfase no estudo de sistemas híbridos – fotovoltaica/energia de hidrogênio e biomassa, visando definir protocolos capazes de atender às demandas da Amazônia Legal.

Tendo em vista que a educação escolar regular das redes de ensino, torna-se emergente, no âmbito local, a formação de profissionais que atuem nos sistemas e redes de ensino que atuam no estado do Tocantins e estados vizinhos.

1.3. Perfil Institucional

De acordo com o Estatuto da Fundação Universidade Federal do Tocantins (arts. 1º e 2º), a UFT é uma entidade com personalidade jurídica de direito público, instituída pela Lei 10.032, de 23 de outubro de 2000, vinculada ao Ministério da Educação. É uma entidade pública destinada à promoção do ensino superior, da pesquisa e da extensão, dotada de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, de acordo com a legislação vigente.

A Universidade norteia-se pelos princípios estabelecidos no Estatuto e no Regimento, tais como:

I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

II - formar profissionais nas diferentes áreas do conhecimento, aptos à inserção em setores profissionais e à participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, colaborando na sua formação contínua;

III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da criação e difusão da cultura, desenvolvendo-se, desse modo, o entendimento do homem e do meio em que vive;

IV - promover a divulgação dos conhecimentos culturais, científicos e técnicos que

constituem patrimônio da humanidade, bem como comunicar o saber por meio do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII - promover a extensão de forma aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na Instituição.

Com uma estrutura multicampi, a UFT distingue-se, nesse aspecto, das demais universidades federais do sistema de ensino superior do país, que, em geral, são unicampi, com atividades concentradas num só espaço urbano. Essa singularidade da UFT se expressa por sua atuação em sete campi, implantados em diferentes cidades (Araguaína, Arraias, Gurupi, Miracema, Palmas, Porto Nacional e Tocantinópolis), com distâncias que vão de 70 a 600 km da capital (Palmas).

Dessa forma, as inter-relações, o fluxo de informações e as demandas infra-estruturais que se estabelecem ou que são necessários à administração de um sistema multicampi, como o da UFT, diferem bastante do modelo tradicional de uma instituição centralizada em um só campus. Destacam-se, nesse aspecto, os requisitos maiores de descentralização e a imposição de custos operacionais mais elevados.

Com essa realidade acadêmico-administrativa integrada num sistema multicampi, a UFT requer, para o seu funcionamento, uma estrutura complexa de grande porte, o que, por sua vez, gera custos operacionais específicos. Essa singularidade não pode ser desconsiderada quando se analisa a gestão orçamentário-financeira e acadêmico-administrativa da Instituição.

A UFT, com seus sete campi, tem uma dimensão que abrange todo o estado do Tocantins. É a mais importante instituição pública de ensino superior do estado, em termos de dimensão e desempenho acadêmico. Essa sua grande dimensão fica patente – em números aproximados * – 695 professores(as) efetivos(as), 35 professores(as) substitutos(as) e 399 técnicos(as) administrativos(as). Atualmente, a universidade oferece 43 cursos de graduação, 7 programas de mestrado e 1 de doutorado, além de dezenas de cursos de pós-graduação em nível de especialização.

(*) Fonte: Dados fornecidos pelo sistema SIE em outubro/2009.

1.4. Missão Institucional

O Planejamento Estratégico - PE (2006 – 2010), o Projeto Pedagógico Institucional – PPI (2007) e o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI (2007-2011), aprovados pelos Conselhos Superiores, definem que a missão da UFT é “Produzir e difundir conhecimentos visando à formação de cidadãos e profissionais qualificados, comprometidos com o desenvolvimento sustentável da Amazônia” e, como visão estratégica “Consolidar a UFT como um espaço de expressão democrática e cultural, reconhecida pelo ensino de qualidade e pela pesquisa e extensão voltadas para o desenvolvimento regional”.

Em conformidade com o Projeto Pedagógico Institucional - PPI (2007) e com vistas à consecução da missão institucional, todas as atividades de ensino, pesquisa e extensão da UFT, e todos os esforços dos gestores, comunidade docente, discente e administrativa deverão estar voltados para:

- estímulo à produção de conhecimento, à criação cultural e ao desenvolvimento do espírito científico e reflexivo;
- A formação de profissionais nas diferentes áreas do conhecimento, aptos à inserção em setores profissionais, à participação no desenvolvimento da sociedade brasileira e colaborar para a sua formação contínua;
- O incentivo ao trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e a criação e difusão da cultura, propiciando o entendimento do ser humano e do meio em que vive;
- A promoção da divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem o patrimônio da humanidade comunicando esse saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- A busca permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- O estímulo ao conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais; prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- A promoção da extensão aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural, da pesquisa científica e tecnológica geradas na Instituição.

Com mais de nove mil alunos(as), em sete *campi* universitários, a UFT é uma universidade

multicampi, estando os seus sete *campi* universitários localizados em regiões estratégicas do Estado do Tocantins, podendo desta forma contribuir com o desenvolvimento local e regional, contemplando as suas diversas vocações e ofertando ensino superior público e gratuito em diversos níveis. Oferece, atualmente 43 cursos de graduação presencial, um curso de Biologia a distância, dezenas de cursos de especialização, 7 programas de mestrado e um de doutorado, respectivamente, a saber: Ciências do Ambiente (Palmas, 2003), Ciência Animal Tropical (Araguaína, 2006), Produção Vegetal (Gurupi, 2006), Agroenergia (Palmas, 2007), Desenvolvimento Regional e Agronegócio (Palmas, 2007), Ecologia de Ecótonos (Porto Nacional, 2007), mestrado profissional em Ciências da Saúde (Palmas, 2007) e o Doutorado em Ciência Animal em Araguaína. E, ainda, os programas MINTER em Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental (Palmas, parceria UFT/UFRGS), Arquitetura e Urbanismo (Palmas, parceria UFT/UnB), os programas DINTER em Administração de Empresas (Palmas, parceria UFT/Universidade Mackenzie), Ciência da Computação (Palmas, parceria UFT/UFRJ), História Social (Palmas, parceria UFT/UFRJ), em Educação (Palmas, parceria UFT/UFG), Produção Animal (Araguaína, parceria UFT/UFG) e Geografia (Araguaína, parceria UFT/UFU).

A partir do 2º. Semestre de 2009, a UFT passou a oferecer mais 14 novos cursos nas áreas de Ciências Naturais (Química, Física e Biologia) em Araguaína; Ciências da Saúde (Nutrição e Enfermagem); Engenharias (Engenharia Elétrica e Engenharia Civil); Filosofia e Artes (licenciaturas) em Palmas; Ciências Agrárias e Tecnológicas (Engenharia Biotecnológica e Química Ambiental) em Gurupi e, os cursos tecnológicos de Gestão e Negócios em Cooperativas, Logística e Turismo em Araguaína.

1.5. Estrutura Organizacional

Segundo o Estatuto da UFT, a estrutura organizacional da UFT é composta por:

- **Conselho Universitário - CONSUNI:** órgão deliberativo da UFT destinado a traçar a política universitária. É um órgão de deliberação superior e de recurso. Integram esse conselho o Reitor, Pró-reitores, Diretores de *campi* e representante de alunos(as), professores(as) e funcionários(as); seu Regimento Interno está previsto na Resolução CONSUNI 003/2004.

- **Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE:** órgão deliberativo da UFT em matéria didático-científica. Seus membros são: Reitor, Pró-reitores, Coordenadores de Curso e representante de alunos(as), professores(as) e funcionários(as); seu Regimento Interno está previsto na Resolução – CONSEPE 001/2004.

- **Reitoria:** órgão executivo de administração, coordenação, fiscalização e superintendência

das atividades universitárias. Está assim estruturada: Gabinete do reitor, Pró-reitorias, Assessoria Jurídica, Assessoria de Assuntos Internacionais e Assessoria de Comunicação Social.

- **Pró-Reitorias:** No Estatuto da UFT estão definidas as atribuições do Pró-Reitor de graduação (art. 20); Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação (art. 21); Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Comunitários (art. 22); Pró-Reitor de Administração e Finanças (art. 23). As Pró-Reitorias estruturar-se-ão em Diretorias, Divisões Técnicas e em outros órgãos necessários para o cumprimento de suas atribuições (art. 24).

- **Conselho do Diretor:** é o órgão dos *campi* com funções deliberativas e consultivas em matéria administrativa (art. 26). De acordo com o Art. 25 do Estatuto da UFT, o Conselho Diretor é formado pelo Diretor do *campus*, seu presidente; pelos(as) Coordenadores(as) de Curso; por um(a) representante do corpo docente; por um(a) representante do corpo discente de cada curso; por um(a) representante dos(as) servidores(as) técnico-administrativos.

- **Diretor de Campus:** docente eleito(a) pela comunidade universitária do campus para exercer as funções previstas no art. 30 do Estatuto da UFT e é eleito pela comunidade universitária, com mandato de 4 (quatro) anos, dentre os nomes de docentes integrantes da carreira do Magistério Superior de cada *campus*.

- **Colegiados de Cursos:** órgão composto por docentes e discentes do curso. Suas atribuições estão previstas no art. 37 do estatuto da UFT.

- **Coordenação de Curso:** é o órgão destinado a elaborar e implementar a política de ensino e acompanhar sua execução (art. 36). Suas atribuições estão previstas no art. 38 do estatuto da UFT.

Considerando a estrutura multicampi, foram criadas sete unidades universitárias denominadas de *campi* universitários. Os Campi e os respectivos cursos são os seguintes:

- **Campus Universitário de Araguaína:** oferece os cursos de licenciatura em Matemática, Geografia, História, Letras, e Biologia (a distância), além dos cursos de Medicina Veterinária, Zootecnia. A partir de 2009, passou a oferecer as licenciaturas em Ciências Naturais, com habilitação em Física, Química e Biologia. Oferece ainda, Mestrado e Doutorado em Ciência Animal Tropical e Mestrado em Letras.

- **Campus Universitário de Arraias:** oferece as licenciaturas em Matemática, Pedagogia e Biologia (modalidade a distância) e desenvolve pesquisas ligadas às novas tecnologias e educação, geometria das sub-variedades, políticas públicas e biofísica.

- **Campus Universitário de Gurupi:** oferece os cursos de graduação em Agronomia, Engenharia Florestal e a licenciatura em Biologia (modalidade à distância). Oferece, também, o programa de Mestrado na área de Produção Vegetal.

- **Campus Universitário de Miracema:** oferece os cursos de Pedagogia (Licenciatura) e

Serviço Social e desenvolve pesquisas na área da prática educativa.

- **Campus Universitário de Palmas:** oferece os cursos de Administração, Arquitetura e Urbanismo, Ciência da Computação, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Comunicação Social, Direito, Engenharia de Alimentos, Engenharia Ambiental, Medicina e Pedagogia. Oferece, ainda, os programas de Mestrado em Ciências do Ambiente, Arquitetura e Urbanismo, Desenvolvimento Regional e Agronegócio, Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental, Ciências da Saúde. Estará oferecendo as licenciaturas em Filosofia e Artes, a partir de 2009.

- **Campus Universitário de Porto Nacional:** oferece as licenciaturas em História, Geografia, Ciências Biológicas e Letras e o mestrado em Ecologia dos ecótonos.

- **Campus Universitário de Tocantinópolis:** oferece as licenciaturas em Pedagogia e Ciências Sociais.

2 - CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO

2.1. Nome do Curso/Habilitação

Geografia: Habilitação – Licenciado(a)

2.2. Modalidade do curso

Licenciatura

2.3. Endereço do Curso

Universidade Federal do Tocantins – Campus Araguaína – Unidade Cimba. Av. Paraguai, s/nº, Esquina com a Rua Uxiramas – Setor Cimba – Araguaína – TO – CEP: 77.824-838 - Caixa Postal: 132.

2.4 . Ato Legal de Reconhecimento do Curso (ou autorização de funcionamento)

O Curso de Geografia com Habilitação em Licenciatura Plena foi autorizado a funcionar pelo Decreto Presidencial nº 91.507, de 05 de agosto de 1985(DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 06. Ago. 1985) e a Resolução nº 030, de 21 de fevereiro de 1985 do Conselho Estadual de Goiás. Em 1992, o Curso de Geografia foi reconhecido pela Portaria nº 1.366 de 16/09/1992 do Conselho Federal de Educação.

2.5. Número de Vagas

Quarenta (40) vagas – semestrais

2.6. Turno de funcionamento

Matutino e Noturno

2.7. Direção do Campus

Prof.º Dr. Luís Eduardo Bovolato

2.8. Coordenadora do Curso

Prof^a. Me. Fátima Maria de Lima

2.9. Relação Nominal dos(as) membros do Colegiado de Curso

1. Prof. Me. Aires José Pereira
2. Prof. Me. Airton Sieben
3. Prof. Dr. Alberto Pereira Lopes
4. Prof. Me. Carlos Augusto Machado
5. Prof. Me. Daniel Vater de Almeida
6. Prof. Me. Elias da Silva
7. Prof. Me. Eliseu Pereira de Brito
8. Prof. Me. Fátima Maria de Lima
9. Prof^a. Me. Jacira Garcia Gaspar
10. Prof. Dr. Jean Carlos Rodrigues
11. Prof. Me. João Manoel de Vasconcelos Filho
12. Prof^a. Me. Luciano da Silva Guedes
13. Prof. Dr. Luis Eduardo Bovolato
14. Prof. Me. Luiz Antônio Ribeiro Machado
15. Prof^a. Marta Sônia Alves Lima Silva
16. Prof. Me. Marivaldo Cavalcante da Silva
17. Prof^a. Me. Rejane de Aquino Dias
18. Prof. Me. Severino Francisco de Oliveira Filho

2.9. Comissão de elaboração do PPC

1. Aires José Pereira
2. Airton Sieben
3. Carlos Augusto Machado
4. Daniel Vater de Almeida
5. Elias da Silva
6. Eliseu Pereira de Brito
7. Fátima Maria de Lima
8. Jacira Garcia Gaspar
9. Jean Carlos Rodrigues
10. João Manoel de Vasconcelos Filho (Coordenador do PPC)
11. Luciano da Silva Guedes

2.10. Dimensão das turmas teóricas e práticas

O curso de licenciatura deve garantir fundamentos (conteúdo) e metodologias (forma) que subsidiem a capacidade de refletir sobre a ação, ampliando assim os horizontes de compreensão do mundo. É nessa perspectiva que se coloca o Parecer do Conselho Nacional de Educação - CNE/ CP 009/2001, aprovado em 8/5/2001¹, que, ao dispor sobre as dimensões teóricas dos cursos de licenciatura, abre a discussão da seguinte forma:

Esse exercício vai requerer a atuação integrada do conjunto de professores(as) do curso de formação visando superar o padrão segundo o qual os conhecimentos práticos e pedagógicos são de responsabilidade dos pedagogos e os conhecimentos específicos a serem ensinados são responsabilidade dos especialistas por área de conhecimento.

Explicita, ainda, que

Essa atuação integrada da equipe de formadores(as) deve garantir a ampliação, ressignificação e equilíbrio de conteúdos com dupla direção: para os(as) professores(as) de atuação multidisciplinar de educação infantil e de ensino fundamental, no que se refere aos conteúdos a serem ensinados; para os(as) professores(as) de atuação em campos específicos do conhecimento, no que se refere aos conteúdos pedagógicos educacionais.

Além disso, os conhecimentos pedagógicos constitutivos do curso referem-se às diferentes

¹ Despacho do Ministro em 17/1/2002, publicado no Diário Oficial da União de 18/1/2002, Seção 1, p. 31.

concepções sobre temas próprios da formação de professores(as), tais como: currículo, desenvolvimento curricular, docência, transposição didática, contrato didático, planejamento, plano, programa, projeto de ensino, organização de tempo e espaço de aprendizagem, organização do trabalho formativo, interação grupal, criação, realização e avaliação das situações didáticas, avaliação de aprendizagem dos(as) alunos(as), trabalho diversificado, relação professor(a)-aluno(a), análise de situações educativas e de ensino complexas, entre outros. São deste âmbito, também, as pesquisas dos processos de aprendizagem dos(as) alunos(as) e os procedimentos para produção de conhecimento pedagógico pelo(a) professor(a).

Enfim, em termos quantitativos, as turmas teóricas e práticas do curso de Geografia terão a seguinte capacidade, a saber: 40 alunos (as) para aulas teóricas; e 40 alunos (as) para aulas práticas.

2.10.1. Dimensões da Prática como ‘componente curricular’ e o Estágio Curricular Supervisionado

Perceber as diferentes dimensões do contexto, analisar como as situações se constituem e compreender como a atuação pode interferir nelas é um aprendizado permanente, na medida em que as questões são sempre singulares e novas respostas precisam ser construídas. A competência profissional do(a) professor(a) é, justamente, sua capacidade de criar soluções apropriadas a cada uma das diferentes situações complexas e singulares que enfrenta. Este âmbito de conhecimento está relacionado às práticas próprias da atividade de professor(a) e às múltiplas competências que as compõem e deve ser valorizado em si mesmo. Entretanto, é preciso deixar claro que o conhecimento experiencial pode ser enriquecido quando articulado a uma reflexão sistemática. Constrói-se, assim, em conexão com o conhecimento teórico, na medida em que é preciso usá-lo para refletir sobre a experiência, interpretá-la, atribuir-lhe significado.

De acordo com as orientações legais indicadas pelas Resoluções do Conselho Nacional de Educação, a Resolução CNE/CP 1, de 18 de fevereiro de 2002, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores(as) da Educação Básica, em nível superior, em seu Art. 13, explicita que “em tempo e espaço curricular específico, a coordenação da dimensão prática transcenderá o estágio e terá como finalidade promover a articulação das diferentes práticas, numa perspectiva interdisciplinar”. Aponta, ainda:

§ 1º A prática será desenvolvida com ênfase nos procedimentos de observação e reflexão, visando à atuação em situações contextualizadas, com o registro dessas observações realizadas e a resolução de situações-problema.

§ 2º A presença da prática profissional na formação do(a) professor(a), que não prescinde da observação e ação direta, poderá ser enriquecida com tecnologias da informação,

incluídos o computador e o vídeo, narrativas orais e escritas de professores(as), produções de alunos(as), situações simuladoras e estudo de casos (Resolução CNE/CP 1/2002).

Nessa perspectiva, ‘prática’ como ‘componente curricular’ deve ser entendida como o conjunto de atividades ligadas à formação profissional, inclusive as de natureza acadêmica, que se volta para a compreensão das práticas educativas e de aspectos variados da cultura das instituições e suas relações com a sociedade e com as áreas de conhecimento específico. O Parecer CNE/CP nº 9/2001, item 3.2.5, ao discutir a concepção restrita de prática no contexto da formação dos(as) professores(as) para a Educação Básica, sinaliza o seguinte:

Uma concepção de prática como componente curricular implica vê-la como uma dimensão do conhecimento que tanto está presente nos cursos de formação, nos momentos em que se trabalha na reflexão sobre a atividade profissional, como durante o estágio, nos momentos em que se exercita a atividade profissional. (p.23)

Por sua vez, o Parecer CNE/CP nº 28/2001, enfatiza que:

Sendo a prática um trabalho consciente [...], ela terá que ser uma atividade tão flexível quanto outros pontos de apoio do processo formativo, a fim de dar conta dos múltiplos modos de ser da atividade acadêmico-científica. Assim, ela deve ser planejada quando da elaboração do projeto pedagógico e seu acontecer deve se dar desde o início da duração do processo formativo e se estender ao longo de todo o seu processo. Em articulação intrínseca com o estágio supervisionado e com as atividades de trabalho acadêmico, ela concorre conjuntamente para a formação da identidade do(a) professor(a) como educador(a) (p.9).

Em conformidade com o Parecer CNE/CP nº 9/2001 (p. 57), o planejamento dos cursos de formação de professores(as) deve prever situações didáticas em que os(as) futuros(as) professores(as) coloquem em uso os conhecimentos que aprenderem, ao mesmo tempo em que possam mobilizar outros, de diferentes naturezas e oriundos de diferentes experiências, em diferentes tempos e espaços curriculares, como indicado a seguir:

a) No interior das áreas ou disciplinas. Todas as disciplinas que constituem o currículo de formação e não apenas as disciplinas pedagógicas têm sua dimensão prática. É essa dimensão prática que precisa ser permanentemente trabalhada, tanto na perspectiva da sua aplicação no mundo social e natural quanto na perspectiva da sua didática.

b) Em tempo e espaço curricular específico, aqui chamado de ‘coordenação da dimensão prática’. As atividades deste espaço curricular de atuação coletiva e integrada dos(as) formadores(as) transcendem o estágio e têm como finalidade promover a articulação das diferentes práticas numa perspectiva interdisciplinar, com ênfase nos procedimentos de observação e reflexão para compreender e atuar em situações contextualizadas, tais como: registro de observações realizadas e a resolução de situações-problema características do cotidiano profissional. Esse contato com a prática profissional, não depende apenas da observação direta: a prática contextualizada pode “vir” até a escola de formação por meio das tecnologias de informação –

como computador e vídeo –, de narrativas orais e escritas de professores(as), de produções dos(as) alunos(as), de situações simuladas e estudo de casos.

c) nos estágios curriculares.

Conforme Parecer CNE/CES 213/2003, de 01/10/2003, para se aferir a dimensão prática do curso devem ser somadas as partes horárias previstas no interior de cada área ou disciplina para atividades práticas, observando-se que nem toda atividade prática desenvolvida na disciplina pode ser considerada como ‘prática de ensino’. Por exemplo, as atividades de caráter prático relacionadas aos conhecimentos técnico-científicos próprios da área do conhecimento, como no caso da Química ou Física, não devem ser computadas como prática como componente curricular nos cursos de licenciatura. Para este fim, poderão ser criadas novas disciplinas ou adaptadas as já existentes, na medida das necessidades de cada instituição, devendo o total perfazer 400 horas. Para se avaliar quantitativamente a dimensão pedagógica do curso, deverão ser somadas, dentro das horas do curso, as partes horárias dedicadas às atividades pedagógicas. As disciplinas, de natureza pedagógica, contemplam em seu interior, atividades teóricas e práticas. A soma dessas atividades pedagógicas, teóricas e práticas, devem perfazer 1/5 da carga horária do curso. Por sua vez, tão somente a parte prática dessas disciplinas pedagógicas somada às demais frações práticas existentes no curso integra o total de 400 horas exigido para atividades práticas. Ou seja, as atividades práticas pedagógicas entram no cômputo das duas dimensões, prática e pedagógica. Somam-se às atividades pedagógicas para perfazer o tal de 1/5 do total de horas do curso e somam-se às atividades práticas para totalizar às 400 horas exigidas.

A fim de se obter a coerência entre a formação oferecida e a prática esperada do(a) futuro(a) professor(a) deverão ser incluídas no Projeto Pedagógico do curso de licenciatura propostas interdisciplinares de trabalho, elaboradas de forma colaborativa e situações de aprendizagem desafiadoras, que exijam a aplicação e a investigação na prática de conceitos teóricos em estudo.

2.11. Histórico do curso: sua criação e trajetória

O Curso de Geografia da Fundação Universidade Federal do Tocantins – UFT, tem sua origem no ano de 1985, na antiga Faculdade de Educação Ciências e Letras (FACILA). Naquele ano, foram autorizados a funcionar os seguintes cursos: Geografia, Letras, História, Estudos Sociais e Ciências com Habilitação em Licenciatura Curta. (UNITINS. PROPOSTA CURRICULAR UNIFICADA – Licenciatura Plena em Geografia, 2001, p.12)

O Curso de Geografia com Habilitação em Licenciatura Plena foi autorizado a funcionar

pelo Decreto Presidencial nº 91.507, de 05 de agosto de 1985(DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 06. Ago. 1985) e a Resolução nº 030, de 21 de fevereiro de 1985 do Conselho Estadual de Goiás.

O primeiro ano letivo foi iniciado no dia 08 de abril de 1985, em um prédio cedido pela Secretaria de Educação do estado de Goiás, situado à Rua Humberto de Campos, nº 508, Bairro São João. Em 1989 este patrimônio foi doado à FACILA e, portanto, a Faculdade passou a funcionar em sede própria. (UNITINS. PROPOSTA CURRICULAR UNIFICADA – Licenciatura Plena em Geografia, 2001, p.12)

O currículo pleno de Geografia, aprovado por ocasião da autorização do funcionamento do mesmo só funcionou na íntegra até 1987. O novo currículo pleno entrou em vigor em 1988, apenas para os(as) alunos(as) ingressos nesse ano. Em 1989, o currículo pleno de Geografia, que havia entrado em vigor em 1988, sofreu alterações, com vigência para todas as séries, por opção dos(as) alunos(as), uma vez que vários componentes curriculares dos currículos plenos anteriores jamais foram oferecidas por ausência de docentes capacitados para lecioná-los. (Ibid. 2001, p.12)

Em 1992, o Curso de Geografia foi reconhecido pela Portaria nº 1.366 de 16/09/1992 do Conselho Federal de Educação. Então observe:

PORTARIA Nº 1336, DE 16/9/1992

Reconhece o curso de Geografia, licenciatura plena, ministrado pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Araguaína, mantida pela Autarquia Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Araguaína, com sede na cidade de Araguaína, Estado do Tocantins. (BRASÍLIA. **Documenta** (381). Set. 1992, p.209)

A Instituição alterou seu regime de matrículas, a partir do ano de 1998, de anual para semestral, agora com uma nova estrutura curricular em oito períodos, perfazendo uma carga horária de 2.500 horas. (UNITINS. PROPOSTA CURRICULAR UNIFICADA – Licenciatura Plena em Geografia, 2001, p.12)

No segundo semestre de 2001, a referida instituição alterou o seu regime de matrícula, de semestral para sistema de créditos. A nova estrutura curricular também foi elaborada para ser concluída em oito períodos, somando 3.255 horas/aula. (Ibid. 2001, p.12)

Todavia, com a transição da Fundação Universidade do Tocantins (UNITINS) para a Universidade Federal do Tocantins (UFT), o Campus de Araguaína no vestibular de julho/2001, ofereceu ingresso nos turnos vespertino (40 vagas) e noturno (40 vagas). No vestibular de janeiro/2002, ofereceu ingresso nos turnos matutino (40 vagas) e noturno (40 vagas). (Ibid. 2001, p.12)

Atualmente, o Curso de Geografia com Habilitação em Licenciatura da Universidade Federal do Tocantins – Campus Araguaína, oferece 80 vagas anuais. Como o vestibular ocorre semestralmente, 40 vagas são ofertadas no primeiro semestre e 40 vagas no segundo semestre.

Ocorre alternância nos turnos de funcionamento, variando sempre entre matutino e noturno. Vigora hoje o sistema de créditos.

3 – ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

3.1. Administração Acadêmica

O Ensino em seus vários níveis é ministrado pela UFT compreendendo as seguintes modalidades:

I. Graduação

II. Pós-Graduação

III. Extensão

Os cursos de graduação visam a habilitação para o exercício profissional ou à obtenção de qualificação específica. Já os cursos de pós-graduação visam a obtenção dos graus de Mestre e Doutor, compreendendo ainda, os cursos em nível de Especialização e Aperfeiçoamento que atribuem o grau de especialista. Os cursos de extensão universitária por sua própria natureza e finalidade, destinam-se a complementar, atualizar, aprofundar ou definir conhecimentos, visando a articulação do saber acadêmico com o saber da comunidade, considerando seus aspectos sociais, culturais, históricos, políticos e econômicos. Todos os cursos estão estruturados, observando as leis e normas que regem o ensino, bem como o que dispõe o Regimento Geral de cada Curso.

O ensino efetiva-se pela união indissociável de teoria-prática e de ensino-pesquisa, vinculando-se ao mundo do trabalho e prática social, articulado com os sistemas de educação, saúde, ciência, tecnologia e outros. Os cursos de graduação, mantidos pela UFT, tem seus currículos plenos distribuídos em disciplinas observando os mínimos fixados pelo Conselho Nacional de Educação e as cargas horárias mínimas estabelecidas, e estão distribuídos de modo a atender uma formação geral e as especialidades de cada curso, de acordo com o(a) profissional a ser formado(a).

Os cursos funcionam em regime seriado semestral, por bloco de disciplinas semestrais e têm a duração de no mínimo 3 ou 4 anos e no máximo de 6 ou 7 anos, dependendo do curso. Em três turnos, através de um calendário único, cumprindo o mínimo de 200 dias letivos e hora/aula de 50 minutos. Os dados mais atuais, relacionados ao quantitativo de docentes, discentes e técnicos(as) administrativos(as) indicam os seguintes números:

Quadro 1: Professores(as) atuantes na UFT.

Professores(as)²	Quantidade
Professores(as) efetivos(as) (especialistas, mestres e doutores)	574
Professores(as) substitutos(as) (especialistas, mestres e doutores)	64
Total Geral (professores(as))	638

Quadro 2: Alunos(as) matriculados(as) na UFT.

Alunos(as)¹	Quantidade
Alunos(as) matriculados(as) na UFT em 2008.2	9.574

Quadro 3: Técnicos(as) administrativos(as) atuantes na UFT.

Técnicos(as) Administrativos(as)¹	Quantidade
Nível Médio	325
Nível Superior	132
Total Geral	457

Com relação ao Campus Araguaína, os dados abaixo descrevem o quantitativo evidenciado no

Quadro 4: Professores(as) atuantes no Campus Araguaína da UFT.

Professores(as)³	Quantidade
Professores(as) efetivos(as) (especialistas, mestres e doutores(as))	140
Professores(as) substitutos(as) (especialistas, mestres e doutores(as))	25
Total Geral (professores(as))	165

Quadro 5: Alunos(as) matriculados(as) no Campus Araguaína da UFT.

Alunos(as)	Quantidade
Alunos(as) matriculados(as) no Campus Araguaína em 2009.1	1.632
Alunos(as) matriculados(as) no curso de Geografia 2009.1	316

Quadro 6: Técnicos(as) administrativos(as) atuantes no Campus Araguaína da UFT.

Técnicos(as) Administrativos(as)	Quantidade
Nível Médio	59
Nível Superior	12
Total Geral	71

² Fonte: Gerência de Recursos Humanos – GRH (11/2009)

³ Fonte: Gerência de Recursos Humanos – GRH (11/2009)

A Gestão Acadêmica e Administrativa do Campus Araguaína é exercida atualmente pelo Prof. Dr. Luís Eduardo Bovolato, que está vinculado ao Colegiado de Geografia, tendo a frente, portanto, a gestão de três unidades que compõem o Campus: Unidade São João, Unidade Cimba e Escola de Medicina Veterinária e Zootecnia (EMVZ).

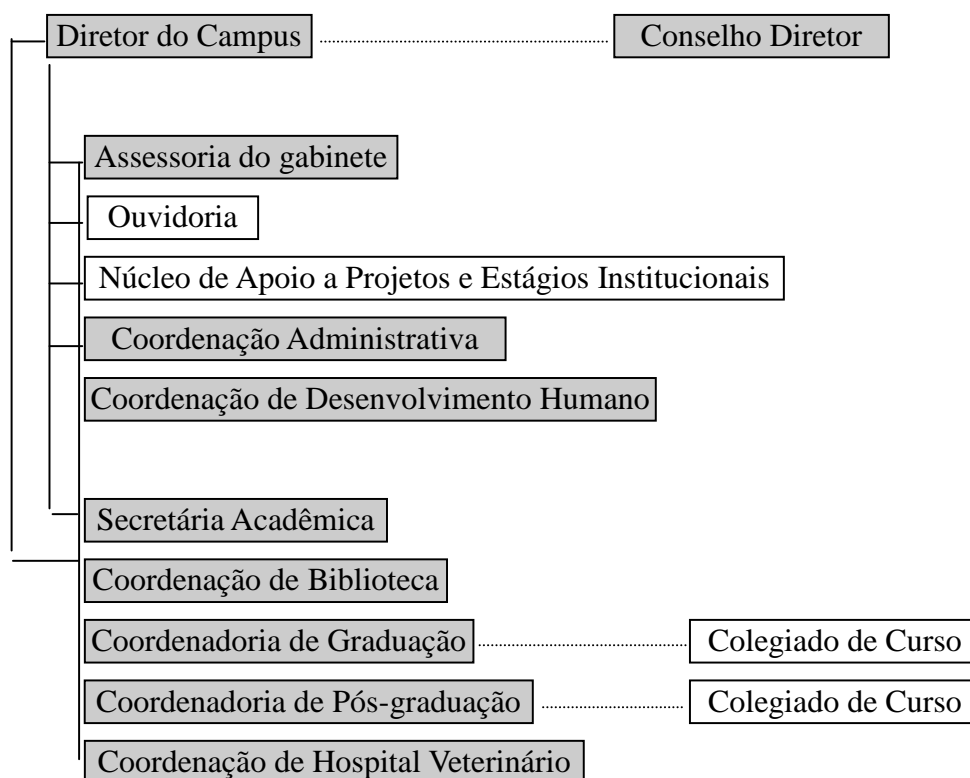


Figura 1: Organograma do Campus Araguaína da UFT.

3.2. Coordenação Acadêmica

A coordenação atual do curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal do Tocantins – Campus Araguaína, é exercida pela Prof^a. Me. Fátima Maria de Lima, licenciada em História e Bacharela em Direito, com Mestrado em Educação. A mesma é vinculada ao Grupo de Pesquisa Núcleo de Organização Espacial e Desenvolvimento Regional. Tem ministrado neste curso os componentes curriculares: Política, Legislação e Organização da Educação Básica, História da Educação, Estágio I e Estágio II. Coordena ainda, o Projeto de Extensão: “Grupo de Estudos e Oficinas em Educação, Cidadania e Direitos Humanos II”.

O curso de Geografia trabalha a gestão acadêmica tendo como princípio a gestão democrática e participativa. Para tanto, valoriza a participação e a deliberação do Colegiado para planejar e executar ações que visem a melhoria no funcionamento do referido curso. A participação

discente também, é incentivada tanto no Colegiado, como também, através da participação de eventos, tais como: Semana Acadêmica da Geografia, Jornada Pedagógica e ENGETO de modo que o corpo discente, docente e técnico-administrativo, estejam a par, participem e construam o que é executado e pensado no/e para o curso.

Cabe ressaltar ainda, que após a implantação do Sistema de Informação Escolar (SIE), e contatos mais frequentes com as Pró-Reitorias, observou-se um melhor desempenho administrativo e acadêmico do curso. A coordenação acadêmica do Campus tem sido pontual no que tange ao cumprimento dos prazos da organização acadêmica e administrativa. Enfim, A coordenação pauta-se num modelo participativo, criando uma nítida interação com os(as) acadêmicos(as), bem como, seus representantes, sempre atenta e pronta para atender e discernir quaisquer eventuais problemas, priorizando sempre um diálogo conciliador, onde as instâncias Coordenação de Curso, Colegiado, Conselho de Campus, Pró-reitoria de Graduação, CONSEPE e CONSUNI, são devidamente respeitadas.

3.3. Projeto Acadêmico de Curso

Este projeto acadêmico é fruto de um intenso diálogo realizado no Colegiado de Curso, com a participação do corpo discente, corpo docente e técnico-administrativo. Esse diálogo advém desde 2004. Logo, são mais de quatro anos dialogando sobre os caminhos que a Licenciatura em Geografia deverá trilhar nos próximos anos, a partir da aprovação e implantação desta nova estrutura curricular.

3.3.1. Justificativa

A justificativa de reformulação do projeto pedagógico da Licenciatura em Geografia do Campus Araguaína possui consonância com as propostas das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica em Curso de Nível Superior, do Ministério da Educação. (BRASIL. RESOLUÇÃO CNE/CP 1, DE 18/02/2002).

O projeto Político-Pedagógico (ou Projeto Educativo) é o plano global da instituição.⁴ Pode ser entendido como a sistematização nunca definitiva, de um processo de planejamento participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar. É um instrumento teórico-metodológico para intervenção e mudança da realidade. É um elemento de organização e integração da

⁴ Nota do próprio autor: 'Outras denominações (embora nem sempre com o mesmo sentido que aqui assumimos): proposta pedagógica, projeto educacional, projeto de estabelecimento, plano diretor, projeto de escola'.

Diante dessa perspectiva, conforme afirma Demo (2002), o projeto pedagógico se dá muito mais pelo seu caráter de flexibilidade, permitindo pensá-lo e executá-lo como processo de resultados a longo prazo, uma vez que permite estabelecer condições propícias de discussão criativa e crítica em torno da educação, através de diretrizes de apoio. O autor acrescenta ainda que o referido projeto só terá sentido se for produzido como obra comum dos envolvidos.

Nesse sentido, entende-se que um projeto pedagógico não pode gerar um tipo de 'saber oficial', que o enrijeça, muito pelo contrário, deve sim caminhar sob o viés pautado pela flexibilização, tanto na sua concepção como na sua gestão (DEMO, 2002). Argumenta ainda que como diretriz, deve-se colocá-lo periodicamente em revisão aberta ou a pedido do corpo docente e discente. Em suma, concorda-se com Demo (2002), quando o mesmo afirma que um projeto pedagógico renovador nega-se a si mesmo se não se renovar constantemente.

A relevância do projeto pedagógico do curso pode ser caracterizada como uma nova ação para o processo de formação de professores(as) para a educação básica. O curso de Geografia deixará de funcionar apenas como um conjunto de “disciplinas isoladas” e específicas da sua área do conhecimento. Os(as) professores(as) dos diversos componentes curriculares tomarão conhecimento das novas formas de ensino-aprendizagem em suas respectivas especialidades e levando em consideração a questão da transposição dos conteúdos trabalhados no ensino superior com aqueles previstos para a Geografia enquanto componente curricular dos níveis fundamental e médio (CAVALCANTI, 2002). A proposta pedagógica e a organização institucional de um curso de formação de professores(as) devem estar intimamente ligadas, uma vez que a segunda tem, ou deveria dar condições à primeira. Na prática, o que temos assistido mais comumente a organização institucional determinando a organização curricular, quando deveria ser exatamente o contrário, também porque ela própria tem papel formador.⁶

No campo curricular, o conhecimento prévio do(a) professor(a) em processo de formação deve considerar o planejamento e práticas pedagógicas, não podendo acontecer de forma desarticulada. A formação do(a) professor(a) ocorre com a reunião de conhecimentos teórico-práticos, a partir de decisões coletivas formuladas dentro de um projeto pedagógico que vise a profissionalização, ou seja, a idéia de formação, do saber e do saber ensinar.

Para Libâneo (2001), ao se referir a forma como são constituídos os currículos dos cursos de licenciatura, impõem-se uma formação aos(às) professores(as), desvinculando teoria-prática, ou

⁵ VASCONCELOS, C. dos S. *Planejamento: Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto-Político-Pedagógico – Elementos Metodológicos para Elaboração e Realização*. 7. ed. São Paulo: Libertad, 2000, p.179. (cadernos pedagógicos do libertad. v.1)

⁶ Parecer No. CNE/009/2001. Aprovado em 08/05/2001. p. 17.

seja, na maioria das vezes oportuniza-se primeiramente uma espécie de formação geral específica, tanto dos componentes curriculares teóricos e pedagógicos para depois o contato com a realidade escolar. Nesse sentido, aponta para a necessidade do caminho inverso, afirmando que é preciso integrar os conteúdos das disciplinas em situações da prática que coloquem problemas aos futuros professores possibilitando-lhes experimentarem soluções.

Dessa forma, o(a) profissional de Geografia que se pretende formar deve estar aberto para uma nova concepção de ensino, criando situações de planejamento e aprendizagem, nas quais os(as) aluno(as) estejam envolvidos numa valorização crítico-reflexiva. Trata-se de uma proposta de educação geográfica pautada não numa dinâmica convencional, onde os cursos de formação de professores(as) são “suficientes” para a sua formação, constituídos a partir da mecanização do conhecimento, sem uma preocupação voltada para necessidade de aprendizagem do(a) aluno(a)-futuro(a) professor(a).

Para reverter esse quadro de desconsideração do repertório do conhecimento dos professores em formação, é preciso que os cursos de preparação de futuros professores tomem para si a responsabilidade de suprir as eventuais deficiências de escolarização básica que os futuros professores receberam tanto no ensino fundamental como no ensino médio.⁷

Portanto, a partir dessa perspectiva, a nova estrutura curricular do curso de Geografia pretende cumprir, tanto com os objetivos traçados para a formação de Professores(as) quanto os de âmbito geral dessa instituição, a que faz parte.

3.3.2. Objetivos do Curso

- Formar professores(as) e/ou educadores de Geografia, isto é, profissionais do Magistério, que atuem na Educação Básica, seja nos sistemas privado ou público regular de ensino;
- Entender a graduação enquanto um processo inicial de formação, mas não o seu fim;
- Garantir a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, percebendo o ensino enquanto docência, a pesquisa voltada para o ensino de Geografia e sua prática pedagógica, e a extensão como ação e intervenção na realidade;
- Definir e articular as concepções geográficas e pedagógicas numa perspectiva social, ou seja, que a prática pedagógica considere, cada vez mais, o meio em que se insere;
- Propiciar o desenvolvimento de competências, dos pontos de vista teórico, prático e político;
- Propiciar um processo de interação das diferentes disciplinas entre si, tanto entre as específicas da Geografia quanto entre as pedagógicas, em busca de perspectivas mais

⁷ Ibidem, p.19.

totalizantes e cooperativas;

- Possibilitar ao(à) acadêmico(a) o domínio das categorias de análise da Geografia.
- Titular e capacitar o(a) discente, possibilitando-lhe o acesso ao prosseguimento de seus estudos em nível de pós-graduação.

3.3.3. Perfil Profissiográfico

A Licenciatura em Geografia, a partir deste projeto pedagógico, pretende formar professores(as) de Geografia que, ao final do curso, possam:

- Compreender os elementos e processos concernentes ao meio natural e ao construído, com base nos fundamentos filosóficos, teóricos e metodológicos da Geografia;
- Dominar e aprimorar as abordagens científicas pertinentes ao processo de produção e aplicação do conhecimento geográfico (CNE/CES 492/2001; RESOLUÇÃO CONSEPE Nº 005/2005).

3.3.4. Competências, atitudes e habilidades

O(a) professor(a) licenciado(a) em Geografia terá(o) que dominar competências, conforme dispõe as Diretrizes Curriculares para os cursos de Geografia do Ministério de Educação (CNE/CES 492/2001) , a saber:

A) Gerais

- Identificar e explicar a dimensão geográfica presente nas diversas manifestações do conhecimento;
- Articular elementos empíricos e conceituais, concernentes ao conhecimento científico dos processos espaciais;
- Reconhecer as diferentes escalas de ocorrência e manifestação dos fatos, fenômenos e eventos geográficos;
- Planejar e realizar atividades de campo referentes à investigação geográfica;
- Dominar técnicas laboratoriais concernentes a produção e aplicação do conhecimento geográfico;
- Planejar e realizar atividades de campo referentes à investigação geográfica;
- Dominar técnicas laboratoriais concernentes a produção e aplicação do conhecimento geográfico;

- Propor e elaborar projetos de pesquisa e executivos no âmbito de área de atuação da Geografia;
- Utilizar os recursos da informática;
- Dominar a língua portuguesa e um idioma estrangeiro no qual seja significativa a produção e a difusão do conhecimento geográfico;
- Trabalhar de maneira integrada e contributiva em equipes multidisciplinares.

B) Específicas

- Identificar, descrever, compreender, analisar e representar os sistemas naturais;
- Identificar, descrever, analisar, compreender e explicar as diferentes práticas e concepções concernentes ao processo de produção do espaço;
- Selecionar a linguagem científica mais adequada para tratar a informação geográfica, considerando suas características e o problema proposto;
- Avaliar representações ou tratamentos gráficos e matemático-estatísticos;
- Elaborar mapas temáticos e outras representações gráficas;
- Organizar o conhecimento espacial, adequando-o ao processo de ensino-aprendizagem em Geografia nos diferentes níveis de ensino.

3.3.5. Campo de atuação profissional

O(a) licenciado(a) em Geografia pode atuar na Educação Básica em escolas federais, estaduais, municipais e distritais; em escolas privadas, atuando nas séries finais do ensino fundamental (6º ao 9º ano) e ensino médio; em centros de formação não-formais e espaços de produção do conhecimento, como: museus e organizações não-governamentais em projetos de educação ambiental. (REFERENCIAL DE GEOGRAFIA – LICENCIATURA, MEC, 2009).

3.3.6. Organização Curricular

O curso de Licenciatura em Geografia tem sua estrutura curricular organizada da seguinte forma:

Síntese da Carga Horária

Total de Créditos	195
Carga Horária Teórica	1890
Carga Horária Prática	420
Estágio Supervisionado	405
Subtotal	2715
Atividades Complementares	210
Total Geral	2.925

3.3.6.1. Observações

1. As disciplinas optativas constam de uma carga horária total de 180h/a e serão cursadas a partir do 2º período;

2. O(a) aluno(a) deverá cursar 210h/a de atividades complementares, compreendendo as seguintes atividades: participação em congressos, seminários, semanas acadêmicas, curso de extensão, bolsa de iniciação científica, estágios extra-curriculares, monitorias e outros eventos de caráter científico;

3. O currículo exposto exige a obtenção de um total de: 2.925 h/a;

4. A Licenciatura em Geografia é oferecida em dois turnos, matutino e noturno (alternadamente), na modalidade semestral. O prazo mínimo para a integralização curricular é de oito (8) semestres e máximo de quatorze (14) semestres, perfazendo um total de 2.925 h/a, que correspondem a 195 créditos. Destes, 2.715 horas são de disciplinas (181 créditos) e 210 horas de atividades complementares (14 créditos).

5. O número mínimo de créditos que o (a) acadêmico(a) poderá matricular-se, semestralmente, na Licenciatura em Geografia, será de quatro (4), conforme reza o art. 44, § 4º do Regimento Acadêmico da UFT.

6. O número máximo de créditos que o (a) acadêmico poderá matricular-se, semestralmente, na Licenciatura em Geografia, será de trinta e dois (32), atendendo o que dispõe o art. 44, § 2º do Regimento Acadêmico da UFT.

3.3.6.2. Distribuição dos componentes curriculares do curso de Licenciatura em Geografia – PPC/ 2009

Primeiro Semestre

Código	Componentes Curriculares	Carga Horária				Pré-requisitos
		Créd.	Teórica	Prática	Total	
	Metodologia da Pesquisa	04	45	15	60	-
	Filosofia da Educação	04	60	-	60	-
	Leitura e Produção de Textos	04	60	-	60	-
	História do Pensamento Geográfico	04	60	-	60	-
	Geologia	04	45	15	60	-
	Parcial	20	270	30	300	
	Acumulativo	20	270	30	300	

Segundo Semestre

Código	Componentes Curriculares	Carga Horária				Pré-requisitos
		Créd.	Teórica	Prática	Total	
	História da Educação	04	60	-	60	-
	Geografia Econômica	04	45	15	60	-
	Teoria e Método em Geografia	04	60	-	60	História do Pensamento Geográfico
	Geomorfologia	04	45	15	60	Geologia
	Cartografia I	04	45	15	60	-
	Sociologia da Educação	04	60	00	60	-
	Parcial	24	315	45	360	
	Acumulativo	44	585	75	660	

Terceiro Semestre

Código	Componentes Curriculares	Carga Horária				Pré-requisitos
		Créd.	Teórica	Prática	Total	
	Hidrografia	04	45	15	60	Geomorfologia
	Geografia da População	04	45	15	60	-
	Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	06	60	30	90	-
	Psicologia da Educação I	04	60	-	60	-
	Didática	04	60	-	60	-
	Parcial	22	270	60	330	
	Acumulativo	66	855	135	990	

Quarto Semestre

Código	Componentes Curriculares	Carga Horária				Pré-requisitos
		Créd.	Teórica	Prática	Total	
	Psicologia da Educação II	04	45	15	60	-
	Política, Legislação e Organização da Educação Básica	04	60	-	60	-
	Geografia Agrária	04	45	15	60	-
	Metodologia do Ensino de Geografia na Educação Básica	06	75	15	90	-
	Climatologia	04	45	15	60	-
	Parcial	22	270	60	330	
	Acumulativo	88	1125	195	1320	

Quinto Semestre

Código	Componentes Curriculares	Carga Horária				Pré-requisitos
		Créd.	Teórica	Prática	Total	
	Solos Tropicais e Uso da Terra	04	45	15	60	Climatologia
	Estágio Investigativo I	06	60	30	90	Metodologia do Ensino de Geografia na Educação Básica
	Geografia Urbana	04	45	15	60	-
	Cartografia II	04	30	30	60	Cartografia I
	Geografia Política	04	45	15	60	-
	Parcial	22	225	75	330	
	Acumulativo	110	1350	270	1650	

Sexto Semestre

Código	Componentes Curriculares	Carga Horária				Pré-requisitos
		Créd.	Teórica	Prática	Total	
	(Optativa)	04	60	-	60	-
	Estágio Investigativo II	07	60	45	105	Estágio Investigativo I
	Biogeografia	04	45	15	60	Solos Tropicais e Uso da Terra
	Geografia Regional e Espaço Mundial	04	60	-	60	-
	Geografia do Tocantins	04	45	15	60	-
	Parcial	23	270	30	345	
	Acumulativo	133	1620	300	1995	

Sétimo Semestre

Código	Componentes Curriculares	Carga Horária				Pré-requisitos
		Créd.	Teórica	Prática	Total	
	Sensoriamento Remoto	04	45	15	60	-
	Estágio Supervisionado no Ensino Fundamental	07	60	45 ⁸	105	Estágio Investigativo II
	Metodologia de Projetos Científicos em Geografia	04	60	-	60	-
	Recursos Naturais e Meio Ambiente	04	45	15	60	-
	Geografia do Turismo	04	45	15	60	-
	Parcial	23	255	45	345	
	Acumulativo	156	1875	345	2340	

Oitavo Semestre

Código	Componentes Curriculares	Carga Horária				Pré-requisitos
		Créd.	Teórica	Prática	Total	
	Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	06	15	75	90	Todas as componentes curriculares, exceto do 8º período
	Optativa	04	60	-	60	-
	Optativa	04	60	-	60	-
	Geografia Regional do Brasil	04	60	-	60	-
	Estágio Supervisionado no Ensino Médio	07	60	45 ⁹	105	Estágio Supervisionado no Ensino Fundamental
	Parcial	25	255	75	375	
	Acumulativo	156	1875	345	2340	
	Total	181	2130	420	2715	
	Atividades Complementares	14	-	-	210	
	Total	195			2.925	

⁸ Das 45 horas práticas, 12 horas serão destinadas para Regência no Ensino Fundamental.

⁹ Das 45 horas práticas, 12 horas serão destinadas para Regência no Ensino Médio.

3.3.6.3. Disciplinas optativas: 180h/a

Nº	Disciplina	Crédito	CH-Total	Curso
1.	Geografia da Amazônia	4	60	Geografia
2.	Geografia Cultural	4	60	Geografia
3.	Geografia da Saúde	4	60	Geografia
4.	Análise em Categorias Geográficas	4	60	Geografia
5.	Quantificação em Geografia	4	60	Geografia
6.	Planejamento Ambiental	4	60	Geografia
7.	Geografia da Religião	4	60	Geografia
8.	Geoecologia do Cerrado	4	60	Geografia
9.	Fundamentos e Metodologia da Educação Inclusiva	4	60	Geografia
10.	Educação Ambiental	4	60	Geografia
11.	Fundamentos e Metodologia da Educação de Jovens e Adultos	4	60	Geografia

EMENTÁRIO DOS COMPONENTES CURRICULARES

PRIMEIRO SEMESTRE

CURSO: GEOGRAFIA – LICENCIATURA			
DISCIPLINA: Metodologia da Pesquisa			
PRÉ-REQUISITO: Não há			
CH Total: 60 horas	CH Teórica: 45 horas	CH Prática: 15 horas	Créditos: 04
EMENTA: <p>Leitura analítica e crítica de textos. Instruções para a realização de seminários. Produção de resumos, fichamentos, sínteses, resenhas etc. Estudo das normalizações da ABNT. Identificação de trabalhos acadêmicos: monografias, trabalhos de conclusão de curso - TCC, dissertações e teses. Publicação de resultados de estudos de pesquisa: artigos científicos, relatórios técnico-científicos, <i>papers</i> ou comunicações científicas, ensaios científicos. Atividades científicas extra-acadêmicas: Seminários, Encontros, Jornadas, Congressos, Simpósios, Fóruns, Painéis e outros. Noções para elaboração de projetos de pesquisa. O uso da biblioteca como recurso à produção e identificação de textos acadêmicos. Aplicação das normalizações da ABNT. O uso da informática na produção textual.</p>			
OBJETIVO GERAL: <p>Propiciar a produção de resumos, fichamentos, sínteses, resenhas críticas, artigos científicos, o uso das normalizações da ABNT, bem como as orientações para elaboração e apresentação de trabalhos científicos.</p>			
REFERÊNCIAS BÁSICAS: <p>GONÇALVES, H. A. Manual de monografia, dissertação e tese. São Paulo: Avercamp, 2004.</p> <p>LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Fundamentos de Metodologia Científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.</p> <p>SEVERINO, A. J. Metodologia do Trabalho Científico. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2002.</p>			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES: <p>DEMO, P. Pesquisa: princípio científico. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2000.</p> <p>GONÇALVES, H. A. Manual de artigos científicos. São Paulo: Avercamp, 2006.</p> <p>LAVILLE, C.; DIONNE, J. A Construção do Saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Editora Artes Médicas; Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.</p>			

CURSO: GEOGRAFIA – LICENCIATURA			
DISCIPLINA: Filosofia da Educação			
PRÉ-REQUISITO: Não há			
CH Total: 60 horas	CH Teórica: 60 horas	CH Prática: 00 horas	Créditos: 04
EMENTA: Filosofia e Filosofia da Educação. Pressupostos filosóficos que fundamentam a educação. Pragmatismo, Existencialismo, Fenomenologia, Personalismo e Dialética. O pensamento filosófico de Paulo Freire.			
OBJETIVO GERAL: Compreender a filosofia em suas dimensões histórica, gnosiológica, conceitual, social e ética, e sua importância para uma visão de educação crítica e reflexiva.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS: CHAUI, M. Convite à Filosofia . São Paulo: Ática, 1999. LUCKESI, C. Filosofia da Educação . São Paulo: Cortez, 1990. MERLEAU-PONTY, M. Fenomenologia da Percepção . São Paulo: Martins Fontes, 1994.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES: SAVIANI, D. Pedagogia Histórico-crítica, primeiras aproximações . São Paulo: Autores Associados, 1994. FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999. DEWEY, J.. Vida e Educação . São Paulo: Melhoramentos, 1978.			

CURSO: GEOGRAFIA – LICENCIATURA			
DISCIPLINA: Leitura e Produção de Textos			
PRÉ-REQUISITO: Não há			
CH Total: 60 horas	CH Teórica: 60 horas	CH Prática: 00 horas	Créditos: 04
EMENTA: <p>Estudo do texto e elementos da textualidade. Caracterização dos tipos, gêneros textuais e condições de produção. Estrutura do parágrafo. Pontuação. Níveis de formalismo. Tópicos de gramática normativa. Produção das mais variadas formas textuais (narrativas, resumos, artigos, resenhas etc.).</p>			
OBJETIVO GERAL: <p>Desenvolver a competência linguística para a produção de diferentes tipos e gêneros de textos, dominando, sobretudo, o emprego linguístico da norma padrão</p>			
REFERÊNCIAS BÁSICAS: <p>BLIKSTEIN, I. Técnicas de comunicação escrita. São Paulo: Ática, 2003.</p> <p>CITELLI, A. Linguagem e persuasão. São Paulo: Ática, 2002.</p> <p>DIONÍSIO, A. P. , MACHADO , A. R. BEZERRA, M. A. (Orgs.). Gêneros Textuais e ensino. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.</p>			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES: <p>FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. Lições de texto: leitura e redação. 2. ed. São Paulo: Ática, 1997.</p> <p>GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.</p> <p>KOCH, I.G.V. Desvendando os segredos do texto. São Paulo: Cortez, 2002. 2002.</p>			

CURSO: GEOGRAFIA – LICENCIATURA			
DISCIPLINA: História do Pensamento Geográfico			
PRÉ-REQUISITO: Não há			
CH Total: 60 horas	CH Teórica: 60 horas	CH Prática: 00 horas	Créditos: 04
EMENTA: <p>O conhecimento geográfico na antiguidade. O conhecimento geográfico na Idade Média. Ampliação dos conhecimentos geográficos na Idade Moderna. A Geografia clássica da primeira metade do século XX. A produção e sistematização da Ciência Geográfica na contemporaneidade.</p>			
OBJETIVO GERAL: <p>Oferecer uma visão panorâmica da Ciência Geográfica, desde os seus primórdios (idades antiga e média) ao contexto moderno e contemporâneo, sobretudo uma visão geral da Geografia clássica.</p>			
REFERÊNCIAS BÁSICAS <p>ANDRADE, M. C. Geografia Ciência da sociedade: uma introdução à análise do pensamento geográfico. São Paulo: Atlas, 1987.</p> <p>BROEK, J. Iniciação aos estudos de Geografia. São Paulo: Atlas, 1976.</p> <p>LACOSTE, Y. A geografia: isso serve antes de tudo para fazer a guerra. Campinas: Papirus, 1987.</p>			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES <p>MOREIRA, R. O que é geografia? São Paulo: Brasiliense, 1982.</p> <p>SODRÉ, N. W. Introdução à geografia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1974.</p> <p>MORAES, A. C. R. Geografia: pequena história crítica. São Paulo: Hucitec, 1990.</p>			

CURSO: GEOGRAFIA – LICENCIATURA			
DISCIPLINA: Geologia			
PRÉ-REQUISITO: Não há			
CH Total: 60 horas	CH Teórica: 45 horas	CH Prática: 15 horas	Créditos: 04
EMENTA: <p>Histórico da Geologia. A Terra e suas características. Constituição litológica. Noções de mineralogia. Dinâmica Externa e Interna. Geotectônica. Tempo Geológico. Aulas de campo. Trabalhos de coleta de materiais (rochas, minerais, fósseis.). Elaboração de material didático-pedagógico.</p>			
OBJETIVO GERAL: <p>Proporcionar aos(as) alunos(as) uma visão ampla sobre a estrutura interna do planeta, sua constituição litológica, destacando os principais tipos de rochas e minerais e sua gênese, bem como analisar os processos intempéricos de natureza física e química, os agentes de natureza geológica e os princípios gerais da teoria da tectônica de placas e deriva continental.</p>			
REFERÊNCIAS BÁSICAS: <p>LEINZ, V. & AMARAL, S. E. Geologia Geral. São Paulo: Nacional, 1978.</p> <p>POPP, J. H.. Geologia Geral. São Paulo: Edgard Blücher, 1989.</p> <p>TEIXEIRA, W. et. all. (Org.) Decifrando a Terra. São Paulo: Oficina de Textos. 2002.</p>			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES: <p>DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL. Geologia do Brasil. Brasília: DNPM, 1984.</p> <p>GABABLIA, G. P. R. & MILANI, E. J. Origem e evolução de bacias sedimentares. Rio de Janeiro: PETROBRÁS, 1990.</p> <p>McALESTER, A. L. História Geológica da Terra. São Paulo: Edgar Blücher, 1991.</p>			

SEGUNDO SEMESTRE

CURSO: GEOGRAFIA – LICENCIATURA			
DISCIPLINA: História da Educação			
PRÉ-REQUISITO: Não há			
CH Total: 60 horas	CH Teórica: 60 horas	CH Prática: 00 horas	Créditos: 04
EMENTA: <p>História, Historiografia da educação e fontes. Reconstrução da história da educação no Brasil, da Colônia ao momento atual. Educação contemporânea no Brasil: problemas e perspectivas. O pensamento pedagógico brasileiro e as políticas educacionais. Exame das proposições dos(as) principais pedagogos(as). Movimentos sociais em direção da universalização da educação.</p>			
OBJETIVO GERAL <p>Compreender os fatores históricos, sociais, políticos e econômicos determinantes da evolução do sistema educacional brasileiro e as transformações das práticas pedagógicas.</p>			
REFERÊNCIAS BÁSICAS: <p>LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. 500 anos de educação no Brasil. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. GHIRALDELLI JÚNIOR, P. História da educação. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2001. SAVIANI, D. História das idéias pedagógicas no Brasil. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.</p>			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES: <p>STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. C. (Orgs.). Histórias e Memórias da educação no Brasil, vol. 1: séculos XVI-XVII. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. LOMBARDI, J. C.; NASCIMENTO, M. I. M.. (Orgs.). Fontes, história e historiografia da educação. Campinas, SP: Autores Associados, 2004. LINS, A. M. M.. Educação Moderna: contradições entre o projeto civilizatório burguês e as lições do capital. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.</p>			

CURSO: GEOGRAFIA – LICENCIATURA			
DISCIPLINA: Geografia Econômica			
PRÉ-REQUISITO: Não há			
CH Total: 60 horas	CH Teórica: 45 horas	CH Prática: 15 horas	Créditos: 04
EMENTA: <p>Principais paradigmas do pensamento econômico e seus respectivos desdobramentos. Os conceitos mais importantes e recorrentes em geografia econômica. Teorias de desenvolvimento na perspectiva histórico-espacial do desenvolvimento desigual-combinado. Distribuição geográfica dos principais sistemas produtivos e a lógica da reprodutibilidade espacial do capital. Globalização da economia e mercantilização da vida e da cultura. Financeirização. Emergência de novas tecnologias. Integração e formação de mercados supranacionais e as mutações no trabalho e no emprego. Pesquisa de fontes da imprensa escrita e audiovisual sobre a temática econômica.</p>			
OBJETIVO GERAL: <p>Desenvolver a compreensão do funcionamento da economia capitalista, seus setores de produção, sua distribuição e localização geográfica, bem como os problemas do desenvolvimento e os condicionantes do regime produtivo e reprodutivo contemporâneo.</p>			
REFERÊNCIAS BÁSICAS: <p>CHENAI, F. A mundialização do capital. São Paulo: Xamã, 1996.</p> <p>HARVEY, D. Condição Pós-Moderna. São Paulo: Loyola, 1992.</p> <p>SANTOS, M. A Natureza do espaço: técnica e tempo/razão e emoção. São Paulo: HUCITEC, 1996.</p>			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES: <p>CHENAI, F. Uma nova fase do capitalismo? São Paulo: Xamã, 2003.</p> <p>MARX, Karl. A Ideologia Alemã. São Paulo: Editora Martins, 2002.</p> <p>RANGEL, Ignácio. Obras reunidas. São Paulo: Rio de Janeiro: Contraponto, v. 1 e 2, 2005.</p>			

CURSO: GEOGRAFIA – LICENCIATURA			
DISCIPLINA: Teoria e Método em Geografia			
PRÉ-REQUISITO: História do Pensamento Geográfico			
CH Total: 60 horas	CH Teórica: 60 horas	CH Prática: 00 horas	Créditos: 04
EMENTA: <p>Noções gerais sobre os métodos nas Ciências Sociais. Os métodos da Geografia. Os paradigmas da Ciência Geográfica. A produção geográfica sob os diferentes métodos de interpretação de mundo. As categorias da Geografia. Tendências atuais da Geografia.</p>			
OBJETIVO GERAL: <p>Oferecer ao(à) acadêmico(a) uma base sob as diferentes visões filosóficas sob as quais a Geografia tem sido produzida, ou seja, a positivista ou tradicional, a neopositivista ou nova, a crítica, a fenomenológica, possibilitando ao(à) acadêmico(a) uma visão crítica enquanto licenciando(a), permitindo-lhe identificar as diversas correntes do pensamento geográfico.</p>			
REFERÊNCIAS BÁSICAS: <p>CAPEL, H. Filosofia em la geografia contemporânea: uma introducion a la geografia. Barcelona. Barcanova, 1981.</p> <p>GEORGE, P. Os métodos da Geografia. São Paulo: Difel, 1978.</p> <p>GOMES, P. C. C. Geografia e Modernidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.</p>			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES: <p>MORAES, A. C. R. Geografia: pequena história crítica. São Paulo: Hucitec, 1990.</p> <p>SANTOS, M. Espaço e método. São Paulo: Hucitec, 1985.</p> <p>_____. A natureza do espaço. São Paulo: Hucitec, 1996.</p>			

CURSO: GEOGRAFIA – LICENCIATURA			
DISCIPLINA: Geomorfologia			
PRÉ-REQUISITO: Geologia			
CH Total: 60 horas	CH Teórica: 45 horas	CH Prática: 15 horas	Créditos: 04
EMENTA: <p>Histórico da Geomorfologia – as principais escolas. Sistemas geomorfológicos. Agentes Endógenos e Exógenos. Teoria da evolução do relevo. As grandes unidades geomorfológicas. O clima como agente de esculturação do relevo. Superfícies de erosão. Aulas de campo para interpretação dos processos morfogenéticos do relevo local. Manuseio e interpretação de cartas topográficas, fotografias aéreas, imagens de satélite. Identificação de diferentes padrões morfológicos (Planaltos, Planícies, Chapadas...). Elaboração de maquetes.</p>			
OBJETIVO GERAL: <p>Fornecer ao(à) discente uma visão ampla dos processos responsáveis pela formação do relevo, destacando-se aqueles relacionados aos processos orogenéticos e epirogenéticos, ressaltando-se também a importância dos fenômenos climáticos na esculturação do modelado terrestre.</p>			
REFERÊNCIAS BÁSICAS: <p>CASSETI, V. Elementos de Geomorfologia. Goiânia: Editora da UFG, 1994..</p> <p>CHRISTOFOLETTI, A. Geomorfologia. São Paulo : Edgard Blücher, 1974.</p> <p>PENTEADO, M. M. Fundamentos de Geomorfologia. Rio de Janeiro: IBGE, 1974.</p>			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES: <p>CUNHA, S. B. ; GUERRA, A. J. T. (Org.) Geomorfologia: exercícios, técnicas e aplicações. São Paulo : Bertand Brasil, 1996.</p> <p>_____, (Org.) Geomorfologia do Brasil. São Paulo: Bertand Brasil, 1998.</p> <p>ROSS, J. L. S. Geomorfologia: ambiente e planejamento. São Paulo:Contexto, 1990.</p>			

CURSO: GEOGRAFIA – LICENCIATURA			
DISCIPLINA: Cartografia I			
PRÉ-REQUISITO: Não há			
CH Total: 60 horas	CH Teórica: 45 horas	CH Prática: 15 horas	Créditos: 04
EMENTA: <p>Definição e histórico. Representação da Terra. Sistemas de projeções. Coordenadas geográficas e fusos horários. Escalas. Convenções cartográficas. Classificação de produtos cartográficos. Cartogramas e diagramas. Leitura de cartas/mapas. Introdução à leitura de imagens de satélite e fotografias aéreas. Representação planialtimétrica da Terra. Uso das representações cartográficas enquanto recurso didático para o ensino de Geografia na educação básica. Aquisição de habilidades de observação, abstração, correlação, leitura e interpretação, associadas à Cartografia escolar.</p>			
OBJETIVO GERAL: <p>Compreender e identificar os elementos básicos de Cartografia, visando à análise geográfica do mapa, bem como proporcionar o conhecimento e a compreensão da linguagem cartográfica.</p>			
REFERÊNCIAS BÁSICAS: <p>INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Atlas Geográfico: Escolar. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.</p> <p>JOLI, F. A Cartografia. São Paulo: Papirus, 1990.</p> <p>LIBAULT, A. Geocartografia. São Paulo: Nacional, 1975.</p>			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES: <p>MARTINELLI, M. Curso de Cartografia Temática. São Paulo: Contexto, 1991.</p> <p>_____. Cartografia Temática: Caderno de Matemática. São Paulo: EDUSP, 2003.</p> <p>RAIZ, E. Cartografia Geral. Rio de Janeiro: Científica, 1964.</p>			

CURSO: GEOGRAFIA – LICENCIATURA			
DISCIPLINA: Sociologia da Educação			
PRÉ-REQUISITO: Não há			
CH Total: 60 horas	CH Teórica: 60 horas	CH Prática: 00 horas	Créditos: 04
OBJETIVO GERAL: <p>Conhecer os clássicos das ciências sociais para compreender a relação entre educação e sociedade, conhecendo os múltiplos temas do campo educacional, que se firmam em várias tradições sociológicas e não apenas em uma delas, bem como analisar criticamente a realidade educacional, refletindo a sua própria prática social como futuro(a) profissional da educação.</p>			
EMENTA: <p>Introdução ao objeto e método da Sociologia pela contribuição dos clássicos: Durkheim, Weber e Marx e dos contemporâneos: Gramsci e Bourdieu. Conceitos básicos: sociedade, educação, cultura, etnia e gênero. As instituições sociais e os movimentos sociais. Exame de questões da educação e compreensão do papel desempenhado pela sociologia no quadro educacional da atualidade. Relações entre neoliberalismo e educação. O papel social do professor.</p>			
REFERÊNCIAS BÁSICAS: <p>BORDIEU, P. PASSERON, J. C. A. A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.</p> <p>BUFFA, É. ARROYO, Miguel, NOSELA, Pablo. Educação e cidadania: quem educa o cidadão? São Paulo: Cortez, 1987.</p> <p>DURKHEIM, E. Educação e sociologia. São Paulo: Melhoramentos, 1980.</p>			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES: <p>FERREIRA, R. M. Sociologia da educação. Petrópolis: Vozes, 1993.</p> <p>GENTILI, P. ; SILVA, T. T. (Orgs.) Neoliberalismo, qualidade total e educação. Petrópolis: Vozes, 1994.</p> <p>PEREIRA, L. ; FORACCHI, M. M. Educação e sociedade. São Paulo: Nacional, 1985.</p>			

TERCEIRO SEMESTRE

CURSO: GEOGRAFIA – LICENCIATURA			
DISCIPLINA: Hidrografia			
PRÉ-REQUISITO: Geomorfologia			
CH Total: 60 horas	CH Teórica: 45 horas	CH Prática: 15 horas	Créditos: 04
EMENTA: Ciclo hidrológico; Distribuição das águas no Globo Terrestre e sua importância e utilização; Recursos hídricos superficiais e subterrâneos; Gestão dos recursos hídricos; Drenagem em áreas urbanas; Bacias hidrográficas brasileiras; Manejo integrado de bacias hidrográficas. Elaboração de materiais didáticos com produtos recicláveis (filtros). Construção de maquetes. Coleta e análise de amostras de água. Análise de imagens de satélite. Trabalhos de campo em microbacias hidrográficas. A problemática da poluição hídrica, enchentes e assoreamento. A erosão, uso de biocidas e uso da água. Visita técnica a pequenas represas hidrelétricas e na usina do município de Estreito e Luis Eduardo Magalhães.			
OBJETIVO GERAL: Entender os processos envolvidos na dinâmica hidrológica, tendo como unidade de referência a unidade territorial bacia hidrográfica, bem como as interferências antrópicas no meio aquático abordados sob a perspectiva sistêmica.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS: MUNHÖZ, H. R. (Org.) Interfaces da gestão de recursos hídricos: desafios da Lei de Águas de 1997. 2. ed. Brasília: Secretaria de Recursos Hídricos, 2000. REBOUÇAS, A. da C. et al. Águas doces no Brasil: Capital Ecológico, uso e conservação. 2.ed. São Paulo. Escrituras, 2002. SOUSA JUNIOR, W. C. Gestão das Águas no Brasil: reflexões, diagnósticos e desafios. São Paulo: Peirópolis, 2004.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES: CHRISTOFOLETTI, A. Geomorfologia fluvial. São Paulo: Edgard Blücher, 1981. DREW, D. Processos interativos homem-meio ambiente. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. RODRIGUEZ, F. A. (Coord.). Gerenciamento de recursos hídricos. Brasília: Secretaria de Recursos Hídricos, 1998.			

CURSO: GEOGRAFIA – LICENCIATURA			
DISCIPLINA: Geografia da População			
PRÉ-REQUISITO: Não há			
CH Total: 60 horas	CH Teórica: 45 horas	CH Prática: 15 horas	Créditos: 04
EMENTA: População mundial: história e espaço geográfico. Teorias demográficas. Fontes de dados. Movimentos migratórios e mobilidade populacional. Natalidade, mortalidade, crescimento natural e vegetativo. Composição e técnicas de mensuração: etária, por sexo, étnico e estudos de PEA. Medidas de densidade e distribuição populacional. Processo de projeção populacional e tendências de mobilidade. Povos, religiões e conflitos. Desigualdades regionais e o planejamento. O Brasil e o estado do Tocantins e sua população. Estudos de caso. Aulas práticas no laboratório de informática. Saídas a campo. Visitas a órgãos técnicos como o IBGE. Confecção de materiais didático-pedagógicos acerca da distribuição da população sobre o espaço terrestre.			
OBJETIVO GERAL: Compreender a dinâmica da população no Brasil e no mundo, interpretando dados demográficos e analisando a população quanto à distribuição no espaço e no tempo.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS: ANDRADE, M. C. A Federação Brasileira: uma análise geopolítica e geo-social . 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003. DAMIANI, A. L. População e Geografia . São Paulo: Contexto, 2004. GEORGE, P. Geografia da População . 8.ed. Rio de Janeiro: Bertrand: 1973.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES: ARAB-OGGLI, E. A. et al. Teoria da População . Moscou: Edições Progresso, 1987. BEAUJEU-GARNIER, J. Geografia de População . 2. ed. São Paulo: Nacional, 1980. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Tendências Demográficas: uma análise dos resultados da amostra do censo demográfico 2000 . Coordenação de população e indicadores sociais. Rio de Janeiro:IBGE, 2004			

CURSO: GEOGRAFIA – LICENCIATURA			
DISCIPLINA: Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS			
PRÉ-REQUISITO: Não há			
CH Total: 90 horas	CH Teórica: 60 horas	CH Prática: 30 horas	Créditos: 06
EMENTA: A mímica como recurso gestual/visual na comunicação. Alfabeto manual. Gramática de libras. Conteúdos básicos de libras: Expressão corporal e facial. Pesquisa de campo e apresentação de resultados em painéis.			
OBJETIVO GERAL: Reconhecer os aspectos teóricos e metodológicos da linguagem de sinais.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS: BRITO, L. F. Por uma Gramática de Línguas de Sinais. Tempo Brasileiro, 1995 CAPOVILLA, F. C. ; RAPHAEL, W. D. (Orgs.) Dicionário Enciclopédico Ilustrado LIBRAS. São Paulo: EDUSP,2002. QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. B. Língua de Sinais Brasileira – estudos linguísticos. Porto Alegre: Artes Médicas, 2004.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES: GESUELI, Z. M. Linguagem: desafios e realidades. São Paulo: Plexus, 2003. KOZLOWSKI, L. A Percepção Auditiva e Visual da Fala. Rio de Janeiro: Revinter, 1997. CARVALHO, I. S.; CASTRO. A. R. Comunicação por Língua Brasileira de Sinais. Brasília: SENAC, 2005.			

CURSO: GEOGRAFIA – LICENCIATURA			
DISCIPLINA: Psicologia da Educação I			
PRÉ-REQUISITO: Não há			
CH Total: 60 horas	CH Teórica: 60 horas	CH Prática: 00 horas	Créditos: 04
<p>EMENTA:</p> <p>Estudo da infância, adolescência e vida adulta. Caracterização dos fatores e princípios básicos do desenvolvimento humano. Análise do desenvolvimento individual da adolescência e vida adulta e suas implicações didático-pedagógicas. Conceitos básicos para a compreensão dos principais sistemas psicológicos. Contextualização da produção teórica da psicologia e suas implicações nas práticas educacionais da atualidade.</p>			
<p>OBJETIVO GERAL:</p> <p>Desenvolver uma visão global sobre o desenvolvimento humano (infância à vida adulta), com ênfase na adolescência, proporcionando um maior aprofundamento de seus conhecimentos acerca da especificidade da atividade educativa.</p>			
<p>REFERÊNCIAS BÁSICAS:</p> <p>LA TAILLE, Y.; OLIVEIRA, M. K.; DANTAS, H. Piaget, Vigotsky, Wallon: Teorias psicogenéticas em discussão. São Paulo: Summus, 1992.</p> <p>OLIVEIRA, M.K. Vygotsky - Aprendizado e Desenvolvimento - um processo sócio-histórico. São Paulo: Scipione, 1994.</p> <p>PIAGET, J. ; INHELDER, B. A Psicologia da Criança. Rio de Janeiro: Difel, 1978.</p>			
<p>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:</p> <p>MIZUKAMI, M.G.N. Ensino: Abordagens do Processo. São Paulo: EPU, 1986.</p> <p>REGO, T. C. Vygotsky: Uma perspectiva histórico-cultural da educação. Petrópolis: Vozes, 1995</p> <p>VYGOSKY, L. S. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1984.</p>			

CURSO: GEOGRAFIA – LICENCIATURA			
DISCIPLINA: Didática			
PRÉ-REQUISITO: Não há			
CH Total: 60 horas	CH Teórica: 60 horas	CH Prática: 00 horas	Créditos: 04
EMENTA: Os fundamentos e a ação docente nas diferentes tendências pedagógicas. A didática como atividade integradora na construção de propostas globalizadas, sob diferentes modalidades de operacionalização: sistemas de projetos, unidades de experiência, centros de interesses. O professor numa perspectiva de profissionalização. O papel da investigação no processo de formação docente.			
OBJETIVO GERAL: Analisar criticamente os fundamentos e ação docente nas diferentes tendências pedagógicas e as múltiplas determinações que interferem no processo ensino-aprendizagem, elaborando e reelaborando o conhecimento no âmbito da escola, a partir de uma dada realidade.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS: CANDAU, V. M. Rumo a uma nova didática . Rio de Janeiro: Vozes, 2000. LIBÂNEO, J. C. Democratização da escola pública : a pedagogia crítico-social dos conteúdos. São Paulo: Loyola, 1985. _____. Didática . São Paulo: Cortez, 1995.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES: CORDEIRO, J. Didática . São Paulo: Contexto, 2007. SANT’ANNA, F. M. et. all. Planejamento de ensino e avaliação . Porto Alegre: Sagra-Luzzato, 1998. VEIGA, I. P. A.. Repensando a didática . 11. ed. Campinas: Papirus, 1996.			

QUARTO SEMESTRE

CURSO: GEOGRAFIA – LICENCIATURA.			
DISCIPLINA: Psicologia da Educação II			
PRÉ-REQUISITO: Psicologia da Educação I			
CH Total: 60 horas	CH Teórica: 45 horas	CH Prática: 15 horas	Créditos: 04
EMENTA: Identificação do fenômeno aprendizagem, segundo a interpretação dos principais teóricos, focalizando os diferentes fatores que propiciam este processo. Psicologia e educação – as relações existentes, concepções atuais e objetos de estudo. Psicologia da Aprendizagem – conceitos e fatores dominantes. Diferentes perspectivas teóricas: Concepção Behaviorista – Watson; Concepção Humanista – Rogers; Epistemologia Genética – Piaget; Concepção Interacionista – Vygotsky; Contribuição da Psicanálise; Concepções de Gardner e Wallon sobre o processo de aprendizagem. Implicações destes conhecimentos para a prática pedagógica em sala de aula.			
OBJETIVO GERAL: Conhecer os fundamentos teóricos da concepção de aprendizagem, principalmente da aprendizagem educacional do adolescente.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS: COLL, E. et al. Psicologia da Educação . Porto Alegre: Artes Médicas, 1991. MILLOT, C. Freud antipedagogo . Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. WOOLFOLK, A. E. Psicologia da Educação . Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES: MOREIRA, M. A. Teorias de Aprendizagem . São Paulo: EPU, 1999. PIAGET, J. Seis Estudos de Psicologia . Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1980. VYGOTSKY, L. A Formação Social da Mente . 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1988.			

CURSO: GEOGRAFIA – LICENCIATURA			
DISCIPLINA: Política, Legislação e Organização da Educação Básica			
PRÉ-REQUISITO: Não há			
CH Total: 60 horas	CH Teórica: 60 horas	CH Prática: 00 horas	Créditos: 04
EMENTA: <p>Estudo analítico das políticas públicas educacionais no Brasil. Organização dos sistemas de ensino considerando as peculiaridades nacionais e os contextos internacionais e a legislação de ensino federal, estadual e municipal. Estrutura e funcionamento da educação básica. Planejamento e o funcionamento da educação. Financiamento e gestão. Políticas de formação e profissionalização dos (as) trabalhadores (as) da educação. Pesquisa sobre financiamento da educação básica, gestão, planejamento, legislação educacional e direito da infância e da adolescência.</p>			
OBJETIVO GERAL: <p>Conhecer os processos filosóficos, históricos, sócio-econômicos e políticos, implícitos e explícitos no sistema educacional brasileiro e seus reflexos nos fundamentos legais, planejamento e financiamento.</p>			
REFERÊNCIAS BÁSICA: <p>BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 2003.</p> <p>_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDB). Rio de Janeiro: Casa Editorial Pargos, 1997.</p> <p>CURY, C. R. J. Legislação educacional brasileira. 9 ed. Rio de Janeiro: DP&A. 2005.</p>			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES: <p>MENESES, J. G. (Org.) . Estrutura e Funcionamento da Educação Básica. 2 ed. São Paulo: Thomson, 1998.</p> <p>OLIVEIRA, Dalila Andrade. Educação Básica: gestão do trabalho e da pobreza. Petrópolis,RJ: Vozes, 2000.</p> <p>OLIVEIRA, J. O.; TOSCHI, M. S.; LIBÂNEO, J. C.. Educação Escolar: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2003.</p>			

CURSO: GEOGRAFIA – LICENCIATURA.			
DISCIPLINA: Geografia Agrária			
PRÉ-REQUISITO: Não há			
CH Total: 60 horas	CH Teórica: 45 horas	CH Prática: 15 horas	Créditos: 04
EMENTA: A agricultura no feudalismo. A transição do feudalismo para o capitalismo. A agricultura sob o modo capitalista de produção. A geografia agrária no Brasil e as fases de desenvolvimento. O processo de modernização da atividade agropecuária. Reforma agrária e luta pela terra. A atividade agrícola e a natureza como recurso e restrição. Fatores de produção: terra, trabalho, capital, informação, comercialização e mercado. Trabalho de campo. Análise dos problemas históricos no campo e da questão fundiária no Brasil, bem como as implicações dessa temática no ensino de Geografia na educação básica.			
OBJETIVO GERAL: Permitir a compreensão dos conceitos e temas da Geografia agrária ao longo dos tempos e sua contribuição para a análise do campo, particularmente da questão agrária brasileira.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS: ELIAS, D. Globalização e agricultura: a região de Ribeirão Preto. São Paulo: EDUSP 2003. (Coleção Campi; 21) _____. (Org.) O novo espaço da produção globalizada: o Baixo Jaguaribe. Fortaleza: FUNECE, 2002. OLIVEIRA, A. U. Modo capitalista de produção e agricultura. 3. ed. São Paulo: Ática, 1990.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES: FERNANDES, B. M. A formação do MST no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2000. LOPES, A. P. Depois da terra, o desafio para permanecer: o assentamento Muricizal – Muricilândia (TO). 2001. 157f. Dissertação (Mestrado em Geografia) Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, 2001. SILVA, J. G. O que é questão agrária. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1998. (coleção primeiros passos).			

CURSO: GEOGRAFIA – LICENCIATURA.			
DISCIPLINA: Metodologia do Ensino de Geografia na Educação Básica			
PRÉ-REQUISITO: Não há			
CH Total: 90 horas	CH Teórica: 75 horas	CH Prática: 15 horas	Créditos: 06
EMENTA: <p>O pensamento geográfico com suas respectivas correntes e a prática docente no ensino fundamental e médio. As categorias geográficas (espaço, território, região, lugar e paisagem) no processo ensino-aprendizagem e na capacitação crítica dos(as) educadores(as) e dos(as) educandos(as). A avaliação no/do processo ensino-aprendizagem de Geografia. Os Programas e os Planos de aula no ensino de Geografia ampliando novas dimensões pedagógicas.</p>			
OBJETIVO GERAL: <p>Estudar as concepções de Geografia e suas mediações no processo ensino-aprendizagem no ensino fundamental e médio, como também investigar como se processa a avaliação da aprendizagem em Geografia.</p>			
REFERÊNCIAS BÁSICAS: <p>CARLOS, A.F. A.(Org.) A Geografia na Sala de aula. São Paulo: Contexto, 2001.</p> <p>CASTROGIOVANNI, A.C. et alli. (Org.). Ensino de Geografia: práticas e textualizações no cotidiano. 2 ed. Porto Alegre: Mediação, 2002.</p> <p>CAVALCANTI, L. S. Geografia e práticas de ensino. Goiânia: Alternativa, 2002.</p>			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES: <p>CARLOS, A. F. A. (Org.). A Geografia em sala de aula. São Paulo: Contexto, 2001.</p> <p>PONTUSCHKA, N. N.; OLIVEIRA, A. U. de. (Org.). Geografia em perspectiva: ensino e pesquisa. São Paulo: contexto, 2002.</p> <p>TOCANTINS. Proposta curricular. Ensino médio versão preliminar. Palmas: Governo do Tocantins/Secretaria da Educação e Cultura, 2007.</p>			

CURSO: GEOGRAFIA – LICENCIATURA			
DISCIPLINA: Climatologia			
PRÉ-REQUISITO: Não há			
CH Total: 60 horas	CH Teórica: 45 horas	CH Prática: 15 horas	Créditos: 04
EMENTA: <p>Tempo atmosférico e clima. Distribuição e balanço global de radiação. Composição e estrutura da atmosfera terrestre. Elementos e fatores climáticos. Observação, análise e previsão do tempo atmosférico. Circulação geral da atmosfera: massas de ar, frentes e perturbações atmosféricas. Ação antrópica e suas implicações nas variações e mudanças climáticas no planeta. Classificações climáticas. Escalas geográficas do clima: microclima, mesoclima e macroclima. Climatologia aplicada. A dinâmica da atmosfera e sua interação com a superfície terrestre por meio de idas a campo e desenvolvimento de atividades práticas, associando as ações antrópicas na modificação da paisagem terrestre e suas implicações no clima.</p>			
OBJETIVO GERAL: <p>Desenvolver a perspectiva da análise climática a partir das bases conceituais, metodológicas e práticas de climatologia, de modo a compreender a dinâmica da atmosfera e sua interação com a superfície terrestre por meio da relação clima e atividades humanas e suas implicações na evolução da paisagem terrestre e no comportamento do homem.</p>			
REFERÊNCIAS BÁSICAS: <p>AYOADE, J. O. Introdução à Climatologia dos Trópicos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991. MONTEIRO. C. A. F.; MENDONÇA, F. (Orgs.). Clima Urbano. São Paulo: Contexto, 2003. NIMER, E. Climatologia do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE. Departamento de Recursos Naturais e Estudos Ambientais, 1989.</p>			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES: <p>BRANCO S. M.;MURGEL. E. Poluição do Ar. São Paulo: Moderna, 1995. (Coleção Polêmica). TOLENTINO, M.; ROCHA-FILHO, R. C.; SILVA, R. R. O Azul do Planeta – Um Retrato da Atmosfera Terrestre. São Paulo: Moderna, 1995. (Coleção Polêmica). VIANELLO, R. L.; ALVES, A. R. Meteorologia Básica e suas Aplicações. Viçosa: UFV, 2000.</p>			

QUINTO SEMESTRE

CURSO: GEOGRAFIA – LICENCIATURA			
DISCIPLINA: Solos Tropicais e Uso da Terra			
PRÉ-REQUISITO: Climatologia			
CH- Total: 60 horas	CH Teórica: 45 horas	CH Prática: 15 horas	Créditos: 04
EMENTA: Processos de formação dos solos. Descrição morfológica dos solos. Classificação dos solos. Propriedades físicas e químicas. Acidez e alcalinidade. Solos regionais: Usos agrícola e urbano. Processos de degradação: erosão e arenização. Processo de formação dos solos, principalmente em regiões tropicais brasileiras. Aulas práticas no laboratório de solos: análise do processo de formação das camadas litológicas e suas propriedades físicas e químicas. Saída de campo para identificação dos processos de uso e ocupação dos solos na região a partir da agropecuária extensiva. Uso de mapas regionais de vegetação, de solos e de relevo. As condições edafopedoclimáticas e a ação antrópica.			
OBJETIVO GERAL: Compreender a interação entre os fatores bióticos e abióticos para a origem, desenvolvimento e evolução dos diferentes tipos de solos e sua importância econômica, social e ambiental.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS: BRADY, N.C.; BUCKMAN, H. O. Natureza e Propriedade dos Solos . Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 1968. BERTONI, J.; LOMBARDI NETO, F. Informações Fundamentais Para o Manejo do Solo e da Água em Bacia Hidrográfica . In: Conservação do Solo. BERTONI, J. ; LOMBARDI NETO, F. São Paulo: Ícone, 1993, p.333-343. BOTELHO, R. G. M. Planejamento Ambiental em Bacia Hidrográfica . In: Erosão e Conservação dos Solos. Guerra, A. J. T. et al. (Orgs.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999. p. 269-294.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES: COSTA, M. B. B.; CAMPANHOLA, C. A Agricultura Alternativa no Estado de São Paulo . Jaguariúna: EMBRAPA, 1997. EHLERS, E. Agricultura Sustentável: Origens e Perspectivas de Um Novo Paradigma . Guaíba(RS): Agropecuária, 1999. WAGNER, R.; VOGTMANN, H. Agricultura Ecológica: Teoria e Prática . Porto Alegre: Mercado Aberto. 1987.			

CURSO: GEOGRAFIA – LICENCIATURA			
DISCIPLINA: Estágio Investigativo I			
PRÉ-REQUISITO: Metodologia do Ensino de Geografia na Educação Básica			
CH Total:	CH Teórica:	CH Prática:	Créditos:
90 horas	60 horas	30 horas	06
EMENTA: O estágio como pesquisa e a pesquisa no estágio. A relação trabalho, educação e Geografia. A estrutura organizacional das escolas. Mapeamento da realidade escolar e da prática educativa docente. Desenvolvimento de projetos em docência de Geografia na educação básica.			
OBJETIVO GERAL: Pesquisar a ação pedagógica e o processo de ensino-aprendizagem de Geografia na educação básica, e a possibilidade de novas práticas educativas inseridas no cotidiano escolar.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS: CASTROGIOVANNI, A.C. et alli. (Org.). Ensino de Geografia: práticas e textualizações no cotidiano. 2 ed. Porto Alegre: Mediação, 2002. CAVALCANTI, L. S. Geografia e práticas de ensino. Goiânia: Alternativa, 2002. PIMENTA, S. G; LIMA, M. S. L. Estágio e docência. São Paulo: Cortez, 2004.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES: BARREIRO, I. M. F.; GEBRAN, R. A. Prática e estágio supervisionado na formação de professores. São Paulo: Avercamp, 2006. LIBÂNEO, J. B.; OLIVEIRA, J. F.;TOSCHI, M. S. Educação Escolar: Políticas, Estrutura e Organização. São Paulo: Cortez, 2003. VASCANCELLOS, C. S. Planejamento: Projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico. São Paulo: Libertard, 2004.			

CURSO: GEOGRAFIA – LICENCIATURA			
DISCIPLINA: Geografia Urbana			
PRÉ-REQUISITO: Não há			
CH Total: 60 horas	CH Teórica: 45 horas	CH Prática: 15 horas	Créditos: 04
EMENTA: <p>As abordagens teórico-metodológicas sobre o Urbano e a Cidade na história da Geografia. A urbanização e a sociedade ao longo da história. A produção e reprodução do espaço urbano. A Cidade como reflexo da produção do espaço dentro do modo de produção capitalista e suas relações sociais. As Políticas Urbanas nos Séculos XIX, XX e XXI.</p>			
OBJETIVO GERAL: <p>Analisar o processo evolutivo da Cidade ao longo da história, em especial nos Séculos XIX, XX e XXI, identificando a (re)produção do espaço urbano no Brasil e no mundo.</p>			
REFERÊNCIAS BÁSICAS: <p>BENÉVOLO, L. História da cidade. São Paulo: Perspectiva, 1999. CORREA, R. L. O espaço urbano. São Paulo: Ática, 1998. SANTOS, M. A urbanização brasileira. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1998.</p>			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES: <p>CLARCK, D. Introdução à geografia urbana. São Paulo: Difel, 1982. SILVA, J. B. et all. A cidade e o urbano. Fortaleza: EUFC, 1997. SPÓSITO, M. E. Capitalismo e Urbanização. São Paulo: Contexto, 1998.</p>			

CURSO: GEOGRAFIA – LICENCIATURA			
DISCIPLINA: Cartografia II			
PRÉ-REQUISITO: Cartografia I			
CH Total: 60 horas	CH Teórica: 30 horas	CH Prática: 30 horas	Créditos: 04
EMENTA: <p>O ensino de Cartografia: oficinas, metodologias e abordagens. Manuseio de instrumentos cartográficos. Técnicas de uso, leitura e análise de produtos cartográficos. A representação tridimensional. Fundamentos da Cartografia Temática. Construção de Mapas e Cartogramas Temáticos. Produção de material didático. Construção e interpretação de materiais cartográficos no âmbito do ensino de Geografia na educação básica, possibilitando assim, o uso das representações cartográficas enquanto recurso didático. Aquisição de habilidades de observação, abstração, correlação, leitura e interpretação, associadas à Cartografia escolar.</p>			
OBJETIVO GERAL: <p>Utilizar a representação gráfica (mapa e gráfico) e a produção de material didático, como instrumental básico para o ensino de Geografia.</p>			
REFERÊNCIAS BÁSICAS: <p>ALMEIDA, R. D.; PASSINI, E. Y. O Espaço Geográfico Ensino e Representação. São Paulo: Contexto, 1994.</p> <p>_____. Do desenho ao mapa: iniciação a cartografia na escola. São Paulo: Contexto, 2001.</p> <p>CARLOS, A. F. A. A Geografia na sala de aula. São Paulo: Contexto, 2001.</p>			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES: <p>JOLI, F. A Cartografia. São Paulo: Papirus, 1990.</p> <p>OLIVEIRA, C. Curso de cartografia moderna. Rio de Janeiro: FIBGE, 1993.</p> <p>SOUSA, J. G.; KATUTA, A. M. Geografia e conhecimento Cartográfico: a cartografia no movimento de renovação da geografia brasileira e a importância do uso do mapa. São Paulo: UNESP, 2001.</p>			

CURSO: GEOGRAFIA – LICENCIATURA			
DISCIPLINA: Geografia Política			
PRÉ-REQUISITO: Não há			
CH Total: 60 horas	CH Teórica: 45 horas	CH Prática: 15 horas	Créditos: 04
EMENTA: <p>Introdução ao estudo da Geografia Política e da Geopolítica. A natureza do Estado e suas relações espaciais. As redes construídas pelo Estado. O papel do Estado no momento atual. As relações entre Estado, Sociedade e as influências do processo de globalização no território. O processo de fragmentação do poder do Estado frente às corporações internacionais. A reorganização e reordenamento do território no momento contemporâneo. As várias concepções de território. A nova geografia política e o meio técnico-científico-informacional. A análise política do espaço. A Geografia Política da Cidade e os territórios urbanos. A construção de Brasília e a geopolítica brasileira. As fronteiras e a questão da soberania frente a globalização. A emergência do Brasil como líder da América Latina. Contextualização didático-pedagógica da Geografia Política. Leitura sobre o espaço e seu cotidiano, a exemplo: seu bairro, sua rua, bem como a sala de aula. A cidade e as relações de poder que advém do Estado na sociedade capitalista.</p>			
OBJETIVO GERAL: <p>Compreender as especificidades da Geografia Política no contexto da Ciência Geográfica, bem como entender a gênese da Geografia Política e da Geopolítica e suas categorias e conceitos, possibilitando assim analisar o papel atual da Geografia Política e da Geopolítica no que diz respeito ao surgimento do Estado e de sua fragmentação frente à Globalização, como também contextualizá-las no âmbito sócio-econômico, tendo como referência a formação dos mercados mundiais, a força das corporações internacionais, a anulação das fronteiras e a atuação dos organismos supranacionais.</p>			
REFERÊNCIAS BÁSICAS: <p>BECKER, B. K.; EGLER, C.. Brasil: Uma nova potência regional na economia-mundo. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.</p> <p>CASTRO, I. E. et al. (Orgs.). Geografia: Conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.</p> <p>RATZEL, F. Geografia. São Paulo: Ática, 1990.</p>			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES: <p>HAESBAERT, R. Territórios alternativos. Niterói: EdUFF, São Paulo: Contexto, 2002.</p> <p>LACOSTE, Y. A geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. Campinas: Papirus, 1988.</p> <p>VESENTINI, J. W. A capital da geopolítica. São Paulo: Ática, 1986.</p>			

SEXTO SEMESTRE

CURSO: GEOGRAFIA – LICENCIATURA			
DISCIPLINA: Estágio Investigativo II			
PRÉ-REQUISITO: Estágio Investigativo I			
CH Total: 105 horas	CH Teórica: 60 horas	CH Prática: 45 horas	Créditos: 07
<p>EMENTA:</p> <p>Pesquisa etnográfica: a escola enquanto resultado dos processos históricos-geográficos. Identificação das concepções de Geografia e seus reflexos em sala de aula. A Geografia e suas mediações com as diversas vertentes pedagógicas. Verificação da reprodução das correntes do pensamento geográfico e pedagógico, presentes na atuação docente, suas questões conceituais, bem como as hegemonias de umas sobre as demais. Elaboração de projetos de ensino de Geografia nos níveis fundamental (6º ao 9º ano) e médio, sob a forma de pesquisa participante: universidade – escola.</p> <p>OBJETIVO GERAL:</p> <p>Compreender o que é ensinado nas aulas de Geografia, a partir da identificação das concepções da Ciência Geográfica e Pedagógica, e da sua reprodução explícita e implícita em sala de aula, nos livros didáticos, nas tecnologias de ensino e nas demais linguagens, adquirindo assim, saberes para sua futura atuação docente.</p> <p>REFERÊNCIAS BÁSICAS:</p> <p>CASTROGIOVANNI, A.C. et. al. (Org.) Geografia em sala de aula: práticas e reflexões. Porto Alegre: AGB, 1996.</p> <p>LUCKESI, Cipriano. Filosofia da Educação. São Paulo: Cortez, 1990.</p> <p>SAVIANI, Dermeval. História das idéias pedagógicas no Brasil. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.</p> <p>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:</p> <p>BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais. História. Geografia. Brasília: MEC, SEC, 1998.</p> <p>TOCANTINS. Referencial Curricular do Ensino Fundamental das escolas públicas do Estado do Tocantins: Ensino Fundamental do 1º ao 9º ano. Palmas: Secretaria de Estado da Educação e Cultura, 2006.</p> <p>_____. Proposta curricular: Ensino médio versão preliminar. Palmas: Secretaria de Estado da Educação e Cultura, 2007.</p>			

CURSO: GEOGRAFIA – LICENCIATURA			
DISCIPLINA: Biogeografia			
PRÉ-REQUISITO: Solos Tropicais e Uso da Terra			
CH Total: 60 horas	CH Teórica: 45 horas	CH Prática: 15 horas	Créditos: 04
EMENTA: <p>Conceitos e métodos. Origem e evolução das espécies. Ecossistemas terrestres e aquáticos. Ciclos biogeoquímicos. Classificação e distribuição dos seres vivos. Biomas mundiais e brasileiros. Legislação ambiental: fauna e flora. Biotecnologias. Identificação das fitofisionomias regionais e as relações com a fauna endopodônica, bem como as interferências provocadas pela ação humana. Coleta de amostras de vegetais e microorganismos para análise em sala de aula. Elaboração de atividades didáticas: o uso das fibras vegetais e substâncias químicas. Trabalhos de campo para análise, <i>in loco</i>, das práticas agrícolas usadas nos conhecidos agroecossistemas, seja na produção de alimentos, seja na produção de energia, no setor rural e suas consequências ambientais, sociais e econômicas.</p>			
OBJETIVO GERAL: <p>Compreender a interação entre os fatores bióticos e abióticos para a origem, evolução e existência dos seres vivos dos diferentes reinos, bem como, o impacto das atividades antrópicas no meio biótico.</p>			
REFERÊNCIAS BÁSICAS: <p>DARWIN, C. A Origem das Espécies. Belo Horizonte: Itatiaia.2002.</p> <p>GOODMAN, D. ; SORJ, B. ; WILKINSON, J. Da Lavoura às Biotecnologias: Agricultura e Indústria no Sistema Internacional. Rio de Janeiro: Campus, 1990.</p> <p>ODUM, E. Ecologia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1983.</p>			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES: <p>CARPANEZZI, A. A. Benefícios Indiretos da Floresta. In: Reflorestamento de Propriedades Rurais Para Fins Produtivos e Ambientais. GALVÃO, A.P. M. (Org.) Brasília: EMBRAPA. 2000.p. 19-50.</p> <p>GLEISSMAN, S. R. Ecossistemas e Agroecossistemas. In: GLEISSMAN, S. R. Agroecologia. Porto Alegre: UFRGS, 2001. p. 61-79.</p> <p>PASSOS, M. M. Biogeografia e paisagem. São Paulo: UNESP, 1998.</p>			

CURSO: GEOGRAFIA – LICENCIATURA			
DISCIPLINA: Geografia Regional e Espaço Mundial			
PRÉ-REQUISITO: Não há			
CH Total: 60 horas	CH Teórica: 60 horas	CH Prática: 00 horas	Créditos: 04
EMENTA: <p>O conceito de Região ao longo da história do pensamento geográfico. O novo contexto mundial e a atualidade do conceito de região. A configuração do mundo atual e os blocos econômicos. A inserção da região da Amazônia Legal no cenário mundial. O papel do Estado no processo de integração regional.</p>			
OBJETIVO GERAL: <p>Entender o conceito de região e sua transformação ao longo da história da geografia e suas possibilidades de aplicação no mundo contemporâneo, diante dos processos de globalização.</p>			
REFERÊNCIAS BÁSICAS: <p>BENKO, G. Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI. São Paulo: Hucitec, 1996</p> <p>HARVEY, D. A Condição Pós-Moderna. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1989.</p> <p>IANNI, O. A era do globalismo. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996</p>			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES: <p>BARROS II, S. M. Ecoturismo: Alternativa para o Desenvolvimento da Amazônia. Rio de Janeiro, 1991. p. 24-26.</p> <p>BECKER, B. Amazônia. São Paulo: Ática, 1990.</p> <p>KITAMURA, P. C. A Amazônia e o Desenvolvimento Sustentável. Brasília: EMBRAPA, 1994.</p>			

CURSO: GEOGRAFIA – LICENCIATURA			
DISCIPLINA: Geografia do Tocantins			
PRÉ-REQUISITO: Não há			
CH Total: 60 horas	CH Teórica: 45 horas	CH Prática: 15 horas	Créditos: 04
EMENTA: <p>Formação espacial do antigo Norte Goiano, atual estado do Tocantins. A inserção de Tocantins no contexto nacional e da Amazônia Legal. Caracterização física e sócio-econômica. Regionalização e possibilidade de desenvolvimento. O processo de formação das cidades de Tocantins e sua organização em rede. Análise das transformações espaciais do estado de Tocantins. Trabalho de campo. Identificação do processo de urbanização, questões agrárias, ambientais e culturais no estado de Tocantins.</p>			
OBJETIVO GERAL: <p>Compreender o contexto histórico da formação do estado do Tocantins e sua atual divisão regional, objetivando contribuir para uma caracterização geral dos aspectos políticos e sócio-econômicos do estado, e sua inserção na produção social do espaço nacional e da Amazônia Legal.</p>			
REFERÊNCIAS BÁSICAS: <p>GIRALDIN, Odair (Org.). A (trans)formação histórica do Tocantins. 2.ed. Goiânia: Ed. UFG, 2004.</p> <p>GOMES, Horieste, NETO, Antonio Texeira e Barbosa, A. Sales. Geografia: Goiás / Tocantins. 2.ed., revista e ampliada, Goiânia: Editora da Universidade Federal de Goiás, 2005.</p> <p>PARENTE, Temis. G. Fundamentos Históricos do Estado do Tocantins. 3.ed., Goiânia - GO: Editora da UFG, 2007.</p>			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES: <p>BARBOSA, Y. M. Conflitos sociais na fronteira amazônica: Projeto Rio Formoso. Campinas: Papirus, 1996.</p> <p>LIRA, E. R. Regiões do Tocantins: Regionalização ou banalização do conceito de região. In: Silveira, Márcio Rogério. Geografia Econômica. Vol. 1, Presidente Prudente: Gráfica Presidente Prudente, 2002.</p> <p>NASCIMENTO, Junior Batista do. Conhecendo o Tocantins: História e Geografia. 5.ed., Goiânia: Asa Editora, 2007.</p>			

SÉTIMO SEMESTRE

CURSO: GEOGRAFIA – LICENCIATURA			
DISCIPLINA: Sensoriamento Remoto			
PRÉ-REQUISITO: Não há			
CH Total: 60 horas	CH Teórica: 45 horas	CH Prática: 15 horas	Créditos: 04
<p>EMENTA:</p> <p>Conceito, origem e evolução do Sensoriamento Remoto. Princípios físicos em sensoriamento remoto. O espectro eletromagnético. Comportamento espectral dos alvos. Sistemas sensores. Interpretação visual de imagens multiespectrais e fotografias aéreas. Introdução ao processamento digital de imagens orbitais. Diferenças e aplicações de imagens de satélites e fotografias aéreas. Introdução à fotogrametria. Utilização de imagens de sensoriamento remoto para análise do uso e ocupação do solo. Leitura de imagens de satélites nos meios analógico e digital, junto ao laboratório de geoprocessamento. Desmistificação da idéia de que a tecnologia se apresenta como uma realidade distante da maioria das redes de ensino, principalmente das escolas públicas. Extração de informações contidas nas imagens de satélite e aproximando-as da sua realidade cotidiana.</p> <p>OBJETIVO GERAL:</p> <p>Fornecer os fundamentos teóricos e metodológicos relacionados ao Sensoriamento Remoto, abordando as suas aplicações nas diversas áreas do conhecimento e a integração de dados espaciais em interface com sistemas de informação geográfica, preparando os profissionais que atuam na área de geociências a aplicarem as tecnologias do Sensoriamento Remoto.</p> <p>REFERÊNCIAS BÁSICAS:</p> <p>FLORENZANO. T. G. Imagens de Satélites para Estudos Ambientais. São Paulo: Oficina de Textos, 2002.</p> <p>MOREIRA, M. A. Fundamentos do Sensoriamento Remoto e Metodologias de Aplicação. 3. ed. Viçosa: EDUFV, 2005.</p> <p>ROSA, R. Introdução ao Sensoriamento Remoto. Uberlândia: EDUFU, 1995.</p> <p>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:</p> <p>ASSAD, E.; SANO, E.E. Sistema de informações geográficas: aplicações na agricultura. Brasília: EMBRAPA/CPAC, 1983.</p> <p>MENESES. P. R.; NETTO, J. da S. M. Sensoriamento Remoto: Reflectância dos Alvos Naturais. Brasília: UnB; Planaltina: Embrapa Cerrados, 2001.</p> <p>ROCHA, C. H. B. Geoprocessamento: tecnologia transdisciplinar. Juiz de Fora, MG: [s. n.] , 2000.</p>			

CURSO: GEOGRAFIA – LICENCIATURA.			
DISCIPLINA: Estágio Supervisionado no Ensino Fundamental			
Pré-requisito: Estágio Investigativo II			
CH Total: 105 horas	CH Teórica: 60 horas	CH Prática: 45 horas	Créditos: 07
EMENTA: Assunção a docência no Ensino Fundamental (6º ao 9º ano). Revisão da estrutura curricular, em especial dos conteúdos trabalhados no componente curricular de Geografia, junto ao sistema regular de ensino fundamental. Análise da perspectiva epistemológica do ensino de Geografia no ensino fundamental. Reflexões acerca da avaliação da aprendizagem. Planejamento e construção de planos de aula a partir de conteúdos abordados nas respectivas aulas de Geografia e ano escolar, sempre em consonância com a proposta curricular da escola-campo e ciência do(a) supervisor(a) de estágio e o professor(a) orientador(a).			
OBJETIVO GERAL: Permitir ao (a) estagiário(a) a vivência da sala de aula enquanto professor(a) no ensino fundamental por meio da assunção docente.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS: ALMEIDA, R. D.; PASSINI, E. Y. O espaço geográfico: ensino e representação. São Paulo: Contexto, 1989. CASTROGIOVANNI, A.C. et alli. (Org.). Ensino de Geografia: práticas e textualizações no cotidiano. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2002. RUA, João et all. Para ensinar Geografia: contribuições para o trabalho com o 1.º e 2.º graus. Rio de Janeiro: Access, 1993.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES: BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental. Brasília: MEC, 1998. KAERSCHER, N.A. Ler e escrever a geografia para dizer a sua palavra e construir o seu espaço. In: NEVES, I. C.B. et all. (Org.) Ler e escrever: compromisso de todas as áreas. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1999. OLIVEIRA, A.U. . Para onde vai o ensino de Geografia? São Paulo: Contexto, 1991.			

CURSO: GEOGRAFIA – LICENCIATURA			
DISCIPLINA: Metodologia de Projetos Científicos em Geografia			
PRÉ-REQUISITO: Não há			
CH Total: 60 horas	CH Teórica: 60 horas	CH Prática: 00 horas	Créditos: 04
EMENTA: Elaboração de projeto de pesquisa e sua interface com o ensino de Geografia na educação básica. Passos para elaboração de um projeto de pesquisa. Pesquisas qualitativa e quantitativa. Coleta e análise de dados: enfoques empírico-analítico, fenomenológico-hermenêutico e crítico-dialético. Os métodos em Geografia e sua interface com o ensino. Concepção do projeto de pesquisa para o TCC.			
OBJETIVO GERAL: Oferecer uma base teórica e prática em projetos acadêmicos, particularmente no que diz respeito à Ciência Geográfica, possibilitando a produção do projeto de pesquisa para realização da mesma no Trabalho de Conclusão de Curso – TCC.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS: DEMO, P. Metodologia do conhecimento científico . São Paulo: Atlas, 2000. GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa . 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. TEIXEIRA, E. As três metodologias: acadêmica, da ciência e da pesquisa . 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES: ALVES-MAZZOTTI, A. J.;GEWANDSZNAJDER, F. O Método nas Ciências Naturais e Sociais: Pesquisa quantitativa e qualitativa . 2. ed. São Paulo: Pioneira Thomson, 1999. GEORGE, P. Os métodos da geografia . São Paulo: Difel, 1978. TRIVIÑOS, A. N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais . São Paulo: Atlas, 1992.			

CURSO: GEOGRAFIA – LICENCIATURA			
DISCIPLINA: Recursos Naturais e Meio Ambiente			
PRÉ-REQUISITO: Não há			
CH Total: 60 horas	CH Teórica: 45 horas	CH Prática: 15 horas	Créditos: 04
EMENTA: Os recursos naturais como base para o desenvolvimento, a natureza como recurso. Avaliação sócio-econômica e balanço entre oferta e demanda de recursos naturais. Recurso natural, meio ambiente e a mediação tecnológica. A gestão dos recursos naturais sob a ótica ambiental. A revolução técnico-científica. Sustentabilidade: realidade ou utopia? Conceitos e métodos em conservação dos recursos naturais. Elaboração de experimentos em sala de aula. Confecção de material didático-pedagógico.			
OBJETIVO GERAL: Conceituar os recursos naturais renováveis e não renováveis, bem como repensar a oposição e a unidade entre natureza e sociedade e entre Geografia Física e Geografia Humana, possibilitando assim, compreender a questão ambiental como parte das contradições da sociedade moderna intimamente ligada às noções de progresso, desenvolvimento e racionalidade;			
REFERÊNCIAS BÁSICAS: CASTROÍADES, C.;COHN, B. D. Da ecologia à autonomia . São Paulo: Brasiliense, 1983. COLLINGWOOD, R. G. Ciência e filosofia: a idéia de natureza . Lisboa: Presença, 1986. CONTI, Laura. Ecologia, capital, trabalho e ambiente . São Paulo: Hucitec, 1986.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES: BERTONI, J.; LOMBARDI NETO, F. Conservação do solo . São Paulo: Ícone, 1993. DREW, D. Processos interativos homem-meio ambiente . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. GLIESSMANN, S. R. Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável . Porto Alegre: UFRGS, 2001.			

CURSO: GEOGRAFIA – LICENCIATURA			
DISCIPLINA: Geografia do Turismo			
PRÉ-REQUISITO: Não há			
CH Total:	CH Teórica:	CH Prática:	Créditos:
60 horas	45 horas	15 horas	04
EMENTA: O Turismo como objeto de estudo da Geografia. A demanda turística. Os recursos turísticos e sua avaliação. Tipos e formas de turismo. As escalas geográficas do turismo. Turismo e desenvolvimento sustentável. Produção científica em turismo. Métodos de pesquisa geográfica aplicada ao turismo. Problemas territoriais da atividade turística. Atividade turística e educação. O Turismo no Tocantins. Trabalho de Campo para identificação da importância econômica do turismo numa determinada região: turismo ecológico (Jalapão), turismo sazonal de praias (nos rios Araguaia e Tocantins), turismo histórico/patrimonial (Natividade). Averiguação do patrimônio histórico e ambiental enquanto mercadoria para o turismo no âmbito regional, nacional internacional. Estudo dos impactos causados pela atividade turística. O turismo enquanto tema transversal no ensino de Geografia da educação básica.			
OBJETIVO GERAL: Entender os aspectos econômicos, ambientais, sociais e culturais que permeiam a atividade turística, assim como, as intrínsecas relações existentes entre o turismo e o espaço geográfico, no sentido de perceber e analisar as mudanças que esta atividade pode trazer para o lugar que se instala, criando por fim uma consciência crítica a respeito do turismo.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS: BARRETTO, M. Turismo e Legado Cultural . 5. ed. Campinas: Papirus, 2000. (Coleção Turismo). BENI, M. C. Análise Estrutural do Turismo . 2. ed. São Paulo: SENAC, 1998. CORIOLANO, L. N. (Org.) Turismo e Geografia: Abordagens críticas . Fortaleza: EDUECE, 2005.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES: BOULLÓN, R. C. Planejamento do Espaço Turístico . Bauru: EDUSC, 2002. OURIQUES, H. R. A produção do turismo . Fetichismo e dependência. Campinas: Alínea, 2005. FUNARI, P. P. ; PINSKY, J. (Orgs.) Turismo e Patrimônio Cultural . 3.ed. São Paulo:Contexto, 2003. (Coleção Turismo Contexto).			

OITAVO SEMESTRE

CURSO: GEOGRAFIA – LICENCIATURA.			
DISCIPLINA: TCC – Trabalho de Conclusão de Curso			
PRÉ-REQUISITO: Todos os componentes curriculares, exceto do 8º período.			
CH Total: 90 horas	CH Teórica: 15 horas	CH Prática: 75 horas	Créditos: 06
EMENTA: Elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso.			
OBJETIVO GERAL: Desenvolver, por meio do TCC, a capacidade de investigação e pesquisa adquirida ao longo do curso de Licenciatura em Geografia relacionando essa pesquisa com o ensino de Geografia na educação básica, em especial do 6º ao 9º anos do ensino fundamental e ensino médio.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS: ALVES-MAZZOTTI, A. J.;GEWANDSZNAJDER, F. O Método nas Ciências Naturais e Sociais: Pesquisa quantitativa e qualitativa. 2. ed. São Paulo: Pioneira Thomson, 1999. ANDRADE, M. M. de. Introdução à metodologia do trabalho científico. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003. GIL, A. C. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 4 . ed. São Paulo: Atlas, 2002.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES: ECO, U. Como se faz uma tese. São Paulo: Perspectiva, 1999. GIL, A.C. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas,1999. LAVILLE, C.; DIONNE, J. A Construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Editora Artes Médicas; Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.			

CURSO: GEOGRAFIA – LICENCIATURA.			
DISCIPLINA: Geografia Regional do Brasil			
PRÉ-REQUISITO: Não há			
CH Total:	CH Teórica:	CH Prática:	Créditos:
60 horas	60 horas	00 horas	04
EMENTA: <p>As divisões regionais do Brasil de 1843 a 1941 como exemplo de Região Natural e Região Humana/Geográfica. A divisão Regional do Brasil segundo o Conselho Nacional de Geografia – 1941. O Norte, O Centro-Oeste, O Sudeste, O Nordeste e o Sul na organização regional do Brasil. As três regiões Geoeconômicas do Brasil. A inserção da região da Amazônia Legal no cenário mundial. O papel do Estado no processo de integração regional do Brasil.</p>			
OBJETIVO GERAL: <p>Entender o conceito de região, bem como sua inserção nas diversas propostas de divisão regional do Brasil ao longo do século XX.</p>			
REFERÊNCIAS BÁSICAS: <p>AUBERTIN, C. (org.) Fronteiras. Brasília: UnB/ORSTOM, 1988.</p> <p>CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.</p> <p>CORRÊA, R. L Trajetórias geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.</p>			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES: <p>BARROS II, S. M. Ecoturismo: Alternativa para o desenvolvimento da Amazônia. Rio de Janeiro: [s.n.], 1991. p. 24-26.</p> <p>BECKER, Bertha K. Amazônia. São Paulo: Ática, 1990.</p> <p>KITAMURA, P. C. A Amazônia e o desenvolvimento sustentável. Brasília: EMBRAPA, 1994.</p>			

CURSO: GEOGRAFIA – LICENCIATURA.			
DISCIPLINA: Estágio Supervisionado no Ensino Médio			
PRÉ-REQUISITO: Estágio Supervisionado no Ensino Fundamental.			
CH Total: 105 horas	CH Teórica: 60 horas	CH Prática: 45 horas	Créditos: 07
Ementa: <p>Assunção a docência no ensino médio. Levantamento da estrutura curricular, em especial dos conteúdos trabalhados no componente curricular de Geografia, junto ao sistema regular de ensino médio. Análise da perspectiva epistemológica do ensino de Geografia no ensino médio. Reflexões acerca da avaliação da aprendizagem. Planejamento e construção de planos de aula a partir de conteúdos abordados nas respectivas aulas de Geografia e ano escolar, sempre em consonância com a proposta curricular da escola-campo e ciência do(a) supervisor(a) de estágio e o professor(a) orientador(a). Elaboração de relatório científico de estágio.</p>			
OBJETIVO GERAL: <p>Permitir ao(à) estagiário(a) à vivência da sala de aula enquanto professor(a) no ensino médio por meio da assunção docente.</p>			
REFERÊNCIAS BÁSICAS: <p>CARLOS, A.F. (Org.). A geografia na sala de aula. São Paulo: Contexto, 2001.</p> <p>CASTROGIOVANNI, A.C. et alli. (Org.). Ensino de Geografia: práticas e textualizações no cotidiano. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2002.</p> <p>TOCANTINS. Proposta curricular: Ensino médio versão preliminar. Palmas: Secretaria da Educação e Cultura, 2007.</p>			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES: <p>KAERCHER, N.A. Ler e escrever a geografia para dizer a sua palavra e construir o seu espaço. In: NEVES, I. C.B. et all. (Org.) Ler e escrever: compromisso de todas as áreas. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1999.</p> <p>OLIVEIRA, A.U. de. Para onde vai o ensino de Geografia? São Paulo: Contexto, 1991.</p> <p>PONTUSCHKA, N. N. (Org.). Ousadia do diálogo: interdisciplinaridade da escola pública. São Paulo: Loyola, 1997.</p>			

DISCIPLINAS OPTATIVAS

CURSO: GEOGRAFIA – LICENCIATURA			
DISCIPLINA: Geografia da Amazônia			
PRÉ-REQUISITO: Não há			
CH Total: 60 horas	CH Teórica: 60 horas	CH Prática: 00 horas	Créditos: 04
EMENTA: <p>Processo de ocupação regional: aspectos sociais, econômicos, ambientais e culturais. O ecoturismo como fonte de renda. Biodiversidade e manipulação genética para fins comerciais. Os povos indígenas.</p>			
OBJETIVO GERAL: <p>Compreender o processo de ocupação da Amazônia Legal, visando o entendimento dos processos econômicos, ambientais, sociais e culturais, bem como a situação dos povos indígenas e a importância da biodiversidade deste ecossistema equatorial.</p>			
REFERÊNCIAS BÁSICAS: <p>AB’SÁBER, Aziz Nacib. Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.</p> <p>BECKER, B. K. Amazônia: geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.</p> <p>VICENTINI, Yara. Cidade e História na Amazônia. Curitiba: Ed. UFPR, 2004.</p>			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES: <p>HALL, Anthony L. Amazônia: desenvolvimento e conflito social no Programa Grande Carajás. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991.</p> <p>OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Integrar para não Entregar: Políticas Públicas e Amazônia. 2. ed. Campinas: Papirus, 1991.</p> <p>Pará. Secretaria de Estado de Educação. Estudos e problemas amazônicos: história social e econômica e temas especiais. 2.ed., Belém: CEJUP, 1992.</p> <p>PICOLI, F. O capital e a devastação da Amazônia. São Paulo: Expressão Popular, 2006.</p>			

CURSO: GEOGRAFIA – LICENCIATURA			
DISCIPLINA: Geografia Cultural			
PRÉ-REQUISITO: História do Pensamento Geográfico; Teoria e Método em Geografia			
CH Total: 60 horas	CH Teórica: 60 horas	CH Prática: 00	Créditos: 04
EMENTA: <p>As possibilidades de leitura da cultura pela geografia: o lugar, a paisagem e o território. Espaço e manifestações culturais (arte, música, literatura, cinema). A questão das identidades sócio-territoriais e as relações de poder que lhes são inerentes. Temas possíveis e propostas metodológicas de leitura da cultura pelo espaço e no espaço. Os estudos culturais e as perspectivas multiculturalistas no ensino de geografia.</p>			
OBJETIVO GERAL: <p>Entender o espaço, sua (re)produção e sua vivência para além de sua materialidade, buscando o simbólico contido nele. Compreender o papel que o espaço, enquanto território e lugar, desempenha na construção das identidades.</p>			
REFERÊNCIAS BÁSICAS: <p>CORRÊA, Roberto L. & ROSENDAHL, Zeni (orgs.). Paisagem, tempo e cultura. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1998. (Coleção Geografia Cultural) CORRÊA, Roberto L.; ROSENDAHL, Zeni (orgs.). Manifestações da cultura no espaço. Rio de Janeiro: Ed. UERJ/NEPEC, 1999. (Coleção Geografia Cultural) HALL, Stuart. Identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.</p>			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES: <p>CLAVAL, Paul. O papel da nova geografia cultural na compreensão da ação humana. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. Matrizes da Geografia Cultural. Rio de Janeiro: Eduerj, 2001, p. 35-86. COSGROVE, Denis. Mundos de significado: geografia cultural e imaginação. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. Geografia Cultural: um século (2). Rio de Janeiro: Eduerj, 2000, p. 33-60. COSGROVE, Denis; JACKSON, Peter. Novos rumos da geografia cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. Geografia Cultural: um século (2). Rio de Janeiro: Eduerj, 2000, p. 15-32.</p>			

CURSO: GEOGRAFIA – LICENCIATURA			
DISCIPLINA: Geografia da Saúde			
PRÉ-REQUISITO: Não há			
CH Total: 60 horas	CH Teórica: 60 horas	CH Prática: 00	Créditos: 04
EMENTA: <p>Conceito e principais marcos da história da Geografia da Saúde. A concepção de espaço na investigação epidemiológica. A questão da escala em estudos de Geografia da Saúde. Aplicação de geoprocessamento na Vigilância Epidemiológica, mapeamento de áreas de risco, avaliação de serviços de saúde, urbanização e ambiente. Fatores ambientais e distribuição das doenças. Fatores sócio-econômicos e distribuição das doenças.</p>			
OBJETIVO GERAL: <p>Abordar aspectos históricos da Geografia da Saúde; Compreender a relação existente entre saúde humana e meio ambiente e os determinantes desse processo; Estabelecer as relações entre a produção do espaço geográfico e a saúde das populações; Compreender a aplicação de conhecimentos da cartografia, sensoriamento remoto e Sistema de Informações Geográficas nos estudos da Geografia da Saúde; Observar o impacto sobre o meio ambiente local e a difusão de doenças emergentes e re-emergentes. Os serviços de saúde: organização, localização, acessibilidade e utilização dos serviços de saúde.</p>			
REFERÊNCIAS BÁSICAS: <p>SABROZA, P. C. e Leal, M.C. Saúde, ambiente e desenvolvimento: alguns conceitos fundamentais. São Paulo/ Hucitec/ Abrasco .1992. COSTA, M.C.N., TEIXEIRA, M.G.L.C. A concepção de “espaço” na investigação epidemiológica. Rio de Janeiro: Caderno Saúde Pública, 15(2):271-279, 1999. CARVALHO, D.M. Epidemiologia: história e fundamentos. In: MEDRONHO, R.A. Epidemiologia. São Paulo: Ed. Atheneu, 2004.</p>			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES: <p>MEDRONHO, R.A. A política de saúde e as inovações na gestão local. Cidadania é notícia. Recife, 2000 /Equipe Técnica de Assessoria, Pesquisa e Ação Social. BARCELLOS, C. et al. Geoprocessamento, ambiente e saúde: uma união possível? Cadernos de Saúde Pública. Rio de Janeiro, ENSP, v. 12, n. 3, p. 389-397, 1996.</p>			

CURSO: GEOGRAFIA – LICENCIATURA			
DISCIPLINA: Análises em Categorias Geográficas			
PRÉ-REQUISITO: Não há			
CH Total: 60 horas	CH Teórica: 45 horas	CH Prática: 15 horas	Créditos: 04
EMENTA: <p>Introdução ao estudo do espaço. O espaço como categoria chave para a ciência geográfica. A importância do estudo do espaço na construção do pensamento científico social. As várias concepções de espaço: espaço como um dado absoluto, espaço enquanto movimento animado pela vida humana. As apropriações do espaço no contexto global e o meio técnico-científico-informacional. A paisagem e sua inserção na geografia. Os precursores do estudo da paisagem na geografia. A distinção epistemológica entre paisagem e espaço. Paisagem e configuração territorial. A paisagem como referencial dos estudos geográficos. Paisagem: aparência, fragmentação e transtemporalidade. O lugar e suas relações com o ser social e com o espaço. O lugar e o cotidiano. O lugar no processo de globalização. A importância do lugar como resistência a homogeneização capitalista: lugar e contra-ordens. Elaboração de oficinas para demonstrar a aplicação das categorias geográficas no cotidiano do(a) aluno(a)</p>			
OBJETIVO GERAL: <p>Compreender as categorias: espaço, paisagem e lugar e sua importância para a construção dos trabalhos científicos, bem como analisar a cidade e seu espaço urbano a partir das apreensões das categorias que foram trabalhadas, possibilitando assim, entender o processo de transformação da paisagem e suas especificidades. Apreender a importância do lugar para a construção do espaço vivido.</p>			
REFERÊNCIAS BÁSICAS: <p>BOURDIN, A. A questão local. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.</p> <p>CARLOS, A. F. A. O lugar no/do mundo. São Paulo: Hucitec, 1996.</p> <p>DOLLFUS, O. O espaço geográfico. 5. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.</p>			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES: <p>LEITE, M. A. F. P. Destruição ou desconstrução? Questões da paisagem e tendências de regionalização. São Paulo: Hucitec, 1994.</p> <p>SANTOS, M. Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: Hucitec, 1997.</p> <p>SOJA, E. W. Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.</p>			

CURSO: GEOGRAFIA – LICENCIATURA			
DISCIPLINA: Quantificação em Geografia			
PRÉ-REQUISITO: Não há			
CH Total: 60 horas	CH Teórica: 45 horas	CH Prática: 15 horas	Créditos: 04
EMENTA: Quantificação em Geografia. Modelos de distribuição e de análise de relações. Aplicação de análise multivariada em Geografia. Discussão sobre o uso de métodos quantitativos em Geografia, com especial ênfase nas fundamentações teóricas dos modelos aplicados. Média, moda, variância e desvio padrão. Introdução à quantificação e estatística. Levantamento de informações: matemática simples. Uso de aplicativos: Tabelas, quadros, gráficos e fluxogramas.			
OBJETIVO GERAL: Proporcionar o uso técnicas de quantificação e estatística aplicadas à análise espacial.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS: GERARDI, L. H. O. Quantificação em Geografia . São Paulo: Difel, 1981 NAZARETH, H. R. S. Curso básico de estatística . 12 ed. São Paulo: Ática, 1999. W. J. REICHMANN. Uso e abuso das estatísticas . Rio de Janeiro: Artenova, 1975.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES: CHORLEY, R. J. Modelos físicos e de informação em Geografia . São Paulo: EDUSP, 1975. NAÇÕES UNIDAS. DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS. Métodos de estimação de medidas demográficas básicas a partir de informações . Rio de Janeiro: IBGE, 1977. SANTOS, Milton. Por uma geografia Nova . 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1986.			

CURSO: GEOGRAFIA – LICENCIATURA			
DISCIPLINA: Planejamento Ambiental			
PRÉ-REQUISITO: Não há			
CH Total: 60 horas	CH Teórica: 45 horas	CH Prática: 15 horas	Créditos: 04
EMENTA: <p>Histórico do planejamento. Etapas e fases do planejamento. Planejamento ambiental, urbano e rural. Níveis de planejamento. Planejamento de bacias hidrográficas. Gestão ambiental. Projetos ambientais. Elaboração de estudos/diagnósticos de uma determinada área (rural ou urbana) – estudo de caso. Elaboração de instrumentos técnicos – documento referencial de um planejamento ambiental. Conhecimento e registro dos diagnósticos ambientais do cotidiano do(a) aluno(a). Possíveis intervenções, minimizando impactos sócio-ambientais.</p>			
OBJETIVO GERAL: <p>Compreender a dinâmica da área de intervenção e a elaboração de projetos de planejamento, englobando as esferas sócio-econômica e ambiental, revertendo-se em benefícios para a comunidade.</p>			
REFERÊNCIAS BÁSICAS: <p>BERTONI, J.; LOMBARDI NETO, F. Informações fundamentais para o manejo do solo e da água em bacia hidrográfica. In: Conservação do Solo. _____. São Paulo: Ícone, 1993. p. 333-343.</p> <p>MAGLIO, I. C. ;PHILLIPPI JR, A. Planejamento Ambiental: Metodologia e Prática de Abordagem. In: Saneamento, Saúde e Ambiente. PHILIPPI JR, A . (Org.). São Paulo: Barueri: Manole, 2005. p. 663 – 687.</p> <p>MINDLIN, B. Planejamento no Brasil. São Paulo: Perspectiva, 1997.</p>			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES: <p>CHRISTOFOLETTI, A. Aplicabilidade do conhecimento geomorfológicos nos projetos de planejamento. In: Geomorfologia: uma atualização de Bases e Conceitos. Guerra, A . J. T. et al. (Orgs.) Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 415-440.</p> <p>IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente. Diretrizes de Pesquisa Aplicada ao Planejamento e Gestão Ambiental. Brasília: IBAMA, 1994.</p> <p>MAGLIO, I. C.;PHILLIPPI JR, A. Avaliação de Impacto Ambiental: Diretrizes e Método. In: Saneamento, Saúde e Ambiente. PHILIPPI JR, A. (Org.). São Paulo: Barueri: Manole, 2005. p. 668-730.</p>			

CURSO: GEOGRAFIA – LICENCIATURA			
DISCIPLINA: Geografia da Religião			
PRÉ-REQUISITO: Não há			
CH Total: 60 horas	CH Teórica: 60 horas	CH Prática: 00 horas	Créditos: 04
EMENTA: <p>Bases teóricas da Geografia da Religião. Espacialidade do Sagrado através do impacto da atuação das Religiões em contextos regionais. Espaço e lugar Sagrado. Territorialidade dos sistemas religiosos. O Sagrado no meio urbano. Territorialidade do Sagrado no Brasil.</p>			
OBJETIVO GERAL: <p>Compreender os fenômenos religiosos e suas espacializações. Discutir as relações existentes entre espaço e lugar sagrado. Distinguir espaço sagrado e espaço profano bem como as respectivas representações espaciais.</p>			
REFERÊNCIAS BÁSICAS: <p>CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. Religião, identidade e território. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001. (Coleção Geografia Cultural).</p> <p>GIL FILHO, Sylvio Fausto. Espaço sagrado: estudos em geografia da religião. Curitiba: IBPEX, 2008.</p> <p>ROSENDAHL, Zeny. Espaço e religião. Uma abordagem geográfica. Rio de Janeiro : UERJ, NEPEC, 1996. 92p.</p>			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES: <p>ELIADE, Mircea. Mito e realidade. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.</p> <p>_____. O sagrado e o profano. A essência das religiões. São Paulo: Martins Fontes, 1999.</p> <p>GIL FILHO, Sylvio Fausto. Geografia da Religião: reconstruções teóricas sob o idealismo crítico. In: KOZEL, Salet et al (Orgs.). Da percepção e cognição à representação: reconstruções teóricas da Geografia Cultura e Humanista. São Paulo: Terceira Margem, 2007. p. 207-222.</p>			

CURSO: GEOGRAFIA – LICENCIATURA			
DISCIPLINA: Geoecologia do Cerrado			
PRÉ-REQUISITO: Biogeografia			
CH Total: 60 horas	CH Teórica: 60 horas	CH Prática: 00	Créditos: 04
EMENTA: <p>Estudar a paisagem do cerrado e seus elementos. A visão ecossistêmica e a visão geossistêmica. A dinâmica ambiental. A relação fauna-flora-solo-relevo e clima. O potencial do solo para a agricultura. Degradação e conservação do bioma do cerrado. Perspectivas ambientais.</p>			
OBJETIVO GERAL: <p>Entender a dinâmica do cerrado (ambiente físico-biótico e sócio econômico) com vistas ao conhecimento do seu potencial e as perspectivas de uso e preservação.</p>			
REFERÊNCIAS BÁSICAS: <p>AB’SABER, A. N.. O domínio dos cerrados: introdução ao conhecimento. Revista do Serviço Público, 111 (4): 41-55, 1983</p> <p>_____. Posição das superfícies aplainadas no planalto brasileiro. Notícia Geomorfológica, 5: 52-54, São Paulo, 1960.</p> <p>GOODLAND, R.; FERRI, M. G. Ecologia do cerrado. Belo Horizonte: Itatiaia/USP, 1979.</p> <p>PRODIAT – Projeto de Desenvolvimento Integrado da Bacia do Araguaia-Tocantins. Relatório de avaliação do impacto ambiental. Brasília, 1984.</p>			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES: <p>AB’SABER, A. N. Espaços ocupados pela expansão dos climas secos na América do Sul, por ocasião dos períodos glaciais quaternários. Paleoclimas, 3. São Paulo, 1977.</p> <p>EITEN, G. Classificação da vegetação do Brasil. Brasília: CNPq, 1983.</p> <p>IBGE. Geografia do Brasil. Região Centro Oeste, vol. 4. Rio de Janeiro: SEC/SEDE, 1977.</p>			

CURSO: GEOGRAFIA – LICENCIATURA			
DISCIPLINA: Fundamentos e Metodologia da Educação Inclusiva			
PRÉ-REQUISITO: Não há			
CH Total: 60 horas	CH Teórica: 60 horas	CH Prática: 00 horas	Créditos: 04
EMENTA: <p>História da educação especial. Ações afirmativas de inclusão nos níveis federal, estadual e municipal. Políticas Sociais em educação especial. Principais grupos e características definidoras das necessidades educativas. O educando(a) da educação especial. Estudos culturais e sua influência na educação especial.</p>			
OBJETIVO GERAL: <p>Conhecer o conceito de educação inclusiva, analisando principais grupos e características definidoras das necessidades educativas.</p>			
REFERÊNCIAS BÁSICAS: <p>MAZZOTTA, M. Educação Especial no Brasil. São Paulo: Cortez, 2005.</p> <p>REILY, L. Escola Inclusiva: Linguagem e mediação. Campinas: Papirus, 2005</p> <p>BIANCHETTI, L.; FREIRE, I. M. (Orgs). Um olhar sobre a diferença. Campinas: Papirus, 2005</p>			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES: <p>AGUIAR, J. S. Educação Inclusiva: jogos para o ensino de conceitos. Campinas: Papirus, 2005</p> <p>ABRAMOVICH, F. Quem educa quem? São Paulo: Summus, 1995</p> <p>DROVET, R. C. R. Distúrbios de aprendizagem. São Paulo: Ática, 1990.</p>			

CURSO: GEOGRAFIA – LICENCIATURA			
DISCIPLINA: Educação Ambiental			
PRÉ-REQUISITO: Não há			
CH Total: 60 horas	CH Teórica: 60 horas	CH Prática: 00 horas	Créditos: 04
EMENTA: <p>Conceito de meio ambiente. Histórico da Educação Ambiental no Brasil. Educação Ambiental e paradigmas educacionais emergentes. Os princípios da Educação Ambiental. A Educação Ambiental na prática.</p>			
OBJETIVO GERAL: <p>Compreender os paradigmas educacionais voltados para a construção da sociedade sustentável e para a prática interdisciplinar da educação ambiental em sala de aula.</p>			
REFERÊNCIAS BÁSICAS: <p>LEFF, E. Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Trad. Lúcia Mathilde Endlich Orth. Petrópolis: Vozes, 2005. MORAES, M. C. O paradigma ecossistêmico. Petrópolis: Vozes, 2004. SATO, M.; CARVALHO, I. C. M. (Org.). Educação ambiental: Pesquisa e desafios. Porto Alegre: Artmed, 2005.</p>			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES: <p>BOFF, L. Ecologia, mundialização, espiritualidade: a emergência de um novo paradigma. São Paulo: Ática, 1993. BRÜGGER, P. Educação ou adestramento ambiental? Brasil, Florianópolis: Letras Contemporâneas Oficina Editorial Ltda, 2004. CAPRA, F. As Conexões Ocultas. Ciência para uma vida sustentável. 3. ed. São Paulo: Cultrix, 2003.</p>			

CURSO: GEOGRAFIA – LICENCIATURA			
DISCIPLINA: Fundamentos e Metodologia da Educação de Jovens e Adultos			
PRÉ-REQUISITO: Não há			
CH Total: 60 horas	CH Teórica: 60 horas	CH Prática: 00 horas	Créditos: 04
EMENTA: Aspectos históricos e conceituais da Educação de Jovens e Adultos no Brasil. Tendência e Perspectivas. Especificidade da educação de jovens e adultos e sua relação com as demais disciplinas curriculares, a nova Política para a Educação de Jovens e Adultos, o educando adulto e sua aprendizagem, o papel do educador de adultos e aspectos metodológicos no Ensino de 5ª a 8ª e Ensino Médio			
OBJETIVO GERAL: Conhecer o processo de construção do Jovem e Adulto da EJA, bem como analisar as características dessa modalidade de ensino.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS: GADOTTI, Moacir, ROMÃO, José E. Educação de Jovens e Adultos. São Paulo: Cortez, 2005 FREIRE, P. A Importância do Ato de Ler: em três artigos que se completam. 46. ed. São Paulo: Cortez, 2005. ROMÃO, José Eustáquio: Educação de jovens e adultos: o desafio do final do século. São Paulo, IPF, 1999. Série “cadernos de EJA”, nº 05.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES: PICONEZ, Estela C. Bertholo. Educação Escolar de Jovens e Adultos. Campinas-SP: Papirus, 20005. PINTO, Álvaro Vieira. Sete Lições sobre educação de Adultos. São Paulo Cortez, 2005. SCOCUGLIA, Afonso Celso. Educação Popular: Histórias inéditas. São Paulo: Cortez, 2005.			

3.3.6.4 Adaptação entre estruturas curriculares

PROPOSTA DE EQUIVALÊNCIA E APROVEITAMENTO DE DISCIPLINAS

LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

Estrutura curricular de 2001	CH	Situação	Estrutura Curricular de 2009	CH	Situação
Elementos de Matemática e Estatística	45	Equivalência	Quantificação em Geografia	60	Equivalência
Seminário Temático I (Oceanografia, Questões Fundiárias no Tocantins)	30	Equivalência	Optativa/Atividades complementares	60	Equivalência
Seminário Temático II (Recursos Naturais e Fontes de Energia)	30	Equivalência			
Estágio I	45	Equivalência	Estágio Investigativo I	90	Equivalência
Estágio II	60				
Estágio III	60	Equivalência	Estágio Investigativo II	105	Equivalência
Estágio IV	60				
Estágio V e Estágio VI e TCC I	120	Equivalência	Estágio Supervisionado no Ensino Fundamental	105	Equivalência
Estágio VII e TCC II	60	Equivalência	Estágio Supervisionado no Ensino Médio	105	Equivalência
Prática de Geografia no Ensino Fundamental	60	Equivalência	Prática de Geografia na Educação Básica	90	Equivalência
Prática de Geografia no Ensino Médio	60	Equivalência			
Geografia da Circulação	60	Equivalência	Optativa /Atividades complementares	60	Equivalência
Prática e Estudos Temáticos em Geografia	60	Equivalência	Optativa/Atividades complementares	60	Equivalência
Prática Pedagógica de Geografia	60	Equivalência	Optativa/Atividades complementares	60	Equivalência
Geoeecologia do Cerrado	60	Equivalência	Optativa/Atividades complementares	60	Equivalência
Sociologia da Educação	60	Equivalência	Optativa/Atividades complementares	60	Equivalência
Territórios e Territorialidades da Cultura Brasileira	60	Equivalência	Optativa /Atividades complementares	60	Equivalência
Estudos da Educação e do Ensino	30	Equivalência	Optativa /Atividades complementares	30	Equivalência
Perspectivas da Geografia Brasileira	30	Equivalência	Optativa /Atividades complementares	30	Equivalência
Seminário Temático III (Crescimento Econômico e Desenvolvimento Sustentável)	30	Equivalência	Optativa /Atividades complementares	30	Equivalência
Seminário Temático IV (Globalização e Mercados Mundiais)	30	Equivalência	Optativa /Atividades complementares	30	Equivalência

A proposta de migração dos (as) acadêmicos (as) da Licenciatura em Geografia do PPC/2001 para o PPC/2009 realizar-se-á pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE), após aprovação no Colegiado, para os (as) ingressantes a partir de 2008-1, 2008-2, 2009-1, 2009-2, os (as) quais assinarão um Termo de Ciência e Adesão à nova estrutura curricular. Para os que ingressaram em períodos anteriores a 2008-1, prevalecerá a estrutura curricular aprovada em 2001.

Vale ressaltar que, esse procedimento obedecerá toda a tramitação institucional, a saber: Consulta a Pró-reitoria de Graduação, Aprovação no Colegiado de Curso, Aprovação no Conselho Diretor e Aprovação no CONSEPE.

3.3.7 Interface pesquisa e extensão

A relação pesquisa e extensão é desenvolvida no curso fulcrada nas linhas de pesquisa do curso, a saber:

ENSINO DE GEOGRAFIA;
 ESTUDOS URBANOS E AGRÁRIOS
 ESTUDOS SÓCIO-AMBIENTAIS;
 DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO;
 GEOGRAFIA: EDUCAÇÃO, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS;
 ESTADO, SOCIEDADE, EDUCAÇÃO E CULTURA;
 EPISTEMOLOGIA DA GEOGRAFIA;
 GEOGRAFIA E MOVIMENTOS SOCIAIS.

Tais linhas de pesquisa e extensão estão em conformidade com o PDI da UFT, embasado nos princípios estabelecidos em seu Estatuto e Regimento que orientam para a busca do desenvolvimento da relação pesquisa e extensão. Especificamente os itens I e VII dispõe o seguinte:

“ I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

[...]

VII - promover a extensão de forma aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na Instituição.” (PDI, 2007).

Ressalta-se que a UFT assume historicamente o compromisso com a sociedade através do

comprometimento com o incentivo à pesquisa e extensão e sua consequente divulgação. Textualmente isso é afirmado no PDI onde se lê que a Universidade Federal do Tocantins (UFT), ciente de sua missão e do seu compromisso com a sociedade, tem desenvolvido ações de extensão, voltadas para a proposição de políticas públicas e para o desenvolvimento do Tocantins e da Região Norte.

Nesse sentido, não tem medido esforços para proporcionar condições para que a comunidade tenha acesso às informações científicas, tecnológicas e culturais, cooperando para a construção de novos conhecimentos e para a integração entre a universidade e a sociedade em geral. Desde a sua criação, a UFT tem incentivado a pesquisa e a extensão por meio da realização de convênios com agências regionais, nacionais e internacionais, visando a promoção de programas de investigação científica e cultural, intercâmbio com outras instituições, divulgação dos resultados da pesquisa e da extensão em suas unidades e ainda a promoção de congressos, simpósios e seminários para estudo e debate de temas científicos e culturais de interesse da sociedade.

A interface entre pesquisa e extensão no curso de Geografia tem proporcionado o desenvolvimento de ações investigativa que envolve o corpo docente e discente através de projetos institucionalizados junto à PROPESQ, na modalidade PIBIC/PIVIC e institucionalizados junto à PROEST, como também, o institucionalizados junto à PROEX. Temos ainda, vários(as) docentes desenvolvendo seus projetos de teses. Vejamos então, a relação de projetos de pesquisa e extensão desenvolvido no curso na atualidade:

Docente	PROJETOS DE PESQUISA E EXTENSÃO
Alberto Pereira Lopes	Projeto de Tese: “Escravidão por dívida no norte do estado do Tocantins: vidas fora do compasso.”(USP) Projeto de Extensão: “Grupo de Estudos e Oficinas em Educação, Cidadania e Direitos Humanos II”.(PROEX)
Aires José Pereira	Projeto de Tese: “Expansão Urbana em Araguaína- TO e seus Desdobramentos Sócio-Espaciais: Uma Análise Regional.(DINTER/UFT/UFU)
Airton Sieben	Projeto de Tese: “População, Territorialidade e Ambiente: Impactos da Usina Hidrelétrica do Estreito na Comunidade de Palmatuba em Babaçulândia – TO”.(DINTER/UFT/UFU)
Carlos Augusto Machado	Projeto de Tese: “Gênese e Dinâmica de Depósitos tecnogênicos na Área Urbana de Araguaína (TO)”.(DINTER/UFT/UFU)
Daniel Vater de Almeida	Projeto de Tese: “As influências do pensamento geográfico na formação do Urbanismo: a presença do Possibilismo e Determinismo Ambiental, junto ao Plano <i>Agache</i> , para a Cidade do Rio de Janeiro”(UFMG) Projeto de Pesquisa: “A Gênese da formação dos professores(as) de Geografia no município de Araguaína/TO” (PROPESQ) Projeto de Extensão: “Grupo de Estudos e Oficinas em Educação, Cidadania e Direitos Humanos II”.(PROEX)

Elias da Silva	Projeto de Tese: “O papel da cidade de Rondonópolis no contexto de estruturação e desenvolvimento do complexo agroindustrial de Mato Grosso: Reflexos no Tocantins”. (USP)
Eliseu Pereira de Brito	Projetos de Pesquisa: “Rede de localidades centrais do Tocantins” - (PROEST) “A formação do centro urbano de Palmas” - (PROPESQ)
Fátima Maria de Lima	Projeto de Pesquisa: “Violência intrafamiliar praticada contra crianças e adolescentes de 0 a 18 anos de idade no Tocantins: em foco os casos atendidos pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) de Araguaína (2007-2008).” (PROPESQ) Projeto de Extensão: “Grupo de Estudos e Oficinas em Educação, Cidadania e Direitos Humanos II”.(PROEX)
Jacira Garcia Gaspar	Projeto de Tese: “Estudo da Contribuição do Ensino Superior no Desenvolvimento de um Pólo Regional – Araguaína -TO” (Universidade de Lisboa/Portugal)
Jean Carlos Rodrigues	Projeto de Pesquisa: “Estudo das representações do espaço cultural tocaninense: uma abordagem sobre o território, patrimônio e identidade”.(PROPESQ) Projeto de Extensão: “Grupo de Estudos e Oficinas em Educação, Cidadania e Direitos Humanos II”.(PROEX)
João Manoel Vasconcelos Filho	Projeto de Tese: “Moradia e Direito à Cidade em Araguaína -TO: O Discurso da Implantação de Políticas Públicas Habitacionais na Perspectiva de Construção de Cidades Democráticas”. (DINTER/UFT/UFU) Projeto de Extensão: “Grupo de Estudos e Oficinas em Educação, Cidadania e Direitos Humanos II”.(PROEX)
Luciano da Silva Guedes	Proposta de Projeto de Tese: “O uso do Geoprocessamento na elaboração de propostas e diretrizes para uma compartimentação das unidades fisiográficas no município de Araguaína, visando subsidiar programas de desenvolvimento local.”
Marivaldo Cavalcante da Silva	Projeto de Tese: “Interação Clima e Saúde Humana com Ênfase as Práticas de Queimadas Urbanas no Período de Agosto a Outubro de 2009 em Araguaína – TO”.(DINTER/UFT/UFU)
Rejane de Aquino Dias	Projeto de Tese: “Gestão e estágio supervisionado: didática e a busca da eficiência no ensino de Geografia da Universidade Federal do Tocantins”.(DINTER/UFT/UFU)
Severino Francisco de Oliveira Filho	Projeto de Tese: “Degradação em Ambiente Rural na Chapada da Apodi Conseqüente de Pluriatividades”.(UFPE – Doutorado em Geografia).

3.3.7.1. Programa de Pós-graduação *Lato Sensu* em Geografia

O Programa de Pós-graduação em nível de especialização em Geografia, foi criada em 2004, e surgiu a partir da necessidade de capacitação dos egressos(as) deste curso e que desejam dar continuidade aos seus estudos em nível de pós-graduação, contribuindo no processo das suas habilidades pedagógicas.

Há necessidade de um curso ao nível de especialização em Geografia para contemplar os(as) professores(as), em especial, que não tiveram oportunidade de capacitação, devido ao fato deste curso de não ter oferecido a formação continuada aos(as) egressos(as).

Assim, o curso de especialização em Geografia – *Lato Sensu* com área de concentração em Desenvolvimento Regional e Urbano vem contribuir na formação continuada do(a) profissional no próprio contexto do trabalho, referindo-se ao ensino de conhecimentos teórico- práticos.

Este programa vem contemplar novas tendências da Geografia, caracterizada pela definição de abordagens de dimensões subjetivas, contextualizada nas transformações teóricas e metodológicas de interpretar o espaço geográfico, de integrar conteúdos políticos para a formação do cidadão, superando o questionamento das raízes positivistas do discurso e da prática que durante muito tempo comandou o discurso geográfico.

Nesse sentido, o curso apresentará uma pluralidade de métodos, contemplando por seu turno, a área de concentração desta pós-graduação.

3.3.7.1.1. Objetivos

Geral

Desenvolver a capacidade de análise das questões regional e urbana, considerando o processo de produção espacial em decorrência da ocupação crescente da fronteira agrícola do Brasil, principalmente o novo estado da Federação, o Tocantins, destinando-se a formação de docentes, pesquisadores(as) para o aperfeiçoamento científico/ profissional.

Específicos

- Proporcionar bases estruturais/teóricas/práticas para aperfeiçoar a continuidade da formação acadêmica do profissional de Geografia ou áreas afins;
- Incentivar a pesquisa como processo de formação de pesquisadores valorizando a ciência geográfica em suas dimensões teóricas na análise da construção espacial;
- Propiciar discussões acerca das transformações regionais bem como o rural, o urbano e a questão ambiental em detrimento a uma assimetria, ou seja, relações que diferenciam os lugares na face da reprodução espacial.
- Proporcionar a valorização da continuidade do docente no processo ensino/aprendizagem em Geografia como elemento para o aperfeiçoamento ou construção de novos saberes.

3.3.7.1.2. Público Alvo

Licenciados(as) e bacharéis em Geografia ou áreas afins. A contribuição para os(as) egressos(as) vincula-se na formação e no desenvolvimento de práticas que permitam habilidades de pesquisa e ensino.

3.3.7.2 . Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* (Mestrado) em Geografia

A Licenciatura em Geografia do Campus Araguaína aprovou o seu Plano de Qualificação Docente (PQD) em 1º/11/2006 (ATA Nº 17/2006) tomando como base a Resolução do CONSEPE de nº 08/2006. O objetivo principal é propiciar aos(às) docentes efetivos(as), qualificação continuada para o exercício qualitativo de sua função docente, desenvolvendo assim, ensino, pesquisa e extensão no campo científico da Geografia e da Educação, nos vários aspectos que compõem as instâncias cotidianas, podendo oferecer melhores contribuições na formação de professores(as).

A proposta de qualificação docente do curso de Geografia/Araguaína apóia-se na qualidade da formação dos(as) professores(as), no compromisso com o princípio do desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo, no incentivo ao trabalho de pesquisa e investigação científica, na articulação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos, priorizando as tendências do perfil e vocação regionais.

Entende-se a necessidade da qualificação docente como importante ação para responder as demandas sociais da região, desde que adequadas às áreas prioritárias do curso, quais sejam: Ensino de Geografia, Estudos Sócio-ambientais, Desenvolvimento Urbano, Regional e Turismo; Geografia: Educação, Cidadania e Direitos Humanos; Estado, Sociedade, Educação e Cultura, Epistemologia da Geografia e Geografia e Movimentos Sociais, com isso priorizando o ensino, a pesquisa e a extensão de qualidade, tendo a graduação como ponto de partida e prosseguindo na Pós-graduação, viabilizando o conhecimento de forma sistematizada.

Outro ponto que justifica a proposta de qualificação docente é a capacitação para o comprometimento dos(as) docentes, que, uma vez liberados, estarão fortalecendo a expansão do ensino, pesquisa e extensão. Tais fatores melhor contribuem para a qualificação da graduação, ou seja, base necessária aos(às) egressos(as) do curso, para prosseguimento de seus estudos em nível de pós-graduação. Num aspecto mais geral, contribui assim para o fortalecimento de uma universidade pública gratuita e de qualidade tão cobrada pela sociedade atual. A qualificação se faz necessária também para elevar a auto-estima dos(as) professores(as). Ela funciona como uma forma de “abastecimento” intelectual, considerando que o exercício do magistério exige a constante atualização dos conhecimentos, conceitos e metodologias não apenas enquanto atualização, mas muito mais como criação teórica, conceitual e metodológica para contribuir efetivamente no cotidiano social.

A qualificação docente é um importante mecanismo para a Licenciatura de Geografia de Araguaína, no sentido de possibilitar, doravante, a criação de uma pós-graduação *Stricto Sensu* (Mestrado), que permita integrar as várias linhas de atuação registradas em seu Projeto Pedagógico

de Curso (PPC), fazendo a devida articulação entre o ensino, pesquisa e extensão.

Vale ressaltar ainda, o contexto espacial em que o curso de Geografia está inserido, ou seja, a região de Araguaína, composta por mais de 20 (vinte) municípios do norte do Tocantins. Nesta região, vários processos espaciais vêm acontecendo, quais sejam: grandes projetos de transportes, hidroagrícolas, hidrelétricos, crescimento urbano, desmatamento, entre outros. Esse conjunto de fatores impõe aos(as) profissionais da Geografia, uma postura de competência acadêmica no sentido de propor e participar do processo de equacionamento dessas questões pertinentes ao espaço. Ainda, sobre aspecto do contexto espacial, essa região faz parte da fronteira Amazônica capitalista, a qual exige uma compreensão dos problemas globais da atualidade.

Portanto, torna-se fundamental a qualificação do corpo docente deste colegiado, em nível de Doutorado e Pós-Doutorado, propiciando, com isso, a viabilidade da transformação do curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em *Stricto Sensu*, o que proporcionará uma maior produção de pesquisas locais ligadas às linhas de pesquisas deste curso, e conseqüentemente, a possibilidade de obter recursos das agências de fomento oficiais e não oficiais, uma vez que seu quadro docente atenderá aos requisitos mínimos necessários exigidos por essas instituições.

A formação continuada em Doutorado e Pós-Doutorado propiciará ainda, a consolidação de grupos de pesquisadores(as) que atuarão em caráter sistemático, considerando suas linhas de pesquisa, o que garantirá maior oferta de bolsas de monitoria e iniciação científica, maior e melhor produção de TCCs, monografias, e dissertações de mestrado, propiciando também o ensino por meio de projetos, pesquisas, dando maior credibilidade ao curso.

O plano de qualificação dos (as) docentes do curso de Geografia/Araguaína, propondo orientar quanto ao ensino, pesquisa e extensão, no sentido de atender as necessidades regionais, consolida ainda, o processo democrático e transparente, no que diz respeito à liberação para qualificação.

Atualmente, este curso é composto de 16 de professores(as) efetivos(as) sendo três (3) doutores, treze (13) mestres, destes, dez (10) em processo de doutoramento, a saber: seis(6) através de convênio DINTER UFU/UFT, (1) um pela UFMG, 1 (uma) pela Universidade de Lisboa, 1(um) pela UFPE e 1(um) pela USP. Esses(as) docentes estão distribuídos em dois grupos de pesquisa, quais sejam: **Núcleo de Ensino, Pesquisa e Gestão Ambiental (NPGA)** e o **Núcleo de Organização Espacial e Desenvolvimento Regional (NOEDR)**.

Os(as) docentes do curso de Geografia do Campus Araguaína entendem que a implantação de cursos de pós-graduação *Stricto Sensu* implicará num fortalecimento da própria instituição, no que diz respeito à obtenção de recursos e também numa maior inserção junto à comunidade. A implantação de um curso de mestrado, estimulará a pesquisa dos(as) docentes, bem como incentivará os(as) alunos(as) a ingressarem na iniciação científica, na medida em que aumentará as

suas expectativas a prosseguir seus estudos, uma vez que a grande maioria dos(as) acadêmicos(as) interrompe a sua formação por estarem distantes dos grandes centros e por não possuírem condições financeiras para estudar nesses locais.

Portanto, o Plano de Qualificação Docente (PQD) do Curso de Geografia tem por objetivos :

- Promover o doutoramento e Pós-Doutoramento dos(as) docentes do Curso de Geografia do Campus de Araguaína;
- Implantar um Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Geografia;
- Ampliar, no âmbito da Amazônia Legal, o quadro de profissionais de Geografia, de forma a otimizar qualitativa e quantitativamente as atividades de ensino, pesquisa e extensão nesta região;
- Incentivar e promover atividades de pesquisa e divulgação científica no âmbito regional em consonância com a missão da Universidade Federal do Tocantins – UFT e seu Plano de Desenvolvimento Institucional;
- Criar, fortalecer e ampliar os núcleos, grupos e linhas de pesquisas ligadas ao curso de Geografia;
- Promover a qualificação docente como elemento catalisador para o fomento de programas e/ou projetos de melhoria da qualidade do ensino de Geografia no estado do Tocantins;
- Ampliar qualitativa e quantitativamente a iniciação científica e a Pós-graduação em Geografia;
- Incrementar o intercâmbio com as demais IES da Região Norte e do país, por meio da participação dos(as) docentes em simpósios, interação entre núcleos e grupos de pesquisa, participação em bancas examinadoras de concurso público e de defesas de trabalhos científicos.

3.3.7.2.1. Proposta de Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* (Mestrado) em Geografia

Área de Concentração:	Produção do Espaço Geográfico na Amazônia Legal	
Linhas:	Ensino de Geografia Estudos Agrários e Urbanos Estudos Sócio-ambientais Estado, Sociedade, Educação e Cultura	
Natureza:	Mestrado Acadêmico	Previsão de Início: 2017
Quadro Docente:	12 (doze) professores(as)	
Oferta de Vagas:	18 (Dezesseis) vagas	

Este curso de mestrado tem como proposta, a sua formação em 2017, após o término das atividades do DINTER em Geografia UFU/UFT/CAPES/MEC, uma vez que já teremos o corpo docente do curso qualificado e titulado com o grau de doutor e com ampla produção acadêmica em função das atividades exigidas pelo próprio curso de doutorado.

3.3.8. Interface com programas de fortalecimento do ensino: Monitoria, PIBID, PET

A monitoria é, por assim dizer, um momento peculiar em que é concedido ao(à) aluno(a) a oportunidade de aprofundar seus conhecimentos científicos para as áreas específicas, que em nosso caso, volta-se para a Ciência Geográfica, em especial, o ensino de Geografia. É também, uma forma de se obter conhecimentos de outras fontes bibliográficas da temática específica, visando um incremento de sua formação geral, preparando-o(a) para uma posterior atividade profissional.

É condição ímpar que o(a) aluno(a) monitor(a) apresente além da afinidade com a área a ser trabalhada, um senso de responsabilidade, além de interesse pela leitura e pelo desenvolvimento de outras atividades que emergirão ao longo do projeto de monitoria.

Atualmente, este curso de Geografia possui dois monitores(as). Um no componente curricular de Cartografia, de suma importância para o conhecimento geográfico, pois as representações cartográficas possibilitam o(a) aluno(a) o pensar significativamente o espaço geográfico. O estudo das representações cartográficas contribui não apenas para que os(as) alunos(as) compreendam os mapas, mas também desenvolvam capacidades relativas à representação do espaço.

A outra monitoria está para o componente curricular denominado Geologia, que constitui-se como uma das mais importantes para a base dos conhecimentos na área das ciências da natureza, sendo que seus conteúdos são estruturantes para a formação acadêmica na área da chamada “Geografia Física”. O conhecimento geológico é a base para a compreensão dos fenômenos associados à formação de nosso planeta, sua constituição e estrutura interna, além dos processos que envolvem tanto a dinâmica interna quanto externa.

Portanto, a presença do(a) monitor(a) é essencial, para auxiliar o(a) docente no trabalho destas questões, principalmente, para os(as) acadêmicos(as) do primeiro período, que saem do ensino médio e passam a trabalhar numa outra perspectiva de linguagem, ou seja, a linguagem acadêmica do ensino superior, o que acarreta geralmente muitas dúvidas e dificuldades.

Desse modo, dadas as especificidades locais e regionais de inserção dos cursos, a monitoria proporcionará a concretização de ações inclusivas, ao buscar uma melhor recepção a

grupos sociais de orientação cultural diferenciada como os povos indígenas, como também, os(as) egressos(as) do ensino médio de forma geral. Outra maneira adotada pelos cursos, para melhor desenvolver as atividades de ensino, pesquisa e extensão será a aprovação junto ao MEC da estruturação de um grupo PET, cuja dinâmica de funcionamento é capaz de fornecer elementos para apoiar todas essas atividades.

Esta Licenciatura participa também do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID). Atualmente têm cinco bolsistas e um docente participando desse programa.

Existe, outrossim, o Projeto PRODOCENCIA/CAPES/MEC com o envolvimento das disciplinas Geografia Urbana e Geografia do Espaço Brasileiro. Esta atividade envolve a participação de oitenta (80) alunos(as) graduandos(as), distribuídos pelas duas disciplinas, sob a coordenação dos professores responsáveis pelas mesmas. O intuito aqui é publicar um Caderno Didático de Geografia sobre temas pesquisados envolvendo a questão urbana de Araguaína e regional do estado do Tocantins.

Por fim, visando mais do que nunca, o fortalecimento da formação inicial de professores(as) de Geografia, prevê-se a realização de mobilidade acadêmica entre graduandos(as) deste curso com outras Licenciaturas em Geografia, sobretudo com o Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), que mantém relações estabelecidas com o DINTER em Geografia.

3.3.9. Interface com as Atividades Complementares

As atividades complementares são obrigatórias para a integralização da Licenciatura em Geografia, e compreendem 210 horas. Essas atividades de âmbito cultural, social ou científico, podem realizar-se sob a forma de monitoria, extensão, iniciação científica, entre outras, conforme estabelecido na Resolução CONSEPE Nº 004/2005. O Colegiado de Geografia tem proporcionado ao seu alunado(a), atividades que contemplam o tripé(ensino, pesquisa e extensão). As atividades de ensino são ofertadas através do Programa Institucional de Monitoria (PIM), o Programa de Iniciação à Docência(PIBID), e também, por meio da oferta de mini-cursos. Já, as atividades de pesquisa são ofertadas aos(às) seus(suas) discentes através do Programa de Iniciação Científica (PIBIC e PIVIC), projetos de pesquisa institucionalizados junto à PROPESQ, e por meio dos Trabalho de Conclusão de Curso(TCC). As atividades de extensão são ofertadas através de eventos organizados e realizados pelo Colegiado, tais como: Jornada Pedagógica, Semana Acadêmica de Geografia, ENGETO e o Grupo de Estudos e Oficinas em Educação, Cidadania e Direitos Humanos II.

Enfim, as atividades complementares serão avaliadas por uma comissão constituída por três docentes efetivos(as) deste Colegiado, eleitos(as) para um mandato de um ano, podendo ser prorrogado por igual período. Essas atividades serão avaliadas tendo com parâmetros normativos a Resolução CONSEPE Nº004/2009, além do Regulamento de Atividades Complementares do curso..

3.3.10. Estágio Curricular Obrigatório e Não-Obrigatório

O estágio curricular obrigatório e não-obrigatório da Licenciatura em Geografia da Universidade Federal do Tocantins – Campus Araguaína, segue o que reza a Resolução do Conselho Nacional de Educação, Resolução CNE/CP 2, de 19/02/2002, em conjunto com a Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE, Nº. 003/2005, da Universidade Federal do Tocantins, e a Instrução Normativa Nº. 004/2007, de 31/08/2007, da Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Tocantins e a Lei Federal Nº 11.788/2008, de 25/09/2008.

O estágio curricular obrigatório deste curso está organizado da seguinte forma: Estágio Investigativo I, que possui como pré-requisito, Metodologia do Ensino de Geografia na Educação Básica, dotado de carga horária total de 90h/aula, sendo 30h/aula práticas e 60h/a teóricas. O Estágio Investigativo II, que possui como pré-requisito, o Estágio Investigativo I, possuindo uma carga horária total de 105 h/aula, sendo 45h/aula práticas e 60 h/aula teóricas. Posteriormente, o Estágio Supervisionado no Ensino Fundamental, tendo como pré-requisito o Estágio Investigativo II, com uma carga horária total de 105 h/aula, sendo 45h/aula práticas e 60 h/aula teóricas. Das 60 h/aula, 12 h/aula são destinadas à assunção, obrigatoriamente do 6º ao 9º ano do ensino fundamental. Finalmente, o Estágio Supervisionado no Ensino Médio, que possui como pré-requisito o Estágio Supervisionado no Ensino Fundamental, conta com uma carga horária total de 105 h/aula, sendo 45h/aula práticas e 60 h/aula teóricas. Dessas, 12 h/aula destinam-se à assunção obrigatoriamente no ensino médio. Logo, ao final totaliza-se 405 h/aula de Estágio Supervisionado.

São várias as concepções de estágio que se apresentam na literatura científica que trata especificamente de educação. A Universidade Federal de Tocantins considera o Estágio Curricular Obrigatório, um conjunto de atividades teórico-práticas relacionadas às áreas de estudo e pesquisa de modo a construir e reconstruir experiências em torno da dinâmica própria da atividade educacional.

De antemão, é preciso evidenciar que o estágio sempre foi considerado a parte prática dos cursos de formação de profissionais em educação. Entretanto, seria o contrário da teoria. Na maioria das vezes, os cursos de formação de professores(as) têm mostrado que há uma clara necessidade de aprofundamento teórico-prático. Sobre esta situação pode-se afirmar que:

O reducionismo dos estágios às perspectivas da prática instrumental e do criticismo expõe os problemas da formação profissional docente. A dissociação entre teoria e prática aí presente resulta em um empobrecimento das práticas nas escolas, o que evidencia a necessidade de explicitar por que o estágio é teoria e prática (e não teoria ou prática). (PIMENTA ; LIMA, 2004, p. 41)

Percebe-se então, que o estágio deve ser considerado a um só tempo teoria-prática e não deve ser visto de maneira dissociada, pois a ação docente somente realizar-se-á de maneira mais ampla, a partir de um conjunto de atividades da prática e da teoria do(a) professor(a).

Trazendo esta discussão para o âmbito da Ciência Geográfica, pode-se apoiar nas palavras de Santos (1994), ao sinalizar que, “a espacialidade seria um momento das relações sociais geografizadas, o momento da incidência da sociedade sobre um determinado arranjo espacial.” (SANTOS, 1994, p. 73)

No que tange ao estágio não-obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional pelo(a) estudante da Licenciatura em Geografia, tendo em vista uma complementação de sua formação profissional, acrescida à carga horária regular e obrigatória.

Ele pode ser realizado por qualquer aluno(a) regularmente matriculado(a) no curso de Licenciatura em Geografia, uma vez que seu desenvolvimento segue o modelo ou proposta do Plano de Atividades estabelecido pelo curso, seguindo seus objetivos, definidos no PPC, conforme orientações e documentos definidos pela Central de Estágios.

É necessário que as atividades desenvolvidas pelos(as) alunos(as) no estágio não-obrigatório, demonstrem compatibilidade com as atividades previstas no Termo de Compromisso de Estágio e com a área/natureza de sua formação, tais como: assunção em sala de aula, monitoria, desenvolvimento de projetos pedagógicos, projetos de extensão, oficinas, cursos e/ou atividades administrativas pertinentes à área.

O estágio não-obrigatório poderá desenvolver-se em instituições públicas das esferas federais, estaduais e municipais e instituições filantrópicas que estejam vinculadas ao ensino.

A duração do estágio não-obrigatório não poderá exceder (02) dois anos, exceto para acadêmicos(as) portadores(as) de necessidades especiais, e será desenvolvido em horário previamente estipulado entre a UFT/Central de Estágios e a unidade concedente, em observância ao art. 10 da Lei Federal 11.788/2008, desde que não haja prejuízo às atividades acadêmicas regulares do(a) aluno(a).

Enfim, as atividades de estágio obrigatório e não-obrigatório na Licenciatura em Geografia estão normatizadas através do Regulamento de Estágio Curricular, apenso neste PPC.

3.3.11. Prática Profissional

A formação do(a) licenciado(a) em Geografia deve estar pautada nos saberes e atitudes para o processo de ensino/aprendizagem, que somente serão alcançadas por meio de propostas alternativas de projetos que envolvam o(a) aluno(a) nas discussões e reflexões, tal como: “propor questões de reflexão que não se restrinjam ao conteúdo puro e simples do que muitas vezes reproduzimos acriticamente como sendo geografia” (KAERCHER (1998, p.52)

Diante dessa abordagem, o momento atual, exige dentre tantas outras, ações que se reflita sobre o profissional de Geografia que se está formando(a). Não pensando, nas exigências e necessidades do mercado, mas sobretudo, nas emergências e interesses da sociedade. Urge, então, a formação de um(a) profissional que saiba, antes de tudo, compreender o espaço em que vive de forma coerente e crítica.

Soma-se a estas necessidades, a busca de um conhecimento comprometido em refletir e transformar acerca de suas ações profissionais com os eixos norteadores da aprendizagem, na perspectiva de ler, discutir, debater e analisar. Conforme Kaercher (1998), é importante criar desafios e soluções para o sistema educativo, por meio de projetos que atendam os anseios de uma sociedade mais justa e igualitária ou menos injusta.

Nesse contexto, as diretrizes que norteiam a formação do(a) professor(a) dar-se-ão por meio das mudanças ocorridas no currículo, dialogando com as influências externas e internas. As influências externas estão relacionadas com as exigências da sociedade em relação a profissionais capacitados(as) na evolução do planejamento escolar. No aspecto interno, temos a necessidade de mudanças entre o conhecimento que se oferece para a formação e o que se produz no novo campo da ciência.

Sob esse aspecto, faz-se necessário a construção de um sistema curricular que atenda aos anseios da sociedade, vindo a formar profissionais críticos, reflexivos e transformadores(as) que apresentem valores no âmbito da construção do conhecimento e também na formação da cidadania.

Portanto, a Licenciatura em Geografia da UFT/Araguaína, compreende que a formação de professores(as) deve articular teoria-prática como algo indissociável, e não dicotimizá-la. Para materializar esta perspectiva, a Geografia organizou a sua estrutura curricular, em especial, os componentes curriculares que tratam do estágio obrigatório, no sentido de formar professores(as) que pesquisem a sua ação pedagógica e reflitam sobre ela. A partir dessa reflexão podem construir ou reconstruir novas formas de estudar e ensinar a Ciência Geográfica.

3.3.12. Trabalho de Conclusão de Curso

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é componente curricular obrigatório e será desenvolvido no oitavo período. Os diversos temas e problemas desenvolvidos estarão articulados com a perspectiva do ensino de Geografia na educação básica.

O TCC constitui-se num texto dissertativo que deverá conter no mínimo 20(vinte) laudas, bem como, vincular-se às seguintes linhas de pesquisa deste curso: Ensino de Geografia; Estudos Urbanos e Agrários; Estudos Sócio-Ambientais; Desenvolvimento Regional e Turismo; Geografia: Educação, Cidadania e Direitos Humanos; Estado, Sociedade, Educação e Cultura; Epistemologia da Geografia; e Geografia e Movimentos Sociais. Enfim, independente da linha de pesquisa, que o projeto de TCC, esteja vinculado, deverá explicitar a sua interface com o ensino de Geografia, seja no ensino fundamental(6º ao 9º ano), seja no ensino médio.

Portanto, o Colegiado de Geografia normatizou o TCC, através do Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), que foi aprovado em 10 de novembro de 2009, conforme Apêndice(3), incluso. Durante o processo de sua aprovação, o Colegiado de curso incentivou a participação docente e discente na discussão e elaboração desta normativa. Para incentivar a participação discente, o curso realizou nos dias 26, 27, 28 e 29 de outubro de 2009, a Primeira Jornada Pedagógica, que debateu sobre a reforma do PPC, e a construção das normativas de: TCC, Atividades Complementares, Estágio Obrigatório e Não-obrigatório e o Regimento Interno do curso.

3.3.13. Procedimentos de avaliação do processo de ensino-aprendizagem e do projeto acadêmico do curso de Geografia

A partir dos preceitos legais instituídos para regulamentar a educação superior e do Regimento Acadêmico da Universidade Federal do Tocantins, que especifica, em seu capítulo IV, seção I, os critérios e normas para “verificação do aproveitamento escolar”, o Colegiado do Curso de Geografia assume uma proposta da avaliação que não se define como mera mensuração, mas se embasa numa concepção de avaliação como elemento integrante do processo de formação acadêmica.

Sendo uma construção contínua, determinará até que ponto os objetivos educacionais serão realmente alcançados. Assim, a avaliação adquire sentido na medida em que se articula com o projeto pedagógico do curso, não possuindo uma finalidade em si. Ela fornece subsídios para o curso de ações que visa a construir um resultado previamente definido.

Nesse sentido, os instrumentos de avaliação da aprendizagem, conforme Vasconcelos

(1998) devem ser reflexivos, superando a mera repetição de informações e levando a estabelecer relações abrangentes, contextualizados permitindo a compreensão do sentido do que está sendo trabalhado. Estes instrumentos podem assumir as mais diversas formas tendo como princípio, o exercício da leitura, da discussão, da interpelação, da análise crítica e da problematização de temáticas e textos, explicitando seus conceitos centrais, categorias e teorias que os embasam.

Como um instrumento para se atingir um objetivo, cumpre sua finalidade maior quando pode diagnosticar o uso funcional e contextualizado dos conhecimentos. Assim sendo, sua meta será avaliar competências para a atuação profissional e não apenas os conteúdos que são ministrados ao(à) educando(a). Para tanto, na análise da aprendizagem de futuros(as) professores(as), conhecer os critérios e os resultados dos instrumentos de avaliação que auxiliem o(a) acadêmico(a) a desenvolver suas potencialidades são pontos imprescindíveis, por oferecer reflexões à ação de avaliar.

Com essa perspectiva, desenvolve-se uma ação crítica no processo, tendo em vista que reduz o poder exclusivo do(a) professor(a), ou seja, as provas e as notas, procedimentos tradicionalmente usados para medir o conhecimento do(a) aluno(a). Nesta abordagem, é proposta a *mediação* – o diálogo na avaliação – “um vir a ser”, com objetivos claramente delineados e desencadeadores da ação educativa. A ação mediadora propõe o diálogo entre as partes, exigindo observação individual, atenta para o momento particular no processo de construção do conhecimento pelo(a) educando(a).

Em conformidade com as perspectivas de avaliação contidas nos princípios expressos no Regimento Acadêmico da UFT e nas Diretrizes da política de Avaliação para a Educação Superior é importante ressaltar que independente do instrumento utilizado é fundamental que, em toda avaliação, haja o retorno dos resultados obtidos ao(à) educando(a), oportunizando-lhe assim a compreensão de seu desempenho e a retomada dos objetivos não alcançados. Nesse sentido, a avaliação passa a ter um caráter formativo e não apenas classificatório, não tendo, portanto, um fim em si mesmo.

Dessa forma, entende-se a avaliação como processo contínuo. Assim, elencar-se-á várias maneiras de avaliar o processo ensino-aprendizagem, destacando as seguintes:

Prova oral e escrita;

Debates;

Seminários;

GVGO (Grupo oral e Grupo ouvinte);

Fichamentos;

Resenhas;

Relatórios de viagens de estudo, de apresentação de seminários, de vídeos, etc.;

Presenças;
 Participação em sala de aula;
 Responsabilidade;
 Compromisso;
 Respeito mútuo;
 Pontualidade;
 Assiduidade, etc.

O Curso de Geografia será avaliado de forma contínua e sistemática, objetivando a visualização de sua implantação e a identificação das dificuldades e problemas emergentes. Esta avaliação será feita a partir das atividades desenvolvidas pelos(as) docentes com os(as) educandos(as), refletidas e discutidas no âmbito dos espaços formativos e nas reuniões de planejamento e de avaliação semestrais. De forma mais específica, deverá ser objeto de análise de uma comissão permanente de avaliação a ser criada para esta finalidade. Esta avaliação abrangerá os âmbitos do ensino, da pesquisa, e da extensão.

A Comissão Permanente de Avaliação (CPA) elaborará instrumentos de avaliação, de registro e de análise de resultados e submetê-los à avaliação do Colegiado. O trabalho previsto para a Comissão envolverá:

- Avaliação contínua do fluxo dos(as) alunos(as) no curso, acompanhando e orientando(a) a implantação da nova proposta curricular
- Análise e reflexão sobre os processos de ensino-aprendizagem dos componentes curriculares (ensino);
- Análise e reflexão sobre os exercícios da pesquisa no processo de ensino-aprendizagem e das atividades de pesquisa de professores(as) e alunos(as) de um modo geral (produção do conhecimento);
- Análise e reflexão sobre a socialização dos resultados dos conhecimentos produzidos (difusão do conhecimento);
- Análise e reflexão sobre as atividades de extensão realizadas (extensão);
- Avaliação periódica da gestão acadêmica do curso (colegiado e coordenação de curso), visando subsidiá-la na proposição de alternativas para atender determinadas demandas docentes/discentes/institucionais (gestão).

3.3.13.1. A avaliação no processo ensino-aprendizagem e seus desdobramentos

Acredita-se que a tarefa de avaliar alguém em suas várias atitudes, em seus vários

momentos da vida seja uma das mais difíceis missões para qualquer ser humano. Não é diferente para o(a) professor(a) em sua vida cotidiana. O(a) professor(a) está sempre avaliando, classificando, atribuindo notas, etc. Os(as) alunos(as), por sua vez, avaliam constantemente o trabalho pedagógico de seus(suas) professores(as). Ele(a) sabe quando o(a) professor(a) é “*bonzinho*”, “*chato*”, “*inteligente*”, “*sabe só para ele*”, “*sargentão*”, “*durão*”, “*capaz de passar o conteúdo de forma adequada*”, etc.

Avaliação para Luckesi (1994, p.170)

É um juízo de qualidade que nada mais significa que uma afirmação ou negação qualitativa sobre alguma coisa, tendo como base critérios estabelecidos previamente. No caso da educação, padrões e expectativas consciente e politicamente ordenados. Em segundo lugar, esse juízo é estabelecido sobre manifestações relevantes da realidade, que nada mais são que os aspectos da realidade que se relacionam com o objetivo que se tem à frente.

Essas manifestações são caracteres “físicos” da realidade. “Físico”, aqui, é tomado no sentido grego, de pertencer à natureza do objeto. E, mais, são todos os caracteres relevantes e não alguns que estejam interessando no momento. A avaliação exige o uso da categoria da totalidade e não o reducionismo focalista. A avaliação, em si mesma, é um instrumento de dinamismo e progresso. Daí a importância do mecanismo ação-reflexão-ação no exercício da prática da avaliação¹⁰.

O termo avaliar tem sido constantemente associado a expressões como: fazer provas, atribuir notas, repetir ou passar de ano. Esta associação, tão frequente em nossas escolas, é resultante de uma concepção pedagógica arcaica, mas tradicionalmente dominante. Nela, a educação é concebida como mera transmissão e memorização de informações prontas e o(a) aluno(a) é visto como um ser passivo(a) e receptivo(a). Em consequência, a avaliação se restringe a medir a quantidade de informações retidas. Nessa abordagem, em que educar se confunde com informar, a avaliação assume um caráter seletivo e competitivo¹¹.

Por outro lado, Libâneo (1992) afirma que:

A avaliação é uma tarefa didática necessária e permanente no trabalho docente, que deve acompanhar passo a passo o processo de ensino e aprendizagem. Através dela, os resultados que vão sendo obtidos no decorrer do trabalho conjunto do professor e dos alunos são comparados com os objetivos propostos, a fim de constatar progressos, dificuldades, e reorientar o trabalho para as correções necessárias. A avaliação é uma reflexão sobre o nível de qualidade de trabalho escolar tanto do professor como dos alunos. Os dados coletados no decurso do processo de ensino, quantitativos ou qualitativos, são interpretados em relação a um padrão de desempenho e expressos em juízos de valor (muito bom, bom, satisfatório etc.) acerca do aproveitamento escolar (LIBÂNEO 1992, p. 195)

¹⁰ LUKESI, Cipriano Carlos. *Filosofia da Educação*. 1994: 170.

¹¹ HAYDT, Regina Célia Cazaux. *Curso de Didática Geral*. 1998: 286.

Dessa forma, a avaliação, apesar de falha, apesar dos problemas que ela tem, se faz necessária diante do processo ensino-aprendizagem. Quando se afirma que ela é falha, quer dizer que nem sempre ela “mede” o grau de aprendizagem do(a) educando(a). Uns/umas educandos(as) “colam” e “tiram” notas altíssimas enquanto outros(as) que estudam de fato, por serem honestos(as) e não conseguem a mesma nota. O(a) professor(a), nesse caso, deveria ter coerência e verificar as atitudes desses(as) alunos(as) no processo ensino-aprendizagem e fazer justiça reavaliando sua classe e sua postura como docente.

Numa visão mais coerente com a realidade educacional em que o ensino/aprendizagem serve e é para a vida, educar é formar e aprender é construir o próprio saber. Assim, a avaliação assume dimensões mais abrangentes. Ela não se reduz apenas a atribuir notas. Sua conotação se amplia e se desloca, no sentido de verificar em que medida os(as) alunos(as) estão alcançando os objetivos propostos para o processo ensino-aprendizagem.

Tais objetivos se traduzem em mudanças e aquisição de comportamentos motores, cognitivos, afetivos e sociais. Se o ato de ensinar e aprender consiste em tentar realizar esses objetivos, o ato de avaliar consiste em verificar se eles são realmente atingidos. E mais ainda, em que grau se dá essa consecução, no intuito de ajudar o(a) aluno(a) a avançar na aprendizagem e na construção de seu saber. Nessa perspectiva, a avaliação assume um sentido orientador e cooperativo¹².

O conceito de avaliação da aprendizagem está ligado a uma concepção pedagógica mais ampla, isto é, a uma visão de educação. Ele depende, portanto, da postura filosófica adotada. Além disso, a forma de encarar e realizar a avaliação reflete a atitude do(a) professor(a) em sua interação com a classe, bem como suas relações com o(a) aluno(a). Por exemplo, um(uma) professor(a) autoritário(a) e inseguro(a) usará a avaliação como instrumento de tortura ou punição para alunos(as) apáticos(as) ou indisciplinados(as).

Por sua vez, um(a) professor(a) que seja um(a) profissional seguro(a) de sua prática docente, experiente ao orientar atividades de aprendizagem dos(as) educandos(as), colaborando com eles(as) na construção do conhecimento, tenderá a encarar a avaliação como uma forma diagnóstica dos avanços e dificuldades dos(as) alunos(as) e como indicador para o replanejamento de seu trabalho docente. Nessa perspectiva, a avaliação ajuda o(a) aluno(a) a progredir na aprendizagem, e o(a) professor(a) a aperfeiçoar sua prática pedagógica¹³.

A avaliação é uma apreciação qualitativa sobre dados relevantes do processo ensino e aprendizagem que auxilia o(a) professor(a) a tomar decisões sobre o seu trabalho. Os dados

¹²HAYDT, Regina Célia Cazaux. *Curso de Didática Geral*. 1998: 286¹³HAYDT, Regina Célia Cazaux. *Curso de Didática Geral*. 1998: 287.

relevantes se referem às várias manifestações das situações didáticas, nas quais o(a) professor(a) e os(as) alunos(as) estão empenhados(as) em atingir os objetivos do ensino. A apreciação qualitativa desses dados, através das análises de provas, exercícios, respostas dos(as) alunos(as), realização de tarefas etc. permite uma tomada de decisão para o que deve ser feito em seguida¹⁴.

Libâneo (1992) nos afirma que pode-se, então, definir a avaliação escolar como um componente do processo de ensino que visa, através da verificação e qualificação dos resultados obtidos, determinar a correspondência destes com os objetivos propostos e, daí orientar a tomada de decisões em relação às atividades didáticas seguintes.

Nos diversos momentos do processo de ensino, são tarefas de avaliação: a verificação, a qualificação e apreciação qualitativa.

Verificação: coleta de dados sobre o aproveitamento dos(as) alunos(as), através de provas, exercícios e tarefas ou meios auxiliares, como observação de desempenho, entrevistas etc.

Qualificação: comprovação dos resultados alcançados em relação aos objetivos e, conforme o caso, atribuição de notas e conceitos.

Apreciação qualitativa: avaliação propriamente dita dos resultados, referindo-se a padrões de desempenho esperados.

A avaliação escolar cumpre pelo menos três funções: pedagógico-didática, de diagnóstico e de controle, afirma Libâneo.

A avaliação da aprendizagem do aluno está diretamente ligada à avaliação do próprio trabalho docente. Ao avaliar o que o aluno conseguiu aprender, o professor está avaliando o que ele próprio conseguiu ensinar. Assim, a avaliação dos avanços e dificuldades dos alunos na aprendizagem fornece ao professor indicações de como deve encaminhar e reorientar sua prática pedagógica, visando aperfeiçoá-la. É por isso que se diz que a avaliação contribui para a melhoria da aprendizagem e do ensino¹⁵.

A partir do que foi exposto acima, pode-se tirar algumas conclusões sobre os pressupostos e princípios de avaliação.

a) A avaliação é um processo contínuo e sistemático. Faz parte de um sistema mais amplo, que o processo ensino-aprendizagem, nele se integrando. Por isso, ela não tem um fim em si mesma, é sempre um meio, um recurso, e como tal deve ser usada. Não pode ser esporádica ou improvisada. Deve ser constante e planejada, ocorrendo normalmente ao longo de todo o processo, para orientá-lo e aperfeiçoá-lo.

b) A avaliação é funcional, porque se realiza em função dos objetivos previstos. Os objetivos são os elementos norteadores da avaliação. Por isso, avaliar o aproveitamento do(a) aluno(a) consiste em verificar se ele(a) alcançou os objetivos estabelecidos.

¹⁴ LIBÂNEO, José Carlos. *Didática*. 1992:195.

¹⁵ HAYDT, Regina Célia Cazaux. *Curso de Didática Geral*. 1998: 288.

c) A avaliação é orientadora, porque indica os avanços e dificuldades do(a) aluno(a), ajudando-o a progredir na aprendizagem, orientando-o(a) no sentido de atingir os objetivos propostos.

Numa perspectiva orientadora, a avaliação ajuda o(a) professor(a) a replanejar seu trabalho, pondo em prática procedimentos alternativos quando se fizerem necessários.

d) A avaliação é integral, pois considera o(a) aluno(a) como o ser total e integrado, e não de forma compartimentada. Assim ela deve analisar e julgar todas as dimensões do comportamento, incidindo sobre os elementos cognitivos e também sobre o aspecto afetivo e o domínio psicomotor. Em decorrência, o(a) professor(a) deve coletar uma ampla variedade de dados, que vão além da rotineira prova escrita. Para conseguir esses dados, deve usar todos os recursos disponíveis da avaliação.

Esses princípios norteadores da avaliação da aprendizagem são decorrentes de uma concepção pedagógica, que por sua vez são consequência de uma postura filosófica, afirma Haydt.

Diante de tudo o que já foi exposto até aqui, o Colegiado de Geografia do Campus Araguaína - Universidade Federal de Tocantins, precisa repensar a sua forma de avaliar e ser avaliada, pois o momento atual exige que se tenha um pouco mais de reflexão sobre o processo ensino-aprendizagem como um todo. Não dá mais para “fechar os olhos” diante dessa nova realidade a qual se está inserido. Não dá para continuar negando uma realidade que está posta em todo o processo educacional. Portanto, combater alguns de seus componentes, é certo, mas negá-la integralmente é impossível.

A polivalência se faz presente em todas as escalas da produção do pensar, agir, ser, sentir e viver a educação e nós não podemos nos furtar disto. O processo avaliativo está inserido nessa nova mentalidade de formar um(a) cidadão(ã) crítico(a), consciente e preparado(a) para a vida, e não apenas para o mercado de trabalho.

O termo avaliar foi utilizado durante um certo tempo como sinônimo de medir e testar. Isso ocorreu em parte, devido à predominância de uma abordagem pedagógica que encarava a educação como mera transmissão e acumulação de conhecimento já prontos. Nessa perspectiva, avaliar se confundia com medir, isto é, medir o número de informações memorizadas e retidas.

Testar significa submeter a um teste ou experiência. Ou seja, consiste em verificar o desempenho de alguém ou alguma coisa por meio de situações previamente organizadas, chamadas testes. Atualmente, os testes são empregados em larga escala na educação. Mas os(as) educadores(as) devem ter em mente os limites de sua utilização, pois nem todos os resultados do ensino podem ser medidos ou averiguados através de teste¹⁶. É “normal” ouvir colegas dizerem ter

¹⁶

HAYDT, Regina Célia Cazaux. *Curso de Didática Geral*. 1998: 288.

“reprovado” uma quantia “x” de alunos(as) em suas disciplinas, principalmente, os(as) educadores(as) das áreas de exatas e naturais. Será que seu trabalho pedagógico é “aprovado”?

Medir significa determinar a quantidade, a extensão ou o grau de alguma coisa, tendo unidades de medida (metro, quilo, litro) unidades de tempo (horas, minutos, segundos, meses, anos) etc. O resultado de uma medida é expresso em número, daí sua objetividade e exatidão. A medida se refere sempre ao aspecto quantitativo de fenômeno a ser descrito. O teste é apenas um entre os diversos instrumentos de mensuração existentes. No entanto, devido a sua objetividade e praticidade, ele é um dos recursos mais utilizados em educação, afirma Haydt (1998, p.290).

No cotidiano escolar, infelizmente, se utiliza muito do “*testar*” e do “*medir*” como sinônimo de “*avaliar*”. Até em um ambiente universitário que, teoricamente se tem as cabeças mais pensantes da sociedade, a avaliação de fato não é colocada em discussão entre seus(suas) docentes e, muito menos, praticada no processo ensino-aprendizagem. Alguns(algumas) poucos(as) docentes apenas “*arranham*” essas possibilidades educacionais. A grande maioria ainda se preocupa muito é com o seu “*conteúdo teórico*” que precisa transmitir aos(às) seus(suas) alunos(as).

Avaliar é julgar ou fazer uma apreciação sobre alguém ou alguma coisa, tendo como base uma escala de valores. Assim a avaliação consiste na coleta de dados quantitativos e qualitativos e na interpretação desses dados com base em critérios previamente definidos. Portanto, não é suficiente testar e medir, pois os resultados obtidos por esses instrumentos devem ser interpretados sob a forma de avaliação. Pode-se dizer que a mensuração é basicamente um processo descritivo, pois consiste em descrever quantitativamente um fenômeno, enquanto avaliação é um processo interpretativo, pois é um julgamento com base em padrões ou critérios¹⁷.

Dessa forma, é preciso que se tenha um pouco mais de conhecimento sobre o que realmente é avaliação, para a partir daí, construir um curso que atenda minimamente às exigências que são postas a todos nós envolvidos no processo educacional, no mundo atual. Acredita-se que esse é o caminho. Muitas adversidades surgirão, mas servem como aprendizado para que se possa aproximar cada vez mais de nossa própria realidade educacional.

3.3.14. Ações implementadas em função dos processos de auto-avaliação e de avaliação externa (ENADE e outros)

No que diz respeito à avaliação deve-se dizer que o PDI da UFT estabelece determinados procedimentos norteadores para os PPCs que orientarão os processos de auto-avaliação e avaliação externa. Portanto, deve-se considerar que a avaliação constitui-se num processo contínuo que

¹⁷

HAYDT, Regina Célia Cazaux. *Curso de Didática Geral*. 1998: 290.

envolve ações de diagnóstico, análise, acompanhamento e proposição de ações para a superação das dificuldades encontradas e o reforço dos pontos positivos, bem como a avaliação da própria avaliação. Na elaboração de uma proposta de avaliação institucional, é fundamental que o processo baseie-se em princípios que garantam sua relevância, tais como:

Participação - faz-se necessário que a comunidade acadêmica participe do processo de elaboração, efetivação, debate e revisão dos resultados, para que a Universidade como um todo possa visualizar melhor sua própria estrutura.

Solidariedade - a partir do processo de avaliação institucional, é possível potencializar ações no sentido de que os *campi* possam obter uma visão de unidade, buscando-se, com isso, criar uma teia de solidariedade para a partilha de experiências e solução de problemas, visando à melhoria da instituição.

No que diz respeito à avaliação externa, deve-se dizer que a criação da CEA (Comissão Especial da Avaliação da Educação Superior) pelo MEC resultou, após intenso período de trabalho, na apresentação de um documento propositivo de novos mecanismos de avaliação que culminem na ampliação da melhoria da qualidade do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão universitária no Brasil. Assim, criou-se o SINAES (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior) que ressalta a auto-avaliação – com destaque para a participação da comunidade universitária – articulada com a avaliação externa de especialistas. Composto por um conjunto de diretrizes para as avaliações, o documento sugere a criação de novos instrumentos de avaliação – a auto-avaliação, a avaliação externa, a avaliação das condições de ensino e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) –, associando-os aos instrumentos de informação, como o Censo da Educação Superior, o Cadastro das Instituições e Cursos, o Sistema de Registro da Capes e da Secretaria da Educação Média e Tecnológica/MEC, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e o Projeto Político-Pedagógico. Em síntese, o SINAES tem os seguintes objetivos: melhoria da qualidade da educação superior, orientação da expansão da sua oferta, aumento permanente da sua eficácia institucional, efetividade acadêmica e social e, especialmente, promoção e aperfeiçoamento do compromisso e da responsabilidade social das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão.

Portanto, até o presente, a Geografia foi avaliada duas vezes através do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), e nessas duas vezes obteve conceito três. O referido exame identificou como pontos fracos no curso, o número reduzidos de professores(as) doutores(as) e a ausência de laboratórios. Para sanar os pontos fracos em relação a qualificação docente, o curso implantou no segundo semestre de 2009, o DINTER em Geografia, em parceria com a UFU. Atualmente, o curso é composto de 16 de professores(as) efetivos(as) sendo três (3) doutores, treze (13) mestres, destes, dez (10) em processo de doutoramento, a saber: seis(6) através de convênio

DINTER UFU/UFT, (1) um pela UFMG, 1 (uma) pela Universidade de Lisboa, 1(um) pela UFPE e 1(um) pela USP.

Em relação aos laboratórios, até o presente, está em processo de instalação o laboratório de Cartografia. Faz-se necessário, urgentemente, a instalação de laboratórios nas áreas de ensino, estudos urbanos e regionais, estudos ambientais, solos, rochas e minerais.

Enfim, o curso de Geografia, Campus Araguaína, foi classificado pelo Guia dos Estudante da Editora Abril , entre os melhores do país. Ele recebeu do Guia a classificação de três estrelas.(PRESENTE -UFT – ANO III, nº38, 06-12 out.2009, p.03)

4 - CORPO DOCENTE, CORPO DISCENTE E CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

4.1. Formação acadêmica e profissional do corpo docente efetivo

NOME	FORMAÇÃO		Experiência docente no Ensino Superior
	Graduação	Pós-Graduação	
Alberto Pereira Lopes	Licenciatura em Geografia	Mestrado em Geografia/UFU Doutorado em Geografia/USP	15 anos
Aires José Pereira	Licenciatura em Geografia	Mestrado em Arquitetura e Urbanismo/UNB Doutorando em Geografia- DINTER UFT/UFU	11 anos
Airton Sieben	Licenciatura e Bacharelado em Geografia	Mestrado em Geomática/UFSM Doutorando em Geografia- DINTER UFT/UFU	5 anos e 06 meses
Carlos Augusto Machado	Licenciatura e Bacharelado em Geografia	Mestrado em Geografia/UNESP Doutorando em Geografia - DINTER UFT/UFU	09 anos
Daniel Vater Almeida	Licenciatura em Geografia	Mestrado em Geografia /UERJ Doutorando em Geografia/UFGD	05 meses
Elias da Silva	Licenciatura em Geografia	Mestrado em Geografia/UFRJ Doutorando em Geografia/USP	11 anos
Eliseu Pereira de Brito	Licenciatura e Bacharelado em Geografia	Mestrado em Geografia/UFGD	09 meses

Fátima Maria de Lima	Licenciatura em História e Bacharelado em Direito	Mestrado em Educação/UFG	15 anos
Jacira Garcia Gaspar	Licenciatura e Bacharelado em Geografia	Mestrado em Geografia/UFPE Doutoranda em Ciências da Educação UL/PT	28 anos
Jean Carlos Rodrigues	Licenciatura em Geografia	Mestrado em Geografia/UNESP Doutorado em Geografia/UNESP	04 anos e 06 meses
João Manoel de Vasconcelos Filho	Bacharelado e Licenciatura em Geografia	Mestrado em Geografia/UFPE Doutorando em Geografia -DINTER UFT/UFU	06 anos
Luciano da Silva Guedes	Bacharelado em Geografia	Mestrado em Geografia/UFRN	07 anos
Luís Eduardo Bovolato	Bacharelado em Geologia	Mestrado em Geografia/UNESP Doutorado em Geografia/UNESP	20 anos
Marivaldo Cavalcante da Silva	Licenciatura em Geografia	Mestrado em Geografia/UFPB Doutorando em Geografia - DINTER UFT/UFU	03 anos e 02 meses
Rejane de Aquino Dias	Licenciada em Pedagogia	Mestrado em Educação/USF Doutoranda em Geografia- DINTER UFT/UFU	20 anos
Severino Francisco de Oliveira de Filho	Bacharelado e Licenciatura em Geografia	Mestrado em Geografia/UFPE Doutorando em Geografia/UFPE	10 anos

4.2. Condição de trabalho

O corpo docente do curso de Licenciatura em Geografia é composto atualmente por dezesseis professores (as) efetivos(as). Encontra-se em processo de contratação, de dois professores (as), o que totalizará dezoito. Desses(as) dezesseis docentes, todos(as) estão em regime de

Dedicação Exclusiva (DE). Há, também, dois professores(as) substitutos(as).

A carga horária mínima na UFT é de doze horas aulas semanais. Todavia, aos (às) docente doutorandos(as) do DINTER/UFT/UFU, conforme normativa do CONSEPE, é facultado a carga horária mínima de oito horas aulas semanais, como também, para quem está em cargo administrativo(coordenação, direção, etc.). Então observe:

REG	PROFESSOR(A)	DISCIPLINA	CH TOTAL
DE	Aires José Pereira	Geografia Regional e Espaço Mundial Geografia Urbana	08 DINTER UFT/UFU
DE	Airton Sieben	História do Pensamento Geográfico Geografia da População e dos Movimentos Migratórios	08 DINTER UFT/UFU
DE	Carlos Augusto Machado	Hidrografia Biogeografia	08 DINTER UFT/UFU
DE	Daniel Vater de Almeida	Prática Pedagógica no Ensino Fundamental Prática Pedagógica no Ensino Médio Estágio III Estágio V Estágio VI e TCCI	20
DE	Eliseu Pereira de Brito	Geografia Econômica Geografia da Amazônia(Optativa) Geografia do Tocantins Seminário Temático IV(Globalização e Mercados Mundiais) Seminário Temático III (Crescimento Econômico e Desenvolvimento Sustentável)	16
DE	Fátima Maria de Lima	Política, Legislação e Organização da Educação Básica Estágio I Estágio II	11 Coordenadora do Curso
DE	Jean Carlos Rodrigues	Geografia do Espaço Brasileiro Teoria e Método em Geografia Geografia Cultural Metodologia da Pesquisa	14 Coordenador DINTER UFT/UFU PIBID
DE	João Manoel de Vasconcelos Filho	Geografia Política Estágio VII e TCC II	08 DINTER UFT/UFU
DE	Luciano da Silva Guedes	Fundamentos de Meteorologia e Climatologia Cartografia Sensoriamento Remoto(Optativa) Prática em Cartografia Fundamentos de Meteorologia e Climatologia (Curso de Verão)	20
DE	Luiz Eduardo Bovolato	Geologia Geomorfologia Planejamento Ambiental(Optativa)	12 Diretor do Campus

DE	Marivaldo Cavalcante da Silva	Solos Tropicais e Uso da Terra Recursos Naturais e Meio Ambiente	08 DINTER UFT/UFU
DE	Rejane de Aquino Dias	Didática Estágio IV	08 DINTER UFT/UFU
DE	Severino Francisco de Oliveira de Filho	Prática de Estudos Temáticos em Geografia Prática de Geografia em Atividades de Extensão Geografia do Turismo	12
S u b s t i t u t o	Luiz Antônio Ribeiro Machado	Prática Pedagógica em Geografia Prática e Metodologia de Projetos Geografia Agrária Seminário Temático II Geoecologia do Cerrado	17
S u b s t i t u t o	Marta Sônia Alves Lima Silva	Perspectiva da Geografia Brasileira Seminário Temático I (Questões Fundiárias no Tocantins) Território e Territorialidade da Cultura Brasileira História do Pensamento Geográfico (Curso de “Verão”) Estudos da Educação e do Ensino	16

4.3. Composição e titulação do Núcleo Docente Estruturante (NDE)

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) é o conjunto de professores(as), composto por 30% do corpo docente, de elevada formação e titulação, em regime de dedicação exclusiva, que respondem mais diretamente pela criação, implantação e consolidação do Projeto de Pedagógico do Curso. Então, observe:

Docente	Titulação Máxima	Regime de Trabalho
Alberto Pereira Lopes	Doutor em Geografia	DE
Elias da Silva	Mestre em Geografia (Doutorando em Geografia pela USP)	DE
Fátima Maria de Lima	Mestre em Educação	DE
Jean Carlos Rodrigues	Doutor em Geografia	DE
João Manoel de Vasconcelos Filho	Mestre em Geografia (Doutorando em Geografia DINTER UFT/UFU)	DE
Luciano da Silva Guedes	Mestre em Geografia	DE

4.3.1. Ações do NDE para implantação e consolidação do PPC

Docente	Ações
Alberto Pereira Lopes	<ul style="list-style-type: none"> ● Compor e presidir comissões para analisar o processo de transição do PPC/2001 para o PPC/2009; ● Compor e presidir comissões para analisar a equivalência entre os componentes curriculares de 2001 e os de 2009; ● Compor e presidir comissões para avaliar a execução do Regulamento de Estágio Curricular; ● Compor e presidir comissões para avaliar o cumprimento do Regulamento de TCC; ● Compor e presidir comissões para avaliar o cumprimento do Regulamento de Atividades Complementares; ● Realizar eventos – Jornadas Pedagógicas, no início de cada semestre letivo, para divulgar e dialogar entre o corpo docente, o corpo discente e técnico-administrativo sobre as ações que todos (as) realizarão semestralmente para consolidar a implantação do PPC/2009.
Elias da Silva	<ul style="list-style-type: none"> ● Compor e presidir comissões para analisar o processo de transição do PPC/2001 para o PPC/2009; ● Compor e presidir comissões para analisar a equivalência entre os componentes curriculares de 2001 e os de 2009; ● Compor e presidir comissões para avaliar a execução do Regulamento de Estágio Curricular; ● Compor e presidir comissões para avaliar o cumprimento do Regulamento de TCC; ● Compor e presidir comissões para avaliar o cumprimento do Regulamento de Atividades Complementares; ● Realizar eventos – Jornadas Pedagógicas, no início de cada semestre letivo, para divulgar e dialogar entre o corpo docente, o corpo discente e técnico-administrativo sobre as ações que todos (as) realizarão semestralmente para consolidar a implantação do PPC/2009.
Fátima Maria de Lima	<ul style="list-style-type: none"> ● Compor e presidir comissões para analisar o processo de transição do PPC/2001 para o PPC/2009; ● Compor e presidir comissões para analisar a equivalência entre os componentes curriculares de 2001 e os de 2009; ● Compor e presidir comissões para avaliar a execução do Regulamento de Estágio Curricular; ● Compor e presidir comissões para avaliar o cumprimento do Regulamento de TCC; ● Compor e presidir comissões para avaliar o cumprimento do Regulamento de Atividades Complementares; ● Realizar eventos – Jornadas Pedagógicas, no início de cada semestre letivo, para divulgar e dialogar entre o corpo docente, o corpo discente e técnico-administrativo sobre as ações que todos (as) realizarão semestralmente para consolidar a implantação do PPC/2009.
Jean Carlos Rodrigues	<ul style="list-style-type: none"> ● Compor e presidir comissões para analisar o processo de transição do PPC/2001 para o PPC/2009; ● Compor e presidir comissões para analisar a equivalência entre os componentes curriculares de 2001 e os de 2009; ● Compor e presidir comissões para avaliar a execução do Regulamento de Estágio Curricular; ● Compor e presidir comissões para avaliar o cumprimento do Regulamento de TCC; ● Compor e presidir comissões para avaliar o cumprimento do Regulamento de Atividades Complementares; ● Realizar eventos – Jornadas Pedagógicas, no início de cada semestre letivo, para divulgar e dialogar entre o corpo docente, o corpo discente e técnico-administrativo sobre as ações que todos (as) realizarão semestralmente para consolidar a implantação do PPC/2009.
João Manoel de Vasconcelos Filho	<ul style="list-style-type: none"> ● Compor e presidir comissões para analisar o processo de transição do PPC/2001 para o PPC/2009; ● Compor e presidir comissões para analisar a equivalência entre os componentes

	<p>curriculares de 2001 e os de 2009;</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Compor e presidir comissões para avaliar a execução do Regulamento de Estágio Curricular; ● Compor e presidir comissões para avaliar o cumprimento do Regulamento de TCC; ● Compor e presidir comissões para avaliar o cumprimento do Regulamento de Atividades Complementares; ● Realizar eventos – Jornadas Pedagógicas, no início de cada semestre letivo, para divulgar e dialogar entre o corpo docente, o corpo discente e técnico-administrativo sobre as ações que todos (as) realizarão semestralmente para consolidar a implantação do PPC/2009.
Luciano da Silva Guedes	<ul style="list-style-type: none"> ● Compor e presidir comissões para analisar o processo de transição do PPC/2001 para o PPC/2009; ● Compor e presidir comissões para analisar a equivalência entre os componentes curriculares de 2001 e os de 2009; ● Compor e presidir comissões para avaliar a execução do Regulamento de Estágio Curricular; ● Compor e presidir comissões para avaliar o cumprimento do Regulamento de TCC; ● Compor e presidir comissões para avaliar o cumprimento do Regulamento de Atividades Complementares; ● Realizar eventos – Jornadas Pedagógicas, no início de cada semestre letivo, para divulgar e dialogar entre o corpo docente, o corpo discente e técnico-administrativo sobre as ações que todos (as) realizarão semestralmente para consolidar a implantação do PPC/2009.

4.4. Produção de material didático ou científico do corpo docente efetivo

PROFESSOR(A)	MATERIAL DIDÁTICO E CIENTÍFICO
Alberto Pereira Lopes	<p>Capítulos de livros publicados</p> <p>LOPES, A. P. . O Estado do Tocantins: algumas características de sua organização espacial. In: PEREIRA, J.P.; SANTOS, R. de S.. (Org.). Ensaio Geográficos e Educação. Rondonópolis: Gráfica Editora união, 2005, v. 1, p. 105-119.</p> <p>Trabalhos completos publicados em anais de congressos</p> <p>LOPES, A. P. AS VÍTIMAS DO TRABALHO ESCRAVO NA CIDADE DE ARAGUAÍNA-TO. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 2008, SÃO PAULO. O ESPAÇO NÃO PÁRA, POR UMA AGB EM MOVIMENTO. SÃO PAULO : FFLCH, 2008. v. 1. p. 69-78.</p> <p>LOPES, A. P. . ARAGUAÍNA-TO: A PRINCIPAL CIDADE ECONÔMICA DO ESTADO E A PERIFERIA QUE ESCONDE AS VÍTIMAS DO TRABALHO ESCRAVO POR DÍVIDA. In: 4.º encontro nacional de grupos de pesquisa - ENGRUP, 2008, SÃO PAULO. ' agricultura, desenvolvimento Regional e transformações sócio-espaciais:. São Paulo : Faculdade de Filosofia Letras e Artes- departamento de Geografia, 2008. v. 1.</p> <p>LOPES, A. P. . Assentamento 1 de Janeiro: estrutura e formas de vida das famílias assentadas pelo MST.. In: X ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 2005, São Paulo. Por uma geografia Latino-Americana:do labirinto da solidão ao espaço da solidariedade. São Paulo : Departamento de Geografia/FFLCH/USP, 2005. v. 1. p. 1-480.</p> <p>LOPES, A. P. . RORAIMA NA FRONTEIRA AMAZÔNICA. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 2004, GOIÂNIA. ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 2004.</p>

Aires José Pereira	<p>Livros publicados/organizados ou edições</p> <p>PEREIRA, Aires José . Ensaio Geográfico e Interdisciplinaridade Poética. 2. ed. São Paulo: Ferrari, 2009.</p> <p>PEREIRA, A. J.; SANTOS, R. S.(Orgs.). Ensaio de geografia e educação no/do Tocantins. Goiânia: Kelps, 2008.</p> <p>PEREIRA, Aires José . Sonhos de Criança. Goiânia: Kelps, 2008.</p> <p>PEREIRA, Aires José (Org.) ; SANTOS, Roberto de Souza (Org.) . Ensaio Geográfico e Educação. Rondonópolis: Gráfica Editora União, 2006.</p> <p>Capítulos de livros publicados</p> <p>SOUZA, L. C. ; PEREIRA, A. J . A segregação sócio-espacial em Araguaína - TO: como enfoque para o setor Céu Azul. In: PEREIRA, A. J.; SANTOS, R. S. (Org.). Ensaio de Geografia no/do Tocantins. 1 ed. Goiânia: Kelps, 2008, v. , p. 15-31.</p> <p>SOUZA, E. S. ; PEREIRA, A. J. A Educação Ambiental em Santa Fé do Araguaia - TO: entre o querer, o poder e o fazer. In: PEREIRA, A. J.; SANTOS, R. S. (Org.). Ensaio de Geografia e Educação no/do Tocantins. 1 ed. Goiânia: Kelps, 2008, v. , p. 75-83.</p> <p>PEREIRA, A. J . O Processo de Segregação socioespacial nas cidades brasileiras, Tangará da Serra - MT: um estudo de caso.. In: PEREIRA, A. J.; SANTOS, R. S. (Org.). Ensaio Geográfico e Educação. 1 ed. Rondonópolis: Gráfica Editora União, 2006, v. 200, p. 15-33.</p> <p>PEREIRA, Aires José . A Produção do espaço geográfico de Tangará da Serra - MT na ótica capitalista. In: PEREIRA, A. J.; SILVA, E.; SANTOS, R. S. (Org.). Geografia de Mato Grosso no limiar do século XXI. 1 ed. Rondonópolis: Editora Styllus, 2005, v. 300, p. 57-63.</p> <p>Artigos completos publicados em periódicos</p> <p>PEREIRA, Aires José . Expansão Urbana e Exclusão Social em Tangará da Serra - MT. Revista Produção Acadêmica: Ciências Humanas Porto Nacional - TO - Cursos de Humanidades, v. 03, p. 53-59, 2007.</p> <p>MOREIRA, Maria das Dores. ; PEREIRA, Aires José . A Avaliação no processo ensino-aprendizagem e seus desdobramentos. Intergeo, v. 04, p. 114-117, 2006.</p> <p>PEREIRA, Aires José . O Processo de segregação sócio-espacial em Tangará da Serra - MT: um estudo de caso. Intergeo, v. 03, p. 101-111, 2003.</p> <p>PEREIRA, Aires José . O Processo da Segregação sócio-espacial nas cidades brasileiras: Tangará da Serra - MT, um estudo de caso. ITEC Ciência, v. 03, p. 94-112, 2003.</p> <p>PEREIRA, Aires José . Uma discussão sobre a política habitacional nos anos 80 e 90. ITEC Ciência, Tangará da Serra - MT, v. 02, p. 18-48, 2001.</p> <p>PEREIRA, Aires José . UMA DISCUSSÃO SOBRE POLÍTICA HABITACIONAL NOS ANOS 80/90. Revista Mato-Grossense de Geografia, v. 03/04, p. 91-119, 1999.</p>
--------------------	---

Airton Sieben	<p>Livros publicados/organizados ou edições</p> <p>SIEBEN, A. ; KONRAD, Carlos Gilberto . Princípios e Fundamentos de uma ONG. Tapera: LEW Editora, 2002.</p> <p>Capítulos de livros publicados</p> <p>SIEBEN, A.; SILVA, E.; GUEDES, L. S. Alguns desafios da educação ambiental: aspectos global e local. In: SILVA, N. L.; CASTRO, J. G. D.; CASTILHO, M. W. V.(Orgs.). Estudos multidisciplinares para a educação ambiental: o Tocantins em destaque. Goiânia:Kelps, 2008, p.119-132.</p> <p>Artigos completos publicados em periódicos</p> <p>RIBEIRO, J. C. ; SIEBEN, A. . Indesejáveis travessias: da migração autodeterminada à migração alienada (conceitualizar o contexto para contextualizar o conceito). Geoambiente On-line, v. 12/2007, p. 123-141, 2007.</p> <p>SIEBEN, A. ; Machado, C. A. . Histórico e contextualização sócio-econômica e ambiental da soja (Glycine Max) no Brasil. Geoambiente On-line, v. 11/20, p. 71-88, 2006.</p> <p>SIEBEN, A. . Análise e considerações sobre estrutura populacional e taxas demográficas. Cosmos (Presidente Prudente), v. 7, p. 34-45, 2005.</p> <p>SIEBEN, A. ; PAULUS, D. ; SILVÉRIO da SILVA, J. L. . Material em suspensão do rio Jacuí no estado do Rio Grande do Sul. Interface (Porto Nacional), v. 2, p. 15-25, 2005.</p> <p>SIEBEN, A. . Teorias demográficas e suas considerações. Cosmos (Presidente Prudente), v. 2, p. 33-45, 2005.</p> <p>SIEBEN, A. ; GOMES, Elenice ; PEREIRA FILHO, Waterloo . Características dos materiais da coleta seletiva de resíduos sólidos no Bairro Camobi/Santa Maria/RS. Ciência e Natura, Santa Maria, v. 26, 2004.</p>
Carlos Augusto Machado	<p>Capítulos de livros publicados</p> <p>MACHADO, C. A. ; GUEDES, L. S.; BOVALATO, L. E. Características Fisiográficas de Araguaína. In: SILVA, N. L.; CASTRO, J. G. D.; CASTILHO, M. W. V.(Orgs.). Estudos multidisciplinares para a educação ambiental: o Tocantins em destaque. Goiânia:Kelps, 2008, p.11 -30.</p> <p>Artigos completos publicados em periódicos</p> <p>MACHADO, C. A. ; Sieben, A. . Histórico e Contextualização Sócio Econômica e Ambiental da Soja (Glycine max) no Brasil. Geoambiente On-line, v. 01, p. 71-88, 2006.</p> <p>Home page: http://www.jatai.ufg.br/geo/geoambiente; Série: 07; ISSN/ISBN: 16799860</p> <p>MACHADO, C. A. ; OLIVEIRA, V. M. de . Planejamento Ambiental Para a Cidade de Araguaína -TO. Revista Interfaces (UFRJ), Palmas-TO, v. 02, n. 01, 2005. <i>Referências adicionais: Brasil/Português; Meio de divulgação: Impresso; ISSN/ISBN: 15160033.</i></p> <p>Artigo no Prelo</p> <p>MACHADO, C. A. ; SUDO, H. . Manejo Integrado de Bacias Hidrográficas. Geosul (UFSC), v. 14, p. 626-629, 1998. <i>Setores de atividade: Educação. ; Meio de divulgação: Impresso; Série: 27; ISSN/ISBN: 01033964.</i></p>
Daniel Vater Almeida	<p>Capítulos de livros publicados</p> <p>ALMEIDA, D. V. ; GHENO, Rejane ; DUTRA, Viviane Saad . O Cotidiano da Escola e a</p>

	<p>Geografia no Ensino Fundamental e Médio. In: REGO, Nelson; SUERTEGARAY, Dirce; HEIDRICH, Álvaro. (Org.). Geografia e Educação. Geração de Ambiências. 1ª ed. Porto Alegre: Editora da Universidade - UFRGS, 2000, v. 01, p. 01-124.</p> <p><i>Referências adicionais:</i> Brasil/Português; <i>Meio de divulgação:</i> Impresso; Número da revisão:1ª;ISBN:8570255772.</p> <p>ALMEIDA, D. V. . Plano Agache: A Cidade do Rio de Janeiro como palco do 1º Plano Diretor do País e a Consolidação do Urbanismo no Brasil. In: X Encontro de Geógrafos da América Latina, 2005, São Paulo. Anais do X EGAL. São Paulo : EDUSP, 2005.</p> <p><i>Referências adicionais:</i> <i>Classificação do evento:</i> Internacional; Brasil/ Português; <i>Meio de divulgação:</i> Digital; Homepage: http://www.egal.usp.br</p>
Elias da Silva	<p>Livros publicados/organizados ou edições</p> <p>PEREIRA, A. J.; SILVA, E.; SANTOS, R. S. (Orgs.). Geografia de Mato Grosso no limiar do século XXI. Rondonópolis-MT: Editora Styllus, 2005</p> <p>Capítulos de livros publicados</p> <p>SIEBEN, A.; SILVA, E.; GUEDES, L. S. Alguns desafios da educação ambiental: aspectos global e local. In: SILVA, N. L.; CASTRO, J. G. D.; CASTILHO, M. W. V.(Orgs.). Estudos multidisciplinares para a educação ambiental: o Tocantins em destaque. Goiânia:Kelps, 2008, p.119-132.</p> <p>SILVA, E . Elementos para uma análise do espeço do complexo agroindustrial de Mato Grosso. In: PEREIRA, A. J.; SILVA, E.; SANTOS, R. S. (Orgs.). Geografia de Mato Grosso no limiar do século XXI. Rondonópolis-MT: Editora Styllus, 2005, v. , p. 27-41.</p> <p>Artigos completos publicados em periódicos</p> <p>SILVA, E . O Ensino de Geografia: A experiência realizada na escola Estadual São Luiz Cáceres-MT. Intergeo, v. III, p. 120-126, 2003.</p> <p>SILVA, E. O processo de produção do espaço do sudeste de Mato Grosso no contexto da estruturação do complexo agroindustrial.. Ciência Geográfica, Bauru - SP, v. II, p. 30-33, 2000.</p> <p>SILVA, E. Sudeste de Mato Grosso: Uma aproximação à idéia de meio técnico-científico-Informacional a partir de Santos (1996). Ciência Geográfica, Bauru - SP, v. III, p. 7-9, 2000.</p>
Eliseu Pereira de Brito	<p>Capítulos de livros publicados</p> <p>BRITO, E. P. ; LIRA, Elizeu Ribeiro . O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE PALMAS. In: Yolanda Vieira de Abreu. (Org.). VISÕES SOBRE ECONOMIA, SOCIEDADE E MEIO AMBIENTE DO TOCANTINS. 1 ed. Palmas: , 2009, v. , p. 01-20.</p> <p>Artigos completos publicados em periódicos</p> <p>BRITO, E. P. . O PLANEJAMENTO DA CIDADE E A FORMAÇÃO DO CENTRO URBANO DE PALMAS. Para onde!? (UFRGS), v. 4, p. 118-132, 2009.</p> <p>BRITO, E. P. . A importância do Centro Comercial Wilson Vaz na formação do Centro Urbano de Palmas-Tocantins. Revista Produção Acadêmica, v. 3, p. 91-95, 2007.</p> <p>Textos em jornais de notícias/revistas</p> <p>BRITO, E. P. . A questão periferia. Portal Abocadopovo, Palmas - Tocantins, p. 01 - 01, 23 jul. 2009.</p> <p>BRITO, E. P. . Os dois períodos da organização do Centro Urbano de Palmas. Portal</p>

	<p>Abocadopovo, Palmas - Tocantins, p. 01 - 01, 21 jul. 2009.</p> <p>BRITO, E. P. . Palmas: 20 anos refletindo sobre o planejamento e a ocupação da cidade. Jornal Abocadopovo.com.br, Palmas - Tocantins, p. 01 - 02, 18 maio 2009.</p> <p>Trabalhos completos publicados em anais de congressos</p> <p>BRITO, E. P. . Do canteiro de obras à cidade consolidada: uma leitura sobre a formação do centro urbano de Palmas - TO e seu papel na rede urbana. In: XI Simpósio Nacional de Geografia Urbana, 2009, Brasília. Vinte anos de reflexões sobre o urbano e a cidade. Transformações e tendências, 2009. v. 01. p. 01-15.</p> <p>BRITO, E. P. . Palmas, as tramas da construção da cidade. In: II Simpósio do NURBA, 2009, Porto Nacional. A questão afrária e os conflitos socioterritoriais no estado do Tocantins. Porto Nacional : Pote Editora, 2009. p. 01-10.</p> <p>BRITO, E. P. ; Lamoso, L. P. . Uma decisão, um projeto, um sonho e discursos na criação e consolidação de Palmas. In: XV Encontro Nacional de Geógrafos, 2008, São Paulo. O espaço não para. Por uma AGB em movimento, 2008. v. único. p. 01-10.</p> <p>BRITO, E. P. . A construção da Praça dos Girassóis. In: I Seminário de Geografia e Cultura na Amazônia, 2008, Manaus - AM. Cultura na Amazônia. Manaus - AM, 2008. p. 01-11.</p> <p>BRITO, E. P. ; Lamoso, L. P. . A formação do centro de Palmas. In: I Seminário Regional de Pesquisa de Programas de Pós-Graduação em Geografia, ANPEGE - Centro Oeste e Triângulo Mineiro, 2008, Goiânia. ANPEGE - Centro Oeste e Triângulo Mineiro, 2008. p. 01-10.</p> <p>BRITO, E. P. . O ordenamento urbanístico da cidade de Palmas. In: II Seminário Internacional sobre a América Platina, 2008, Campo Grande. Diálogo regional e dilemas contemporâneos, 2008. p. 01-15.</p> <p>BRITO, E. P. . A contradição socioespacial na construção de Palmas. In: II ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA I ENCONTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO UFGD/UEMS, 2008, Dourados. PESQUISA DISCENTE : DA INICIAÇÃO À PÓS-GRADUAÇÃO, 2008.</p> <p>BRITO, E. P. . Planejamento, especulação imobiliária e vazios urbanos na última cidade planejada do Brasil no século XX. In: XI ECUEINTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA, 2007, Bogotá. Geopolítica, Globalización y Cambio Ambiental: retos en el desarrollo latinoamericano, 2007. p. 01-13.</p> <p>BRITO, E. P. . Plano Diretor e o processo de ocupação do espaço urbano de Palmas - Tocantins. In: XXIII Semana de Geografia da Universidade Estadual de Londrina e II Seminário Temático de Geografia do Norte do Paraná, 2007, Londrina. Globalização, Território e impactos no Brasil. Londrina, 2007. p. 01-14.</p>
Fátima Maria de Lima	<p>Capítulos de livros publicados</p> <p>LIMA, F. M. Das políticas públicas para a infância pobre no Tocantins: educação e trabalho. In: DOURADO, L. F.; OLIVEIRA, J. F. Políticas e gestão da educação no Tocantins: múltiplos olhares. São Paulo: Xamã, 2008, p.161-176</p> <p>VASCONCELOS FILHO, J. M. ; LIMA, F. M. . As áreas de exclusão social social e os focos de violência urbana na cidade de Araguaína - TO. In: PEREIRA, A. J. SANTOS, R. S. (Org.). ENSAIOS DE GEOGRAFIA E EDUCAÇÃO NO/DO TOCANTINS. Goiânia - GO: Kelps, 2008, v. 1, p. 1-120.</p>

	<p>Artigos completos publicados em periódicos</p> <p>LIMA, F. M. . Políticas públicas para infância pobre no Tocantins: Programa Pioneiros Mirins de Araguaína. Extensão e Cultura (UFG), Goiânia, v. 5, p. 39-41, 2004.</p> <p>Artigo- LIMA, F. M. et al. Estágio curricular e interdisciplinaridade: a proposta de criação do Centro Interdisciplinar de Memória dos Estágios das Licenciaturas(CIMES) no Campus da UFT de Araguaína/Cimba. Araguaína, 2008(digitado)</p> <p>Trabalhos completos publicados em anais de congressos</p> <p>VASCONCELOS FILHO, J. M. ; LIMA, F. M. ; NASCIMENTO, G. G. A SEGREGAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL E A LUTA PELO DIREITO À MORADIA: EM FOCO A OCUPAÇÃO DO SETOR MONTE SINAI EM ARAGUAÍNA - TO. In: IV JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, Neoliberalismo e Lutas Sociais: perspectivas para as políticas públicas, 2009, São Luis - MA. IV JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, Neoliberalismo e Lutas Sociais: perspectivas para as políticas públicas, 2009.</p> <p>VASCONCELOS FILHO, J. M. ; LIMA, F. M. ; NASCIMENTO, G. G. . A segregação sócio-espacial e suas mediações com a violência urbana na cidade de Araguaína - TO. In: I CONGRESSO INTERNACIONAL DE ESTUDOS DAS AMÉRICAS: Cultura, Globalização, Cidades, Direitos Sociais e Saúde, 2008, Rio de Janeiro/RJ. I CONGRESSO INTERNACIONAL DE ESTUDOS DAS AMÉRICAS: Cultura, Globalização, Cidades, Direitos Sociais e Saúde. Rio de Janeiro : UERJ/IFCH.Nucleas, 2008. v. 1. p. 1-285.</p> <p>LIMA, F. M. . Concepção de infância e suas mediações com a concepção de educação. In: V Congresso Internacional de Educação, 2004, São Luís - Maranhão. Congresso Internacional de Educação 5. João Pessoa : Autores Associados - Editora Universitária, 2004. p. 132-132.</p>
Jacira Garcia Gaspar	<p>Capítulos de livros publicados</p> <p>GASPAR, J. G.; VASCONCELOS FILHO, J. M. Urbanização e impactos ambientais. In: SILVA, N. L.; CASTRO, J. G. D.; CASTILHO, M. W. V.(Orgs.). Estudos multidisciplinares para a educação ambiental: o Tocantins em destaque. Goiânia:Kelps, 2008, p.69-86.</p> <p>GASPAR, J. G. ; ALBUQUERQUE, F. E. ; Apinayé . Historia e Geografia Apinayé. In: ALBUQUERQUE, F. E.(Org.). Professores indígenas Apinayé. Historia e Geografia Apinayé. Campinas: Curt Nimuendajú, 2007, v. 1, p. 13-92.</p> <p>GASPAR, J. G. . A formação da rede urbana frente às políticas territoriais GO/TO. In: PEREIRA, J. A. P. ; SANTOS, R. S. (Orgs.). Ensaio geográficos e educação. Rondonópolis: Gráfica União, 2006, v. 1, p. 9-145.</p> <p>Trabalhos completos publicados em anais de congressos</p> <p>GASPAR, J. G. . Saúde e Área de Influência em Araguaína. In: XIII Encontro Nacional de Geógrafos, 2002, João Pessoa - PB. Anais do XIII Encontro Nacional de Geógrafos, 2002.</p> <p>GASPAR, J. G. ; OUTROS, E. . Um Olhar em Araguaína: Processos e formas espaciais. In: II Congresso Científico do Tocantins, 1999, Palmas. Anais do II Congresso Científico do Tocantins, 1999.</p>
Jean Carlos Rodrigues	<p>Livros publicados/organizados ou edições</p> <p>RODRIGUES, J. C. . Estado do Tocantins: política e religião na construção do espaço de representação tocantinense. 1. ed. São Paulo: Blucher, 2009. 150 p.</p> <p>Capítulos de livros publicados</p>

	<p>RODRIGUES, J. C. . Ensino de Geografia a partir das escalas geográficas: construção de uma nova leitura de mundo a partir do lugar do aluno. Trajetórias e processos de ensinar e aprender: práticas e didáticas. 1 ed. Porto Alegre: EDPUCRS, 2008, v. , p. 316-325.</p> <p>RODRIGUES, J. C. . Pentecostalismo, modernidade e escala geográfica. In: Alice Yatiyo Asari. (Org.). Contribuições Geográficas. 10 anos de PET. 1 ed. Londrina: Edições Humanidades, 2005, v. 1, p. 3-30.</p> <p>RODRIGUES, J. C. . O perfil geográfico das igrejas evangélicas de Londrina e sua contribuição na transformação da vida pessoal de seus membros.. In: Rubens Muzio. (Org.). A revolução silenciosa. Transformando cidades pela implantação de igrejas saudáveis. Londrina: um estudo de caso.. 1 ed. São Paulo: Editora Sepal, 2004, v. 1, p. 63-76.</p> <p>RODRIGUES, J. C. . A geografia da religião: o cultural e o capital na sua interpretação. In: Jayro Gonçalves Melo. (Org.). Espiral do espaço. 1 ed. Presidente Prudente: GAsPERR, 2003, v. 1, p. 137-162.</p> <p>Artigos aceitos para publicação</p> <p>RODRIGUES, J. C. . Poder e espaço de representação na criação do Estado do Tocantins. Percurso (Curitiba), 2010.</p> <p>RODRIGUES, J. C. . Estado do Tocantins: 20 anos de representação entre o político e o religioso. RA' EGA (UFPR), 2009.</p> <p>RODRIGUES, J. C. . Política e religião na nova geografia cultural: o caso da criação do Estado do Tocantins. Rever (PUCSP), 2009.</p>
João Manoel de Vasconcelos Filho	<p>Livros publicados/organizados ou edições</p> <p>VASCONCELOS FILHO, J. M.(Org.). Caderno didático: geografia política. Goiânia: Grafset, 2008.</p> <p>Capítulos de livros publicados</p> <p>GASPAR, J. G.; VASCONCELOS FILHO, J. M. Urbanização e impactos ambientais. In: SILVA, N. L.; CASTRO, J. G. D.; CASTILHO, M. W. V.(Orgs.). Estudos multidisciplinares para a educação ambiental: o Tocantins em destaque. Goiânia: Kelps, 2008, p.69-86.</p> <p>VASCONCELOS FILHO, J. M. . Globalização, desterritorialização do Estado e o aumento da pobreza urbana. In: VALENÇA, Márcio Moraes.. (Org.). Globalização e Marginalidade: Desenvolvimento na teoria e na prática. Natal - RN: EDUFRN, 2008.</p> <p>VASCONCELOS FILHO, J. M. . A experiência da produção de uma geografia política a partir da pedagogia de projetos. In: Norma Lúcia da Silva. (Org.). CONSTRUINDO SABERES: O ensino por projetos nas licenciaturas - experiências docentes. Goiânia: Grafset, 2008, v. 1, p. 1-188.</p> <p>SOUZA, E. F. ; VASCONCELOS FILHO, J. M. . A apropriação dos espaços públicos pelo comércio formal e informal: o caso das praças das Bandeiras e São Luiz Orione em Araguaína - TO. In: PEREIRA, A. J. SANTOS, R. S. (Org.). ENSAIOS DE GEOGRAFIA E EDUCAÇÃO NO/DO TOCANTINS. Goiânia - GO: Kelps, 2008, v. 1, p. 1-120.</p> <p>ALBUQUERQUE, M. S. ; VASCONCELOS FILHO, J. M. . A construção e desconstrução dos territórios da prostituição às margens da BR-153, na cidade de Araguaína - TO. In: PEREIRA, A. J. SANTOS, R. S. (Org.). ENSAIOS DE GEOGRAFIA E EDUCAÇÃO NO/DO TOCANTINS. Goiânia - GO: Kelps, 2008, v. 1, p. 1-120.</p> <p>VASCONCELOS FILHO, J. M. ; LIMA, F. M. . As áreas de exclusão social social e os focos de violência urbana na cidade de Araguaína - TO. In: PEREIRA, A. J. SANTOS, R. S. (Org.). ENSAIOS DE GEOGRAFIA E EDUCAÇÃO NO/DO TOCANTINS. Goiânia - GO: Kelps,</p>

	<p>2008, v. 1, p. 1-120.</p> <p>VASCONCELOS FILHO, J. M. . Paisagem Litorânea - do medo e repulsa à atratividade: novos usos, novos valores.. In: PEREIRA, A. J. SANTOS, R. S. (Org.). Ensaio geográficos e educação. 1ª ed. Rondonópolis: Gráfica Editora União, 2005, v. 1, p. 01-145.</p> <p>Trabalhos completos publicados em anais de congressos</p> <p>VASCONCELOS FILHO, J. M. ; LIMA, F. M. ; NASCIMENTO, G. G. A SEGREGAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL E A LUTA PELO DIREITO À MORADIA: EM FOCO A OCUPAÇÃO DO SETOR MONTE SINAI EM ARAGUAÍNA - TO. In: IV JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, Neoliberalismo e Lutas Sociais: perspectivas para as políticas públicas, 2009, São Luis - MA. IV JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, Neoliberalismo e Lutas Sociais: perspectivas para as políticas públicas, 2009.</p> <p>VASCONCELOS FILHO, J. M. ; NASCIMENTO, G. G. A produção dos espaços da globalização no Tocantins. In: VIII ENCONTRO NACIONAL E I ENCONTRO INTERNACIONAL COM O PENSAMENTO DE MILTON SANTOS, "Lugar-Mundo: Perversidades e Solidariedades", 2009, Natal-RN. VIII ENCONTRO NACIONAL E I ENCONTRO INTERNACIONAL COM O PENSAMENTO DE MILTON SANTOS, "Lugar-Mundo: Perversidades e Solidariedades". Natal - RN : EDUFN, 2009.</p> <p>VASCONCELOS FILHO, J. M. ; LIMA, F. M. ; NASCIMENTO, G. G. . A segregação sócio-espacial e suas mediações com a violência urbana na cidade de Araguaína - TO. In: I CONGRESSO INTERNACIONAL DE ESTUDOS DAS AMÉRICAS: Cultura, Globalização, Cidades, Direitos Sociais e Saúde, 2008, Rio de Janeiro/RJ. I CONGRESSO INTERNACIONAL DE ESTUDOS DAS AMÉRICAS: Cultura, Globalização, Cidades, Direitos Sociais e Saúde. Rio de Janeiro : UERJ/IFCH.Nucleas, 2008. v. 1. p. 1-285.</p>
Luciano da Silva Guedes	<p>Capítulos de livros publicados</p> <p>MACHADO, C. A. ; GUEDES, L. S.; BOVALATO, L. E. Características Fisiográficas de Araguaína. In: SILVA, N. L.; CASTRO, J. G. D.; CASTILHO, M. W. V.(Orgs.). Estudos multidisciplinares para a educação ambiental: o Tocantins em destaque. Goiânia:Kelps, 2008, p.11 -30.</p> <p>SIEBEN, A.; SILVA, E.; GUEDES, L. S. Alguns desafios da educação ambiental: aspectos global e local. In: SILVA, N. L.; CASTRO, J. G. D.; CASTILHO, M. W. V.(Orgs.). Estudos multidisciplinares para a educação ambiental: o Tocantins em destaque. Goiânia:Kelps, 2008, p.119-132.</p> <p>Artigos completos publicados em periódicos</p> <p>GUEDES, L. S. ; Santos, A. C. V. dos ; CRISTO, S. S. V. ; MEDEIROS, T. C. C. ; JESUS, A. . Diagnóstico de áreas alteradas do município de Sampaio - TO com ênfase ao uso e ocupação da terra. Interface (Porto Nacional), v. 3, p. 62-76, 2006.</p> <p>Resumos publicados em anais de congressos</p> <p>COUTINHO, L. S. V. ; GUEDES, L. S. . Uma Análise das Áreas Arbóreas Residenciais da Setor Jardim das Flores, Araguaína-TO. In: I Semana Acadêmica de Geografia, 2007, Araguaína. I Ensino de Geografia e as Políticas Neoliberais, 2007. p. 14-14.</p> <p>SOUZA, C. C. ; GUEDES, L. S. . Análise Geoambiental do Córrego Jacubinha como Suporte a Criação ao Plano de Manejo da Apa das Nascentes de Araguaína-TO. In: I Seminário de Geografia, 2007, Araguaína. O Ensino de Geografia e as Políticas Neoliberais, 2007. p. 16-16.</p> <p>COELHO, E. V. ; GUEDES, L. S. . Algumas Considerações sobre o Processo de Degradação do Rio Lontra em Araguaína-TO. In: I Semana de Geografia, 2007, Araguaína. O Ensino de Geografia e as Políticas Neoliberais, 2007. p. 52-52.</p>

	<p>JESUS, A. ; GUEDES, L. S. ; SOUZA, C. C. . O Sensoriamento Remoto como Recurso Didático. In: I Congresso Científico da UFT, 2006, Palmas. I Congresso Científico da UFT, 2006. p. 198-198.</p> <p>GUEDES, L. S. ; AMARO, V. E. ; VITAL, H. . Compartimentação geomorfológica do estuário do rio Paraíba do Norte (PB) baseada em imagens de satélite Landsat 7 ETM+ e Modelo Digital de Terreno. In: XLI Congresso Brasileiro de Geologia, 2002, João Pessoa-PB. A Geologia e o Homem, 2002. p. 95-96.</p> <p>GUEDES, L. S. ; AMARO, V. E. ; VITAL, H. . Estudo temporal do uso e ocupação do solo do estuário do rio Paraíba do Norte (PB) por meio da cartografia temática digital e de imagens de sensoriamento remoto orbital. In: XLI Congresso Brasileiro de Geologia, 2002. A Geologia e o Homem, 2002.</p>
Luís Eduardo Bovolato	<p>Capítulos de livros publicados</p> <p>MACHADO, C. A. ; GUEDES, L. S.; BOVOLATO, L. E. Características Fisiográficas de Araguaína. In: SILVA, N. L.; CASTRO, J. G. D.; CASTILHO, M. W. V.(Orgs.). Estudos multidisciplinares para a educação ambiental: o Tocantins em destaque. Goiânia:Kelps, 2008, p.11 -30.</p> <p>Artigos completos publicados em periódicos</p> <p>BOVOLATO, L. E. . Caracterização Geoquímica das Águas Subterrâneas de Araguaína/TO. Caminhos de Geografia, Uberlândia, v. 2, n. 17, p. 8-19, 2006.</p> <p>Artigos aceitos para publicação</p> <p>BOVOLATO, L. E. . CARACTERIZAÇÃO GEOQUÍMICA DAS ÁGUAS SUBTERRÂNEAS DE ARAGUAÍNA. Caminhos da Geografia (UFU. Online), 2008.</p> <p>Trabalhos completos publicados em anais de congressos</p> <p>BOVOLATO, L. E. ; GODOY, M. C. T. . QUALIDADE DAS ÁGUAS SUBTERRÂNEAS EM ARAGUAÍNA. In: XIV CONGRESSO BRASILEIRO DE ÁGUAS SUBTERRÂNEAS, 2006, CURITIBA. "ÁGUA SUBTERRÂNEA PARA A SOCIEDADE - SAÚDE, IRRIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. SÃO PAULO : ABAS, 2006. v. 1.</p> <p>BOVOLATO, L. E. . Estudo de vulnerabilidade à contaminação de águas subterrâneas utilizando a metodologia "GOD" para a área urbana de Araguaína. In: Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos, 2005, João Pessoa. Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos, 2005. v. 1. p. 393-393.</p> <p>BOVOLATO, L. E. . Condições sanitárias das águas de poços rasos da área urbana de Araguaína e suas possíveis relações com o atual quadro de saúde coletiva.. In: 50º Reunião Anual da SBPC, 1998, Natal. Anais da 50º Reunião Anual da SBPC. natal, 1998. v. 1.</p>
Marivaldo Cavalcante da Silva	<p>Artigos completos publicados em Periódicos :</p> <p>BRITO, Rosano Moreira ; SILVA, M. C. ; ARAUJO, K. D. . DEGRADAÇÃO DAS MATAS CILIARES EM ARAGOMINAS - TO. Geoambiente On-line, v. 7, p. 50-63, 2007.</p> <p>SILVA, M. C. ; LIMA, E. R. V. ; QUEIROZ, J. E. R. ; ARAUJO, K. D. . Descarte de lixo em área de preservação ambiental: O caso da Reserva Ecológica Estadual da Mata do Pau Ferro, Areia-PB. Geoambiente On-line, Jataí-GO, v. 06, n. 06, p. 13-21, 2006.</p> <p>SILVA, A. S. ; SILVA, M. C. . PRÁTICA DE QUEIMADAS E AS IMPLICAÇÕES SOCIAIS E AMBIENTAIS NA CIDADE DE ARAGUAÍNA-TO. Caminhos da Geografia (UFU. Online), v. 18, p. 08-16, 2006.</p> <p>Resumos publicados em anais de congressos</p>

	<p>SILVA, M. C. . DEGRADAÇÃO AMBIENTAL DO CÓRREGO DA BICA DO ESTEVÃO NO MUNICÍPIO ARAPOEMA-TO. In: IX ENCONTRO DE GEOGRAFIA DO TOCANTINS - ENGETO, 2008, ARAGUAÍNA-TO. IX ENCONTRO DE GEOGRAFIA DO TOCANTINS - ENGETO FRONTEIRAS: LIMITES E POSSIBILIDADES, 2008.</p> <p>SIMERMANN, S. ; SILVA, M. C. . IRRIGAÇÃO: DA ORIGEM E EVOLUÇÃO DOS SISTEMAS AOS NOVOS MATERIAIS ALTERNATIVOS QUE VISAM A ECONOMIA DA ÁGUA. In: IX ENCONTRO DE GEOGRAFIA DO TOCANTINS (ENGETO), 2008, ARAGUAÍNA-TO. IX ENCONTRO DE GEOGRAFIA DO TOCANTINS (ENGETO) - FRONTEIRAS: LIMITES E POSSIBILIDADES, 2008.</p>
Rejane de Aquino Dias	<p>Textos em jornais de notícias/revistas</p> <p>DIAS, R. A. . Educação Superior: Gestão Pública Poder e Ilusão. Revista Produção Acadêmica, Porto Nacional, p. 60 - 66, 01 dez. 2007.</p> <p>Resumos publicados em anais de congressos</p> <p>DIAS, R. A. . Educação superior: gestão pública poder e ilusão. In: 1ª Semana Acadêmica de Geografia, 2007, Araguaína. Meio digital, 2007. v. I.</p> <p>DIAS, R. A. ; ANDRADE, R. M. . O Papel da geografia no Ensino Fundamental na Escola Municipal Wiliam Castelo Branco Martins em Araguaína - TO. In: 1ª Semana Acadêmica de Geografia, 2007. O Papel da geografia no Ensino Fundamental na Escola Municipal Wiliam Castelo Branco Martins em Araguaína - TO, 2007.</p>
Severino Francisco de Oliveira de Filho	<p>Trabalhos completos publicados em anais de congressos</p> <p>OLIVEIRA FILHO, S. F. ; LIMA, M. A. A. . Diagnóstico e proposta de intervenção nos recursos hídricos do município de Tabuleiro do Norte-CE: o caso da Lagoa Salina. In: VIII Encontro de Geografia do Tocantins - ENGETO, 2006, Araguaína. Anais do VIII ENGETO - Encontro de Geografia do Tocantins, 2006. v. Único.</p> <p>OLIVEIRA FILHO, S. F. ; PEREIRA, E. C. G. . Agricultura versus Extrativismo: A devastação da floresta dicótilo/palmácea no município de Tabuleiro do Norte (CE). In: XVI Encontro Nacional de Geografia Agrária, 2002, Petrolina/PE. Anais do XVI Encontro Nacional de Geografia Agrária, 2002. v. único. p. 476-477.</p> <p>OLIVEIRA FILHO, S. F. ; PEREIRA, E. C. G. . SOS Lagoa Salina: Tabuleiro do Norte - CE. In: Encontro Nordeste de Biogeografia, 2000, João Pessoa/PB. Anais do Encontro Nordeste de Biogeografia, 2000.</p> <p>Resumos expandidos publicados em anais de congressos</p> <p>OLIVEIRA FILHO, S. F. ; ALVES, C. P. de S. . O Papel das ONG'S: Um Estudo de Caso Sobre Principais Ações e a Importância da Visão Mundial Tocantins para o Município de Araguaína-TO. In: IX _ ENGETO - Encontro de Geografia do Tocantins, 2008, Araguaína - TO. ANAIS DO IX ENGETO - Fonteiros: Limites e Possibilidades. Araguaína : Universidade Federal do Tocantins, 2008. v. Único.</p> <p>OLIVEIRA FILHO, S. F. . Parâmetros de Estudos sobre os Processos de Desertificação: O Caso Brasileiro. In: 1ª Semana Acadêmica de Geografia - UFT - Campus Universitário de Araguaína, 2007, Araguaína- TO. Anais da 1ª Semana Acadêmica de Geografia da UFT - Campus Universitário de Araguaína. Araguaína - TO, 2007. v. Único.</p> <p>OLIVEIRA FILHO, S. F. . Os Impactos Sócio-Ambientais do Turismo. In: 1ª Semana Acadêmica de Geografia - UFT - Campus Universitário de Araguaína, 2007, Araguaína - TO. Anais da 1ª</p>

	<p>Semana Acadêmica de Geografia da UFT-Campus Universitário de Araguaína. Araguaína - TO, 2007. v. único.</p> <p>OLIVEIRA FILHO, S. F. . Breve Contexto Histórico dos Estudos sobre os Processos de Desertificação. In: Iª Semana Acadêmica de Geografia - UFT - Campus Universitário de Araguaína, 2007, Araguaína - TO. Anais da Iª Semana Acadêmica de Geografia - UFT - Campus Universitário de Araguaína. Araguaína - TO, 2007. v. único.</p> <p>LIMA, M. P. ; OLIVEIRA FILHO, S. F. . Os Impactos Sócioambientais da Monocultura da Soja no Cerrado Norte Tocantinense: O Município de Campos Lindos em Foco. In: Iª Semana Acadêmica de Geografia - UFT - Campus Universitário de Araguaína, 2007, Araguaína - TO. Anais da Iª Semana Acadêmica de Geografia - UFT - Campus Universitário de Araguaína. Araguaína - TO, 2007. v. Único.</p> <p>LOPES, A. A. ; OLIVEIRA FILHO, S. F. . A Ocupação Desordenada e a Degradação Ambiental na Nascente do Córrego Canindé no Loteamento Maracanã em Araguaína - TO. In: Iª Semana Acadêmica de Geografia - UFT - Campus Universitário de Araguaína, 2007, Araguaína - TO. Anais da Iª Semana Acadêmica de Geografia - UFT - Campus Universitário de Araguaína. Araguaína - TO, 2007. v. Única.</p>
--	---

4.5. Formação e experiência profissional do corpo técnico-administrativo que atende o Curso

4.5.1. Secretária Acadêmica

Nome: Jaquelúcia Braga Lima
Formação acadêmica: Licenciatura Plena em Letras
Titulação máxima: Graduação
Regime de trabalho: 40 horas semanais
Cargo: Assistente administrativo
Função: Secretária Acadêmica
Experiência profissional:
2003/2007 – Professora de Linguagem e Códigos nos ensinos fundamental e médio – E. E. Manoel Gomes da Cunha – Setor Novo Horizonte – Araguaína/TO;
2008/1 – Programa de Gestão e Aprendizagem (GESTAR) – Diretoria Regional de Ensino de Araguaína;
2008/2 até o presente – Professora de Linguagens e Códigos do ensino médio – 20 h/ aula semanais;
2009/1 até o presente – Ingresso na UFT como assistente administrativo via concurso público.

4.5.2. Secretária de Curso

Nome: Adriana Rodrigues de Almeida
Formação acadêmica: Licenciatura Plena em Letras
Titulação máxima: Graduação
Regime de trabalho: 40 horas semanais
Cargo: Secretária Executiva
Função: Secretária de Curso

Experiência profissional:

1994 – Recenseadora do IBGE – Carolina – MA;

1998- 1999 – Funcionária pública municipal – concursada – na função de secretária da Escola Municipal José Queiroz – Carolina – MA;

1997-1998 - Professora de Língua Portuguesa – Ensino Médio – Centro Educacional Cristo Redentor – Carolina – MA;

2005-2008 – Secretária do Setor de Qualificação – SINE/ Araguaína- TO;

2008(abr.-set.) – Funcionária pública federal , assistente administrativo na UFT/ Araguaína;

2008 set. até o presente – Funcionária pública federal, secretária executiva na UFT/Araguaína – vinculada ao curso de Geografia.

4.6. Corpo discente - Representante Estudantil no Colegiado

Nome	Período
Hednardo de Araújo de Carvalho	7º
Divino Nascimento dos Santos	4º

5 - INSTALAÇÕES FÍSICAS E LABORATÓRIOS

5.1. Laboratórios e Instalações

No momento atual, encontra-se em processo de instalação do laboratório de Cartografia. Faz-se necessário, urgentemente, a instalação de laboratórios nas áreas de ensino, estudos urbanos e regionais, estudos ambientais, solos, rochas e minerais.

5.2 Biblioteca

O objetivo da Biblioteca Universitária do Campus Araguaína é desenvolver e disponibilizar um acervo que atenda a comunidade universitária na sua procura por produtos e serviços em nosso setor.

Atualmente, a biblioteca possui um acervo com diferentes tipos de materiais informacionais: livros, periódicos, mapas, fitas, CD's, DVD's e mapas. Estes materiais estão ordenados por assunto de acordo com classificação numérica chamada Classificação Decimal de Melvil Dewey (CDD).

DIVISÃO DO ACERVO

Livros

ÁREA	TÍTULOS	EXEMPLARES
CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA	664	2370
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	184	396
ENGENHARIA/TECNOLOGIA	48	87
CIÊNCIAS DA SAÚDE	27	30
CIÊNCIAS AGRÁRIAS	46	89
CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	1009	3043

CIÊNCIAS HUMANAS	4013	9150
LINGUISTICA, LETRAS E ARTES	2092	4001
OUTROS	9	27
MULTIDISCIPLINARES	9	9
TOTAL	8101	19202

GEOGRAFIA

TÍTULOS	EXEMPLARES
276	780

Periódicos

Curso	Nacionais	Estrangeiro	Totais
Revistas Científicas de Diversas Áreas	140	6	142
Revistas Científicas Áreas de Educação	52	-	52
Relação de Revistas Gerais da Biblioteca	191	4	195
TOTAIS	383	10	389

Jornais

Título	Nacionais	Estrangeiro	Total
Jornal do Tocantins	1	-	1
Jornal O Norte	1	-	1
Folha do Maranhão	1	-	1
Totais	3	-	3

Periódico eletrônico

PORTAL DE PERIÓDICOS DA CAPES - oferece acesso aos textos completos de artigos de mais de 11.419 revistas internacionais, nacionais e estrangeiras, e a mais de 90 bases de dados com resumos de documentos em todas as áreas do conhecimento.

Outros materiais

Trabalhos de Conclusão de Cursos, divididos em:

CURSO	QUANTIDADE
Geografia	164
História	206
Matemática	94
TOTAL	464

Teses, Dissertações e Monografias:

TIPO	QUANTIDADE
Monografias	65
Dissertações e teses	90
TOTAL	155

Multimídia divididos em:

131 Fitas de Vídeo;

45 CD's.

2 DVD's

Política de atualização do acervo

A atualização e informatização do acervo são coordenadas pela PROGRAD (Pró-reitoria de Graduação). As bibliotecas dos *Campi* tem a responsabilidade de indicar as obras para serem adquiridas por meio de listas produzidas em conjuntos com os(as) professores(as), considerando a bibliografia básica de cada curso. 2006 e 2007 constituíram-se como anos de revitalização do nosso acervo, onde já recebemos um total de 2.697 novos exemplares.

A informatização da biblioteca e automação de seus serviços está em processo de implantação, o Software adotado pela UFT é o SIE (Sistema de Informação Escolar). Vale ressaltar, que a biblioteca possui um banco de dados com todos os materiais informacionais pertencentes ao seu acervo.

Pessoal Técnico – Administrativo em Exercício na Biblioteca:

Função	Qtde	Escolaridade
Bibliotecária	2	Especialização em andamento
	4	3º grau em andamento
	2	3º grau completo
Assistentes em Administração	1	Especialização em andamento
	9	Total de Servidores

Serviço da Biblioteca:

Atendimento ao Público.

Empréstimo domiciliar de material;

Levantamento bibliográfico;

Orientação para normalização de trabalhos científicos;

Programa de formação para servidores da biblioteca;

Processamento Técnico (catalogação de Livros, Periódicos e Obras em Braille)

Informatização do Acervo;

Programas e conscientização para preservação do acervo;

Treinamento de usuários

5.3. Instalações e equipamentos complementares

O Colegiado de Geografia dispõe destas instalações e equipamentos como o laboratório de informática que é de uso exclusivo do curso. Os(as) acadêmicos(as) também dispõe de internet, data show, e sala de projeção/multimídia .

5.4 Área de lazer e circulação

Os espaços de lazer da unidade Cimba encontram-se em processo de construção.

5.5. Recursos audiovisuais

O Colegiado de Geografia disponibiliza aos(às) seus(suas) docentes e discentes, para suas práticas de ensino e aprendizagem, 2 aparelhos de data-show, 1 notebook e retroprojetores. Além disso, o *Campus* ainda disponibiliza de uma sala de multimídia com aparelho de TV, data-show, vídeo e um projetor para videoconferência.

5.6. Acessibilidade para portador de necessidades especiais

A nova Unidade da UFT em construção possui uma infra-estrutura que permite melhor acessibilidade para portadores(as) de necessidades especiais.

5.7. Sala de Direção de Campus e Coordenação de Curso

O Campus dispõe de salas destinadas á direção, à coordenação de curso que atende as necessidades dos(as) docentes, discentes e técnico(a)-administrativos(as).

6. REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP 28/2001, 17 de outubro de 2002. Dá nova redação ao Parecer CNE/CP 21/2001, que estabelece a duração e a carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena, Brasília, 2001.

_____. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP 27/2001, 2 de outubro de 2001. Dá nova redação ao item 3.6, alínea c, do Parecer CNE/CP 9/2001, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena, Brasília, 2001.

_____. Conselho Nacional de Educação. Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior. Resolução CNE/CP 2, de 19 de fevereiro de 2002.

CAVALCANTI, L. S. *Geografia e práticas de ensino*. Goiânia: Alternativa, 2002.

HAYDT, Regina Célia Cazaux. *Curso de Didática Geral*. 1998: 288.

LIBÂNEO, José Carlos. *Didática*. São Paulo: Cortez, 1995.

LUKESI, Cipriano Carlos. *Filosofia da Educação*. São Paulo: Vozes, 1994, p. 170.

PIMENTA, S. G; LIMA, M. S. L. *Estágio e docência*. São Paulo: Cortez, 2004.

TOCANTINS. *Referencial Curricular do Ensino Fundamental das escolas públicas do Estado do Tocantins: Ensino Fundamental do 1º ao 9º ano*. Palmas: Secretaria de Estado da Educação e Cultura, 2006.

_____. *Proposta curricular: Ensino médio versão preliminar*. Palmas: Secretaria de Estado da Educação e Cultura, 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Aprova a sistemática orientadora de elaboração e reformulação do Projeto Político-Pedagógico dos Cursos de Graduação da UFT. Resolução CONSEPE n. 005/2005, de 17 de junho de 2005.

_____. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Dispõe sobre alterações na Resolução n. 04/2005 deste conselho, que traz o regulamento das Atividades Complementares nos Cursos de Graduação da Universidade Federal do Tocantins – UFT. Resolução CONSEPE n. 009/2005, de 19 de dezembro de 2005.

_____. Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade Federal do Tocantins. Palmas, setembro de 2007.

_____. Projeto Pedagógico-Institucional (PPI) da Universidade Federal do Tocantins. Palmas, 2007.

VASCONCELOS, C. dos S. *Planejamento: Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto-Político-Pedagógico – Elementos Metodológicos para Elaboração e Realização*. 7. ed. São Paulo: Libertad, 2000, p.179. (Cadernos Pedagógicos do Libertad. v.1)

KAERCHER, N.A. Ler e escrever a geografia para dizer a sua palavra e construir o seu espaço. In: NEVES, I. C.B. et all. (Org.) *Ler e escrever: compromisso de todas as áreas*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1999.

7. APÊNDICES/ANEXOS

- 7.1. Regimento Acadêmico do Curso
- 7.2. Atas de Aprovação do PPC pelo Colegiado do Curso e pelo Conselho Diretor do Campus
- 7.3. Regulamento de Estágio Obrigatório e Não-Obrigatório
- 7.4. Regulamento de TCC
- 7.5. Regulamento de Atividades Complementares
- 7.6. Curriculum vitae do corpo docente



**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS ARAGUAÍNA
COLEGIADO DE GEOGRAFIA**

**REGIMENTO INTERNO DO CURSO
LICENCIATURA EM GEOGRAFIA**

Araguaína,

2009



**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS ARAGUAÍNA
COLEGIADO DE GEOGRAFIA**

REGIMENTO INTERNO DA LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

Este Regimento foi aprovado em 20 de abril de 2006 (ATA Nº 005/2006), revisto e atualizado em 23 de novembro de 2009 (ATA Nº)

CAPÍTULO – I

DA NATUREZA E FINALIDADE

Art. 1º. O Colegiado do Curso de Licenciatura em Geografia, criado pelo Regimento Geral da Fundação Universidade Federal do Tocantins, constitui órgão consultivo, normativo, administrativo e deliberativo do nível de sua competência, de acordo com o que estabelece o Regimento Acadêmico, o Regimento Geral e o Estatuto da UFT, devendo contribuir para a organização, o funcionamento, a expansão e o aperfeiçoamento do Curso de Licenciatura em Geografia.

CAPÍTULO – II

DA COMPOSIÇÃO

Art. 2º. O Colegiado do Curso de Licenciatura em Geografia é composto de todos(as) os(as) docentes efetivos(as) e substitutos(as) da área específica, de docentes de áreas afins, em exercício no curso, e de dois/duas representantes discentes eleitos(as) pela sua totalidade.

Art.3º. O(a) Presidente do Colegiado exercerá, cumulativamente, as funções de coordenador(a) do curso.

§ 1º. O(a) Presidente será auxiliado por um(a) secretário(a) ou, na falta dele(a), por um(a) integrante do Colegiado escolhido(a) em datas alternadas pelos(as) membros do Colegiado.

§ 2º. No caso de afastamento temporário, o(a) Presidente indicará substituto(a).

CAPÍTULO - III

DAS ATRIBUIÇÕES

SEÇÃO I

Das Atribuições do Colegiado

Art. 4º. Compete ao Colegiado, em conformidade com o artigo 37 do Regimento Geral da UFT:

- Propor a estatuta didático-pedagógica e a organização administrativa do respectivo curso, nos termos deste Regimento;
- Constituir comissões e subcomissões de avaliação e acompanhamento, para a análise de temas pertinentes à área, se assim entender necessário, nos termos deste Regimento;
- Propor as disciplinas que serão disponibilizadas em Edital para concurso público, tendo em vista as necessidades didático-pedagógicas e administrativas do curso;
- Estimular a elaboração de um plano de qualificação e de educação continuada para o corpo docente, em consonância com o inciso IX do Regimento do Campus Araguaína;
- Recomendar a liberação de docentes do curso para participarem de programas de aperfeiçoamento e pós-graduação, bem como para eventos técnico-científicos, desde que, suas propostas de trabalho contemplem as diretrizes norteadas pelo curso de Licenciatura em Geografia, expressas em seu projeto político-pedagógico;
- Aprovar alterações curriculares, ementas e programas de disciplinas no nível de suas competências, obedecidas as normas educacionais em vigor no país;
- Realizar a formulação, a atualização e o acompanhamento do projeto político-pedagógico do curso, encaminhando, por meio do Conselho de Campus, à Câmara de Graduação, ao CONSEPE e à Pró-Reitoria de Graduação, para fins de homologação junto ao Conselho Universitário;
- Propor, discutir e aprovar projetos de pesquisa e extensão que são ou serão desenvolvidos pelos(as) docentes deste Colegiado;
- Distribuir a carga horária entre os(as) docentes do curso, contemplando as atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- Elaborar um calendário de reuniões ordinárias do Colegiado;
- Na falta ou impedimento do(a) titular, a presidência será assumida pelo(a) Coordenador(a) Substituto(a) do curso eleito(a) pelos(as) membros do Colegiado, conforme reza o artigo 38, § 2º do Regimento Geral da UFT.

Art. 5º. Os(as) professores(as) de uma mesma área de conhecimento do curso, ou de vários cursos em áreas afins, poderão reunir-se periodicamente para analisar assuntos referentes às respectivas áreas de conhecimento, identificar problemas, propor soluções e prestar auxílio mútuo.

Parágrafo Único. As propostas, a que se referem o *caput* do artigo anterior, que afetarem a natureza, a finalidade e as competências dos cursos serão objetos de apreciação e deliberação dos respectivos colegiados.

SEÇÃO II

Das Atribuições do(a) Presidente do(a) Colegiado

Art. 6º. Compete ao(à) Presidente do(a) Colegiado, em conformidade com o artigo 38 do Regulamento Geral da UFT:

- Coordenar a elaboração de propostas de reestruturação e organização do curso;
- Promover, no início de cada semestre, o planejamento das atividades acadêmicas, envolvendo o ensino, a pesquisa e a extensão;
- Auxiliar o(a) Coordenador(a) do *Campus*, na compatibilização da programação das atividades acadêmicas, avaliando seus resultados junto ao Colegiado;
- Comunicar ao Colegiado as decisões emanadas das Câmaras deliberativas da UFT, assim como fornecer todas as informações pertinentes ao curso e aos(às) membros do Colegiado em reuniões ordinárias e extraordinárias;
- Convocar os(as) membros do Colegiado para as reuniões ordinárias e extraordinárias;
- Desempenhar suas funções em articulação com outros Colegiados e com a Direção de *Campus*;
- Convocar os(as) docentes da mesma área de conhecimento do respectivo curso, para a integralização de disciplinas e conteúdos afins, presidindo suas reuniões;
- Zelar pelo bom andamento das reuniões ordinárias e extraordinárias podendo, se for o caso, intervir de acordo com as disposições dos artigos 128, 129, 130 e seu parágrafo único, 132 e seu parágrafo único, 133, todos do Regimento Geral da UFT.

Parágrafo Único. A carga horária máxima em sala de aula exercida pelo(a) Presidente do Colegiado será de 8 (oito) horas-aula semanais, o que não isenta-lo(a)-á de desenvolver projetos de pesquisa e extensão, conforme o artigo 38, § 1º do Regimento Geral da UFT.

SEÇÃO III

Das Atribuições dos(as) Membros do Colegiado

Art. 7º. Aos(às) membros deste Colegiado compete:

Zelar pelo cumprimento deste Regimento;

Analisar, discutir, relatar e deliberar nos prazos estabelecidos na sessão, os encaminhamentos que lhe forem distribuídos pelo(a) Presidente;

Emitir parecer sobre transferência ou permuta dos(as) docentes deste Colegiado, em consonância com o artigo 112 do Regimento Geral da UFT;

Compor comissões e subcomissões indicadas ou eleitas pelo Colegiado, para contribuir para as necessidades do curso;

Comparecer às reuniões ordinárias e extraordinárias;

Estabelecer um calendário semanal de atendimento para as atividades de ensino, pesquisa e extensão;

Manter um comportamento ético em relação à comunidade acadêmica;

Zelar pelo cumprimento de horários de aulas, reuniões, atividades de ensino, pesquisa e extensão;

Zelar pelo bom andamento das reuniões ordinárias e extraordinárias podendo, se for o caso, intervir de acordo com as disposições dos artigos 128, 129, 130 e seu parágrafo único, 132 e seu parágrafo único e 133 do Regimento da UFT;

O Colegiado poderá, dentro de sua especialidade, viabilizar a criação de comissões compostas por outras entidades, empresas ou instituições com a finalidade de subsidiar o Curso de Licenciatura de Geografia e propiciar um campo de discussão sobre temas pertinentes a esta área de conhecimento.

Parágrafo Único. Compete aos(as) docentes contratados(as) e substitutos(as) o que reza a lei nº 8.745/93.

CAPÍTULO - IV

Do Funcionamento do Colegiado

Art. 8º. O Colegiado reunir-se-á uma vez por mês, em caráter ordinário, para deliberar sobre questões administrativas e pedagógicas, toda segunda semana de cada mês, em dias alternados.

§ 1º O Colegiado reunir-se-á extraordinariamente quando convocado pelo(a) seu/sua Presidente ou por 1/3 (um terço) de seus/suas membros ou pela Pró-Reitoria.

§ 2º Caso o(a) docente desenvolva atividades acadêmicas no curso de Geografia, sem fazer parte do respectivo Colegiado, o(a) mesmo poderá (a) participar das reuniões, apenas com direito a voz.

§ 3º Para efeito deliberativo, o Colegiado funcionará sempre com a presença da metade, mais um(a), de seus/suas membros.

§ 4º Não havendo quórum deliberativo, nova convocação será promovida nas vinte e quatro horas subsequentes, pelo(a) Presidente.

§ 5º As reuniões do Colegiado serão convocadas por escrito e/ou via eletrônica, e os respectivos editais de convocação, afixados em locais visíveis, com antecedência mínima de quarenta e oito horas, mencionando-se a pauta.

§ 6º Em caso de urgência, o prazo de convocação poderá ser reduzido, de modo que o Edital justificará as razões, bem como, estabelecerá as condições específicas para a sua realização.

Parágrafo Único. Feita a segunda convocação, e não havendo quórum, o(a) Presidente iniciará a sessão e deliberará com qualquer número de presentes.

Art. 9º. As reuniões compreenderão uma parte de expediente à discussão e aprovação da ata da reunião anterior, não devendo ser postergada, e assuntos diversos e outra dedicada à ordem do dia, na qual serão considerados assuntos em pauta, adotando-se o seguinte procedimento:

- Abertura da sessão pelo(a) Presidente;

- Aprovação da Pauta;
- Leitura e aprovação da ata da reunião anterior;
- Informes;
- Debates, encaminhamentos e deliberações;
- Encerramento da sessão.

Parágrafo Único. A convite do(a) Presidente do Colegiado, ou da maioria de seus/suas membros, pessoas dele não integrantes poderão participar de suas sessões com direito apenas a voz.

Art. 10. Os debates e os informes realizados primarão pela objetividade, bom senso e respeito entre os(as) presentes na reunião.

§ 1º O tempo máximo para informes não deverá ultrapassar 30 (trinta) minutos.

§ 2º Os debates terão os seguintes encaminhamentos:

As falas devem respeitar a ordem de inscrição;

As questões de ordem, encaminhamento, esclarecimento e regime de votação devem ser obedecidos;

As falas não poderão sofrer interferência argumentativa, salvo exclamações e pedidos de apartes que poderão ou não ser concedidos;

As réplicas, tréplicas ou respostas somente serão permitidas em casos extremos;

Será advertido pelo(a) Presidente, em conformidade com o artigo 129 do Regimento Geral da UFT, o(a) membro do Colegiado que incorrer nas seguintes circunstâncias:

- Desrespeitar os(as) membros do Colegiado com ofensa ética, moral, racial ou sexual;
- Abandonar as reuniões sem justificativas expressas.

§ 3º A representação discente terá direito a apenas um voto.

§ 4º O(a) professor(a) substituto(a) e/ou contratado(a) não terá direito a voto, apenas a voz.

Art. 11. As deliberações serão adotadas pelo voto da maioria dos(as) membros presentes neste Colegiado.

§ 1º. A votação será simbólica, nominal ou secreta, adotando-se a primeira forma, sempre que uma das duas outras não sejam requeridas ou aprovadas pelo plenário ou expressamente prevista nas normas pertinentes.

§ 2º. Além do voto comum, o(a) Presidente do Colegiado terá, em caso de empate, o Voto de Qualidade.

Art. 12. As deliberações do Colegiado serão baixadas pelo(a) seu/sua Presidente, sob forma de

resolução, homologação ou outra forma compatível com a espécie.

Art. 13. O comparecimento às reuniões do Colegiado é obrigatório e preferencial em relação a qualquer outra atividade da Universidade.

Parágrafo Único. Em caso de três ausências consecutivas pelos(as) membros do Colegiado às reuniões, sem justificativas, acarretará advertência emitida pelo(a) Presidente do Colegiado e pelo(a) Coordenador(a) do *Campus*. No caso de 4 (quatro) ou mais ausências injustificadas, implicará corte do ponto proporcional ao dia letivo.

Art. 14. O comparecimento dos(as) membros do Colegiado às sessões será comprovado mediante lista de frequência e Ata.

CAPÍTULO - V

Da eleição para Presidente do Colegiado

Art. 15. O(a) Presidente do Colegiado será eleito(a) pelos(as) docentes, membros do Colegiado do Curso de Licenciatura em Geografia e pelos(as) seus/suas discentes, em conformidade com o Regimento Eleitoral da UFT.

Art. 16. Poderá concorrer para o cargo de Presidente do Colegiado, o(a) membro do corpo docente que seja efetivo(a) e esteja em exercício em suas atividades acadêmicas.

Parágrafo Único. Os(as) docentes que almejem participar do processo sucessório, deverão ter dedicação exclusiva à Universidade sem nenhum outro vínculo empregatício.

Art. 17. Quando da reunião para eleição, será formada comissão escrutinadora, composta por dois/duas membros do Colegiado presentes ao pleito, em conformidade com o Regimento Eleitoral da UFT.

Art. 18. Será considerado eleito(a), o(a) candidato(a) que obtiver o maior número dos votos dos(as) membros do Colegiado no pleito, em conformidade com o Regimento Eleitoral da UFT.

§ 1º. Ocorrendo empate entre os(as) concorrentes, considerar-se-á eleito(a) o(a) candidato(a) que for mais antigo(a) no exercício do magistério na Universidade.

§ 2º. Persistindo o empate, prevalecerá aquele que já estiver exercido cargo administrativo junto à instituição.

§ 3º. Persistindo o empate, prevalecerá aquele(a) que for mais idoso(a).

Art. 19. O(a) Presidente será eleito(a) por um prazo de dois anos, a contar da data de sua posse, permitida a reeleição por apenas um mandato.

Parágrafo Único. A posse solene do(a) Presidente eleito(a) dar-se-á em conformidade com as normas vigentes.

Art. 20. Perderá o mandato, o(a) membro eleito(a) ou indicado(a) que, sem causa justificada, faltar mais de três reuniões ordinárias ou extraordinárias consecutivas, ou a seis alternadas do respectivo Órgão Colegiado, ou que tenha sofrido penalidades por infração incompatível com a vida

universitária.

§ 1º. Havendo impedimento à permanência do(a) Presidente no cargo até a realização de um novo pleito, ocupará o seu/sua lugar, um(a) coordenador(a) interino(a), como reza o § 2º do artigo 3º deste Regimento.

§ 2º. Na hipótese de ocorrer a situação prevista no parágrafo anterior, este Colegiado, em comum acordo com a Coordenação do *Campus*, adotará, no prazo de trinta dias contados da data de assunção do cargo, as medidas necessárias à realização de nova eleição, observando-se o disposto neste Regimento, no Regimento Eleitoral da UFT e demais normas pertinentes.

CAPÍTULO - VI

Das Atividades Acadêmicas do Curso de Licenciatura em Geografia

Art. 21. A estrutura curricular do Curso de Licenciatura em Geografia deve atender ao número de horas e as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação – CNE.

Art. 22. O ensino deve fornecer um embasamento histórico, ético, epistemológico-educacional e teórico-metodológico ao(à) discente, em nível de graduação e pós-graduação. Para o bom andamento das atividades e acompanhamento das mesmas pelo Colegiado, fica estabelecido que:

- II. Todos(as) os(as) professores(as) que ministram aulas no Curso de Licenciatura em Geografia apresentarão os programas das disciplinas em reunião com os seus pares, na semana de planejamento que antecede o início das aulas, e com a programação prévia de trabalhos de campo quando se fizer necessário;
- III. Na primeira semana de aula, os programas das disciplinas serão distribuídos, apresentados e discutidos com as turmas;
- IV. A aula de campo em Geografia consiste numa atividade, que responde às necessidades de construção de um embasamento teórico-metodológico. É o momento em que ocorrem, *in loco*, as relações entre teoria-prática.

Art. 23. As Atividades Complementares serão avaliadas semestralmente por uma comissão composta por três professores(as) efetivos(as) deste Colegiado. Essa comissão será eleita para um mandato de um ano, podendo ser prorrogado por igual período.

Parágrafo Único. A definição de atividades complementares, as atribuições e demais deveres dessa comissão são definidas no Regulamento do Colegiado de Licenciatura em Geografia – CLG Nº 001/2009.

Art. 24. É criada a Coordenação de Trabalho e Conclusão de Curso(TCC).

- O (a) Coordenador(a) de TCC será definido(a) no momento da distribuição dos(as) componentes curriculares por este Colegiado;
- O(a) Coordenador(a) de TCC terá mandato de um ano, podendo ser reconduzido por período equivalente e deverá pertencer ao quadro de professores(as) efetivos(as) do curso;
- O(a) Professor(a) que for eleito(a) para assumir a coordenação de TCC, deverá assumir o componente curricular Metodologia de Projetos Científicos em Geografia.

Parágrafo Único. A definição de TCC, bem como as atribuições e deveres do(a) coordenador(a) de TCC, estão definidas no Regulamento do Colegiado de Licenciatura em Geografia de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) – CLG N° 002/2009.

Art. 25. As atividades de estágio de Licenciatura em Geografia, são definidas no Regulamento de Estágio Obrigatório e Não-Obrigatório – CLG N°003/2009 .

Art. 26. A avaliação segue as normas do Regimento Acadêmico da UFT. Porém, a avaliação de recuperação em prova final obedecerá aos seguintes critérios específicos do Curso de Licenciatura em Geografia:

- A avaliação final deverá realizar-se no prazo mínimo de dois dias úteis após a data de divulgação da média parcial, em concordância com o Calendário Acadêmico da UFT, salvo em situações específicas;
- O(a) discente, ou seu/sua procurador(a), poderá solicitar segunda chamada no prazo de até dois dias úteis após a realização da prova;
- O conteúdo para a avaliação final deverá contemplar todo o conteúdo programático da disciplina, e a mesma deverá ser em forma de prova escrita, exceto o TCC.

Art. 27. A revisão de prova é um direito do(a) discente, em conformidade com o artigo 93 do Regimento Geral da UFT:

§1º. O (a) discente, ao sentir-se prejudicado (a) em sua avaliação, terá o direito de solicitar a revisão da mesma. Essa solicitação deverá ocorrer no prazo estabelecido pelo Calendário Acadêmico da UFT, vigente no semestre. Para tanto, o (a) discente deverá encaminhar o processo às instâncias competentes.

§2º. O (a) aluno (a) requererá inicialmente ao (à) professor (a) da disciplina, a referida revisão. Caso discorde do resultado, o (a) mesmo (a) poderá requerer nova revisão ao Colegiado, que encarregar-se-á de constituir uma banca revisora para tal.

- O prazo para solicitação de revisão das provas bimestrais será de quarenta e oito horas, a contar da data da publicação da referida nota;
- O prazo para solicitação de revisão da prova final obedecerá ao que dispõe o Calendário Acadêmico da UFT.

§3º. A revisão será feita por uma banca composta por três professores (as) efetivos (as) da área, escolhidos em reunião de Colegiado, exceto o (a) professor (a) do componente curricular em questão.

§ 4º. A banca revisora, depois de constituída, terá o prazo de dez dias para revisar a prova.

§ 5º. Do resultado da revisão, desta banca, caberá recurso para o Conselho do *Campus*:

- a) O prazo para recorrer é de cinco dias.

§ 6º. Do resultado da revisão do Conselho do *Campus* caberá recurso à Pró-reitoria de Graduação:

- a) O prazo para recorrer é de cinco dias.

CAPÍTULO VII

Disposições Gerais

Art. 28. As propostas de alterações deste Regimento serão apresentadas ao(à) Presidente ou a ele(a) encaminhadas, para apreciação e votação pela maioria absoluta dos(as) membros do Colegiado.

Art. 29. O(a) Presidente e o Colegiado sujeitar-se-ão às normas constantes neste Regimento, sendo o mandato integral do(a) Presidente, exercido na forma deste Regimento e demais normas que regem a Fundação Universidade Federal do Tocantins.

Art. 30. Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado, respeitadas às normas gerais que regem a UFT, especialmente as disposições constantes no Regimento Geral, no Estatuto e no Regimento Acadêmico.

Art. 31. Este Regimento entrará em vigor na data de sua publicação após receber a homologação do Colegiado do Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal do Tocantins (UFT), *Campus* Araguaína.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ARAGUAÍNA
COLEGIADO DO CURSO DE GEOGRAFIA

ATA Nº 15/2009 DO DIA 31 DE AGOSTO DE 2009

1

2 Aos trinta e um dias do mês de agosto de dois mil e nove, às dez e trinta horas, na sala I do
3 Curso de Geografia da Unidade de Licenciatura do Campus Universitário de Araguaína, a
4 coordenadora, profª. Fátima Maria de Lima, inicia a reunião extraordinária do Colegiado de
5 Geografia para tratar e deliberar sobre os seguintes pontos de pauta: **Item 1)** Abertura; **Item 2)**
6 **Informes;** **Item 3)** Aprovação da pauta **Item IV)** PPC de Geografia; **Item V)** Apresentação e
7 aprovação do projeto de pesquisa do prof. Ms. Daniel Vater de Almeida; **Item VI)** Outros. Estavam
8 presentes na reunião os seguintes professores: Aires José Pereira, Ailton Sieben, Carlos Augusto
9 Machado, Daniel Vater de Almeida, Fátima Maria de Lima, Luciano da Silva Guedes, Luis
10 Eduardo Bovolato, Marivaldo Cavalcante da Silva, Rejane de Aquino Dias e Severino Francisco
11 de Oliveira Filho. **Item I)** Teme início a apreciação da pauta **Item II)** O professor Aires José
12 parabenizou a Professora Fátima Lima pela publicação de um artigo no livro Políticas e Gestão
13 da Educação no Tocantins **Item III)** O colegiado de Geografia aprovou o PPC (Projeto Curricular
14 do Curso), e todo(as) os docentes têm consciência que este projeto foi planejado para ser
15 executado com o corpo docente de 17 (dezessete) professores(as), que é o quantitativo existente
16 na atualidade no curso de Geografia de Araguaína. **Item VI)** O Professor Daniel apresentou o seu
17 projeto: A Gênese de Formação dos Professores(as) de Geografia: Uma análise da Realidade do
18 Município de Araguaína - Tocantins o qual foi aprovado por este colegiado. Não havendo nada
19 mais a tratar, eu, Adriana Rodrigues de Almeida, lavrei a presente ata, que após aprovada, segue
20 assinada pela coordenadora do curso e demais presentes. Fez-se em 31 de Agosto de 2009.

Profª. Rejane de Aquino Dias;

[Assinatura] - Daniel Vater de Almeida

Ailton Sieben

[Assinatura] - Luis Eduardo Bovolato

[Assinatura] Carlos Augusto Machado.

[Assinatura] Severino F. de Oliveira Filho, Luciano da Silva Guedes,

Adriana Rodrigues de Almeida - *[Assinatura]*

Marivaldo Cavalcante da Silva

Universidade Federal do Tocantins
Campus
CONFERE COM O ORIGINAL
Em 31 de Agosto de 2009
Assinado
Servidor



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS ARAGUAÍNA
LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

REGULAMENTO DO COLEGIADO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA – CLG N° 003/2009

Dispõe sobre o **Regulamento do Estágio Curricular Obrigatório e Não-obrigatório** do Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal do Tocantins – Campus Araguaína.

O Colegiado de Licenciatura em Geografia do Campus Araguaína da Universidade Federal do Tocantins – UFT, reunido em sessão do dia 23 de novembro de 2009, resolve:

Art. 1º Regular e Normatizar a organização e o funcionamento do Estágio Curricular Obrigatório e Não-obrigatório, da Licenciatura em Geografia da Universidade Federal do Tocantins – UFT, de acordo com o Parágrafo Único do art. 4º da Resolução N° 003/2005 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE, Lei Federal 11.788/2008, de 25/09/2008 e pela Instrução Normativa N° 004, de 31/08/2007.

SESSÃO I
DOS OBJETIVOS

Art. 2º São objetivos do estágio curricular obrigatório e não-obrigatório do curso de Licenciatura em Geografia:

- I – Possibilitar ao(a) aluno(a)-estagiário(a), o contato com a dinâmica escolar, inclusive em suas dimensões pedagógicas, administrativas e políticas;
- II – Incentivar a produção de pesquisa no estágio como componente da formação inicial e permanente do(a) licenciado(a) em Geografia sob o enfoque da pesquisa participante;
- III – Proporcionar, ao longo do desenvolvimento do estágio, a reflexão acerca dos desafios, dificuldades e limites presentes no exercício do magistério na educação básica;
- IV – Oportunizar ao(a) aluno(a) estagiário a uma análise crítica e reflexiva acerca dos conteúdos e procedimentos teórico-metodológicos do período de formação inicial.

SESSÃO II
DA ORGANIZAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA

Art. 3º O Estágio Curricular Obrigatório do Curso de Licenciatura em Geografia terá uma carga horária de 405 h/aula que será distribuído nos seguintes componentes curriculares do curso, a saber:

I. Estágio Investigativo I, com carga horária de 90 h/aula, equivalente a 6 (seis) créditos, possui respectivamente, a seguinte ementa e objetivo geral:

- a) ementa: O estágio como pesquisa e a pesquisa no estágio. A relação trabalho, educação e Geografia. A estrutura organizacional das escolas. Mapeamento da realidade escolar e da prática educativa docente. Desenvolvimento de projetos em docência de Geografia na educação básica;
- b) objetivo geral: Pesquisar a ação pedagógica e o processo de ensino-aprendizagem de Geografia

na educação básica, e a possibilidade de novas práticas educativas inseridas no cotidiano escolar;

II. Estágio Investigativo II, com carga horária de 105 h/aula, equivalente a 7 (sete) créditos, possui respectivamente, a seguinte ementa e objetivo geral:

a) ementa: Pesquisa etnográfica – a escola enquanto resultado dos processos históricos-geográficos. Identificação das concepções de Geografia e seus reflexos em sala de aula. A Geografia e suas mediações com as diversas vertentes pedagógicas. Verificação da reprodução das correntes do pensamento geográfico e pedagógico, presentes na atuação docente, suas questões conceituais, bem como as hegemonias de umas sobre as demais. Elaboração de projetos de ensino de Geografia nos níveis fundamental (6º ao 9º ano) e médio, sob a forma de pesquisa participante: universidade – escola;

b) objetivo geral: Compreender o que é ensinado nas aulas de Geografia, a partir da identificação das concepções da Ciência Geográfica e Pedagógica, e da sua reprodução explícita e implícita em sala de aula, nos livros didáticos, nas tecnologias de ensino e nas demais linguagens, adquirindo assim, saberes para sua futura atuação docente.

III. Estágio Supervisionado no Ensino Fundamental, com carga horária de 105 h/aula, equivalente a 7 (sete) créditos, possui respectivamente, a seguinte ementa e objetivo geral:

a) ementa: Assunção a docência no Ensino Fundamental (6º ao 9º ano). Revisão da estrutura curricular, em especial dos conteúdos trabalhados no componente curricular de Geografia, junto ao sistema regular de ensino fundamental. Análise da perspectiva epistemológica do ensino de Geografia no ensino fundamental. Reflexões acerca da avaliação da aprendizagem. Planejamento e construção de planos de aula a partir de conteúdos abordados nas respectivas aulas de Geografia e ano escolar, sempre em consonância com a proposta curricular da escola-campo e ciência do(a) supervisor(a) de estágio e o professor(a) orientador(a).

b) objetivo geral: Permitir ao(a) estagiário(a) a vivência da sala de aula enquanto professor(a) no ensino fundamental por meio da assunção docente.

IV. Estágio Supervisionado no Ensino Médio, com carga horária de 105 h/aula, equivalente a 7 (sete) créditos, possui respectivamente, a seguinte ementa e objetivo geral:

a) ementa: Assunção a docência no ensino médio. Levantamento da estrutura curricular, em especial dos conteúdos trabalhados no componente curricular de Geografia, junto ao sistema regular de ensino médio. Análise da perspectiva epistemológica do ensino de Geografia no ensino médio. Reflexões acerca da avaliação da aprendizagem. Planejamento e construção de planos de aula a partir de conteúdos abordados nas respectivas aulas de Geografia e ano escolar, sempre em consonância com a proposta curricular da escola-campo e ciência do(a) supervisor(a) de estágio e o professor(a) orientador(a). Elaboração de relatório científico de estágio.

b) objetivo geral: Permitir ao(a) estagiário(a) à vivência da sala de aula enquanto professor(a) no ensino médio por meio da assunção docente.

Art. 4º O(a) estagiário(a) deverá cumprir, no mínimo, 20% (vinte por cento) da carga horária total prevista no art. 1º, inciso II da CNE/CP2/2002, em aulas efetivamente ministradas distribuídas no Estágio Supervisionado do Ensino Fundamental e no Estágio Supervisionado do Ensino Médio.

Art. 5º. A organização e distribuição da carga horária dos estágios dar-se-á da seguinte maneira:

§1º Estágio Investigativo I (90 h/aula) a ser subdividido em:

60h/aula teóricas que distribuir-se-ão de forma:

a) **15h/aula – Realizar-se-á na UFT:** Apresentação e discussão do plano de ensino desse componente curricular, pelo(a) respectivo(a) docente com ênfase na ementa, objetivos e sua forma de execução. Orientação sobre o primeiro contato com a escola, questões éticas, contatos com o(a) supervisor(a) e/ou direção da unidade concedente.

b) **15h/aula – Realizar-se-á na UFT/Unidade Concedente :** Orientação pelo(a) docente desse

componente curricular, no que diz respeito ao planejamento das atividades de estágio, preenchimento do Termo de Compromisso, Plano de Atividades e Termo de Realização do Estágio. O(a) estagiário(a) somente iniciará seu estágio curricular mediante a entrega do Termo de Compromisso e Plano de Atividades devidamente preenchido, assinado e carimbado pelas partes envolvidas, junto à Unidade Concedente e a Central de Estágios da UFT. O Termo de Realização de Estágio deverá ser entregue, obrigatoriamente, na Central de Estágios da UFT após o término do mesmo;

c) **30h/aula – Realizar-se-á na UFT:** Revisão bibliográfica e discussão com os(as) alunos(as)-estagiários(as) acerca das questões que envolvem o cotidiano escolar e o ensino de Geografia, a saber: a construção da identidade profissional docente, o estágio como pesquisa e a pesquisa no estágio, estrutura organizacional das escolas, gestão, currículo, avaliação, financiamento da educação básica e a relação escola, sociedade e conselho tutelar. Por fim, nessa etapa de estágio, elaborar-se-á um relatório científico-analítico-crítico que deverá ser entregue ao(a) docente de estágio em duas vias, onde o(a) mesmo(a) encaminhará uma via ao Centro Interdisciplinar de Memória dos Estágios Supervisionados (CIMES) das Licenciaturas e outra à Unidade Concedente. Divulgação dos resultados da pesquisa participante durante a Semana Acadêmica de Geografia, Encontro Estadual de Geografia do Tocantins – ENGETO, entre outros.

30h/aula práticas – Realizar-se-á na Unidade Concedente (oito encontros) : Coleta de dados para pesquisa no estágio e formação de grupos de estudo, buscando o envolvimento dos profissionais da escola, em especial os(as) professores(as) de Geografia e orientação pedagógica, de modo a interar-se sobre o Projeto Político Pedagógico da mesma, bem como seus regulamentos e normas internas, sempre relacionando-as com as concepções pedagógicas. Nessa etapa serão feitos os primeiros contatos para a elaboração de uma proposta de projeto de pesquisa participante entre a unidade concedente e a universidade, a ser desenvolvido durante o Estágio Investigativo II. Tal projeto visa pesquisar a ação pedagógica e o processo de ensino-aprendizagem de Geografia na educação básica, e a possibilidade de novas práticas educativas inseridas no cotidiano escolar.

§ 2º Estágio Investigativo II (105 horas/aula):

60h/aula teóricas que distribuir-se-ão de forma:

a) **15h/aula – Realizar-se-á na UFT:** Apresentação e discussão do plano de ensino desse componente curricular, pelo(a) respectivo(a) docente com ênfase na ementa, objetivos e sua forma de execução. Orientação sobre o contato com a escola, questões éticas, contatos com o(a) supervisor(a) e/ou direção da unidade concedente.

b) **15h/aula – Realizar-se-á na UFT/Unidade Concedente:** Orientação pelo(a) docente desse componente curricular, no que diz respeito ao planejamento das atividades de estágio, preenchimento do Termo de Compromisso e/ou Termo Aditivo, Plano de Atividades e Termo de Realização do Estágio. O(a) estagiário(a) somente iniciará seu estágio curricular mediante a entrega do Termo de Compromisso e/ou Aditivo e Plano de Atividades devidamente preenchido, assinado e carimbado pelas partes envolvidas, junto à Unidade Concedente e a Central de Estágios da UFT. O Termo de Realização de Estágio deverá ser entregue, obrigatoriamente, na Central de Estágios da UFT após o término do mesmo;

c) **30h/aula – Realizar-se-á na UFT:** Análise dos dados coletados na unidade concedente com auxílio da revisão da literatura pertinente ao tema. Discussão com os(as) alunos(as)-estagiários(as), estudantes e supervisores(as) da escola-campo acerca das questões que envolvem as linhas de pensamento da Ciência Geográfica e Pedagógica e seus reflexos no ensino de Geografia nos níveis fundamental e médio. Elaboração de um relatório científico-analítico-crítico que explicita uma proposta de educação geográfica nos níveis fundamental (6º ao 9º ano) e médio a ser executado nos Estágios Supervisionados no Ensino Fundamental e

Médio. Tal relatório deverá ser entregue ao(a) docente de estágio em duas vias, onde o(a) mesmo(a) encaminhará uma via ao Centro Interdisciplinar de Memória dos Estágios Supervisionados (CIMES) das Licenciaturas e outra à Unidade Concedente. Divulgação dos resultados da pesquisa participante durante a Semana Acadêmica de Geografia, Encontro Estadual de Geografia do Tocantins – ENGETO, entre outros.

45h/aula práticas – Realizar-se-á na Unidade Concedente (oito encontros): Retomada da proposta de projeto de pesquisa participante iniciado ao longo do Estágio Investigativo I. **COLETA DE DADOS:** Utilização de técnicas de observação de pesquisa etnográfica articulada com entrevistas (Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde/CNS), pesquisa bibliográfica e documental (estudo do referencial curricular para o ensino fundamental e médio – Geografia, da Secretaria da Educação e Cultura do estado de Tocantins e PCN's), que visa identificar as concepções de Geografia e seus reflexos em sala de aula. A Geografia e suas mediações com as diversas vertentes pedagógicas. Verificação da reprodução das correntes do pensamento geográfico e pedagógico, presentes na atuação docente, suas questões conceituais, bem como as hegemonias de umas sobre as demais.

§ 3º Estágio Supervisionado no Ensino Fundamental (105 h/aula):

60h/aula teóricas que distribuir-se-ão da seguinte forma:

a) **10h/aula – Realizar-se-á na UFT:** Apresentação e discussão do plano de ensino desse componente curricular, pelo(a) respectivo(a) docente com ênfase na ementa, objetivos e sua forma de execução. Retomada de contato com a escola e supervisor(a) e/ou direção da unidade concedente.

b) **10h/aula – Realizar-se-á na UFT/Unidade Concedente:** Orientação pelo(a) docente desse componente curricular, no que diz respeito ao planejamento das atividades de estágio, preenchimento do Termo de Compromisso e/ou Termo Aditivo, Plano de Atividades e Termo de Realização do Estágio. O(a) estagiário(a) somente iniciará seu estágio curricular mediante a entrega do Termo de Compromisso e/ou Aditivo e Plano de Atividades devidamente preenchido, assinado e carimbado pelas partes envolvidas, junto à Unidade Concedente e a Central de Estágios da UFT. O Termo de Realização de Estágio deverá ser entregue, obrigatoriamente, na Central de Estágios da UFT após o término do mesmo;

c) **40h/aula – Realizar-se-á na UFT:** Retomada da proposta de projeto de educação geográfica voltada ao ensino fundamental (6º ao 9º ano) que fora realizado no Estágio Investigativo II e que desenvolver-se-á no Estágio Supervisionado do Ensino Fundamental. Imprescindível é, nesse momento, que o(a) acadêmico(a) disponha da cópia do relatório produzido no Estágio Investigativo II. Revisão da estrutura curricular, em especial dos conteúdos trabalhados no componente curricular de Geografia, junto ao sistema regular de ensino fundamental. Análise da perspectiva epistemológica do ensino de Geografia no ensino fundamental. Reflexões acerca da avaliação da aprendizagem. Planejamento e construção de planos de aula a partir de conteúdos abordados nas respectivas aulas de Geografia e ano escolar, sempre em consonância com a proposta curricular da escola-campo e ciência do(a) supervisor(a) de estágio e o professor(a) orientador(a). Produção de relatório científico-analítico-crítico acerca da assunção à docência em Geografia no ensino fundamental. Tal relatório deverá ser entregue ao(a) docente de estágio em duas vias, onde o(a) mesmo(a) encaminhará uma via ao Centro Interdisciplinar de Memória dos Estágios Supervisionados (CIMES) das Licenciaturas e outra à Unidade Concedente. Divulgação dos resultados da pesquisa participante durante a Semana Acadêmica de Geografia, Encontro Estadual de Geografia do Tocantins – ENGETO, entre outros.

45h/aula práticas – Realizar-se-á na Unidade Concedente (doze – 12h/aula): Assunção a docência no Ensino Fundamental (6º ao 9º ano).

§ 4º Estágio Supervisionado no Ensino Médio (105 h/aula):

60h/aula teóricas que distribuir-se-ão da seguinte forma:

- a) **10h/aula – Realizar-se-á na UFT:** Apresentação e discussão do plano de ensino desse componente curricular, pelo(a) respectivo(a) docente com ênfase na ementa, objetivos e sua forma de execução. Retomada de contato com a escola e supervisor(a) e/ou direção da unidade concedente.
- b) **10h/aula – Realizar-se-á na UFT/Unidade Concedente:** Orientação pelo(a) docente desse componente curricular, no que diz respeito ao planejamento das atividades de estágio, preenchimento do Termo de Compromisso e/ou Termo Aditivo, Plano de Atividades e Termo de Realização do Estágio. O(a) estagiário(a) somente iniciará seu estágio curricular mediante a entrega do Termo de Compromisso e/ou Aditivo e Plano de Atividades devidamente preenchido, assinado e carimbado pelas partes envolvidas, junto à Unidade Concedente e a Central de Estágios da UFT. O Termo de Realização de Estágio deverá ser entregue, obrigatoriamente, na Central de Estágios da UFT após o término do mesmo;
- c) **40h/aula – Realizar-se-á na UFT:** Retomada da proposta de projeto de educação geográfica voltada ao ensino médio que fora realizado no Estágio Investigativo II e que desenvolver-se-á no Estágio Supervisionado do Ensino Médio. Imprescindível é, nesse momento, que o(a) acadêmico(a) disponha da cópia do relatório produzido no Estágio Investigativo II. Revisão da estrutura curricular, em especial dos conteúdos trabalhados no componente curricular de Geografia, junto ao sistema regular de ensino médio. Análise da perspectiva epistemológica do ensino de Geografia no ensino médio. Reflexões acerca da avaliação da aprendizagem. Planejamento e construção de planos de aula a partir de conteúdos abordados nas respectivas aulas de Geografia e ano escolar, sempre em consonância com a proposta curricular da escola-campo e ciência do(a) supervisor(a) de estágio e o professor(a) orientador(a). Produção de relatório científico-analítico-crítico acerca da assunção à docência em Geografia no ensino médio. Tal relatório deverá ser entregue ao(a) docente de estágio em duas vias, onde o(a) mesmo(a) encaminhará uma via ao Centro Interdisciplinar de Memória dos Estágios Supervisionados (CIMES) das Licenciaturas e outra à Unidade Concedente. Divulgação dos resultados da pesquisa participante durante a Semana Acadêmica de Geografia, Encontro Estadual de Geografia do Tocantins – ENGETO, entre outros.

45h/aula práticas – Realizar-se-á na Unidade Concedente (doze – 12h/aula): Assunção a docência no Ensino Médio.

Art. 6º A realização dos estágios na respectiva unidade concedente dar-se-ão, preferencialmente, em horários opostos ao turno de matrícula do(a) aluno(a).

Art. 7º O estágio obrigatório poderá organizar-se sob a forma individual ou em duplas. É vetada a participação, de mais de uma dupla, por turma, na escola-campo, observando, também, as exigências das unidades concedentes.

Parágrafo Único. O estágio curricular obrigatório realizar-se-á, obrigatoriamente, em escolas conveniadas, localizadas exclusivamente, dentro da Cidade de Araguaína

Art. 8º O Estágio não-obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional pelo(a) estudante da Licenciatura em Geografia tendo em vista uma complementação de sua formação profissional, acrescida à carga horária regular e obrigatória.

§ 1º O estágio não-obrigatório pode ser realizado por qualquer aluno(a) regularmente matriculado(a) no curso de Licenciatura em Geografia, sendo que seu desenvolvimento segue o modelo ou proposta do Plano de Atividades estabelecido pelo curso, conforme orientações e documentos definidos pela Central de Estágios.

§ 2º É necessário que as atividades desenvolvidas pelos(as) alunos(as) no estágio não-obrigatório,

demonstrem compatibilidade com as atividades previstas no Termo de Compromisso de Estágio e com a área/natureza de sua formação, tais como: assunção em sala de aula, monitoria, desenvolvimento de projetos pedagógicos, projetos de extensão, oficinas, cursos e/ou atividades administrativas pertinentes à área.

§ 3º O estágio não-obrigatório poderá desenvolver-se em instituições públicas das esferas federais, estaduais e municipais e instituições filantrópicas que estejam vinculadas ao ensino.

§ 4º A duração do estágio não-obrigatório não poderá exceder (02) dois anos, exceto para acadêmicos(as) portadores(as) de necessidades especiais, e será desenvolvido em horário previamente estipulado entre a UFT/Central de Estágios e a unidade concedente, em observância ao art. 10 da Lei Federal 11.788/2008, desde que não haja prejuízo às atividades acadêmicas regulares do(a) aluno(a).

§ 5º O (a) aluno (a) regularmente matriculado (a) poderá realizar as atividades de Estágio Não-Obrigatório desde o seu ingresso no curso.

SESSÃO III DO ACOMPANHAMENTO e SUPERVISÃO DO ESTÁGIO

Art. 9º O acompanhamento e a supervisão do Estágio Curricular Obrigatório será exercido pelo(a) docente da UFT responsável pelo componente curricular de Estágio Supervisionado, com a colaboração profissional da Coordenação Pedagógica e Professores(as) de Geografia da unidade concedente.

§ 1º O acompanhamento e a supervisão do Estágio Curricular Não-Obrigatório será exercido pelo(a) docente da UFT, juntamente com a colaboração de profissionais da unidade concedente designado para tal função.

§ 2º O (a) supervisor (a) do Estágio Curricular Não-Obrigatório será escolhido (a) semestralmente, dentre os (as) docentes efetivos(as) e com dedicação exclusiva, durante o período de planejamento acadêmico, para exercer tal função, pelo prazo de um semestre, podendo ser reconduzido por igual período.

§ 3º As atividades inerentes ao acompanhamento e supervisão do Estágio Curricular Obrigatório e Não-Obrigatório, tanto do(a) professor(a) da UFT quanto das Instituições Concedentes, encontram-se preconizadas nos art. 20º e 21º da Resolução Nº 003/2005 do CONSEPE, na Lei 11.788/2008 e na Instrução Normativa da Secretária de Estado da Educação e Cultura do Estado do Tocantins Nº 004, de 31 de agosto de 2007 .

§ 4º O(a) docente da UFT responsável pelo Estágio Supervisionado providenciará o controle das atividades de estágio mediante a Ficha de Frequência do Estágio (Anexo II), que deverá ser apresentada pelo(a) estagiário(a) ao supervisor(a) de estágio na unidade concedente, durante o processo de realização do estágio, para atestar sua frequência.

SESSÃO IV DA AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO CURRICULAR

Art. 10 - A avaliação do Estágio Curricular Obrigatório e Não-obrigatório de acordo com as concepções expressas no projeto pedagógico do curso, será realizada:

- I. pelo(a) professor(a) de estágio da Universidade;
- II. pelos(as) profissionais colaboradores(as) de estágio na Unidade Concedente.

Art. 11 . Compete ao(à) professor(a) do componente curricular de estágio da UFT, explicitar no seu plano de ensino os elementos e os critérios de avaliação, bem como dar ciência aos(às) alunos(as) e aos(às) profissionais colaboradores(as) de estágio da unidade concedente, dos instrumentos avaliativos.

SESSÃO V DA VALIDAÇÃO DO ESTÁGIO CURRICULAR

Art. 12 A validação das atividades de estágio dar-se-á mediante o término de todas as atividades previstas e executadas na unidade concedente conforme definidas no plano de ensino do(a) professor(a) de estágio e acordadas com a unidade concedente.

Art. 13 O(a) aluno(a) que cumprir satisfatoriamente todas as atividades do estágio receberá da unidade concedente o Termo de Realização do Estágio Obrigatório devidamente preenchido e assinado pelo(a) supervisor(a) de estágio da unidade concedente (Modelo anexo 2).

Art. 14 De acordo com a Resolução CONSEPE nº 09/2005, as atividades referentes ao estágio não-obrigatório poderão ser validadas como atividades de extensão (estágio extracurricular) e deverá constar no histórico do(a) aluno(a), no item – Estágio Curricular Não-obrigatório, desde que regulamentado e registrado na Central de Estágios do Campus.

§ 1º No histórico escolar do(a) estagiário(a) constará a carga horária total realizada pelo(a) mesmo(a) na unidade concedente.

SEÇÃO VI

DA REDUÇÃO DA CARGA HORÁRIA DO ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO

Art. 15 O(a) estagiário(a) que exerça e comprove exercício de atividade docente regular em sua área de formação e/ou área afim, poderá requerer a redução de até o máximo de 200 (duzentas) horas da carga horária total mínima a ser cumprida no Estágio Curricular Obrigatório (Resolução CNE/CP 02/2002; Art. 12 e seu parágrafo único da Resolução CONSEPE Nº 003/2005). A redução da carga horária dar-se-á da seguinte forma:

§ 1º O(a) estagiário(a) que comprovar experiência mínima de 12 (doze) meses de exercício do magistério no ensino fundamental (6º ao 9º ano), seja anterior, seja após seu ingresso no curso de Geografia, poderá requerer a redução da metade da carga horária mínima de estágio supervisionado nesse respectivo nível de ensino.

§ 2º O(a) estagiário(a) que comprovar experiência mínima de 12 (doze) meses de exercício do magistério no ensino médio, seja anterior, seja após seu ingresso no curso de Geografia, poderá requerer a redução da metade da carga horária mínima de estágio supervisionado, nesse respectivo nível de ensino.

Art. 16 Para requerer a redução da carga horária do Estágio Supervisionado em Geografia, o(a) estagiário(a) deverá encaminhar, no Protocolo Geral do Campus, a seguinte documentação:

I. Requerimento solicitando a redução da carga horária, de acordo com a sua experiência docente no ensino fundamental ou médio.

II. Comprovação oficial de tempo mínimo de serviço exigido na Resolução CONSEPE Nº 003/2005. Serão aceitos os seguintes documentos: carteira de trabalho, contratos de trabalhos, portarias de admissão e exoneração.

Art. 17 Caberá ao Colegiado, homologar a redução de carga horária do Estágio Curricular Obrigatório, a partir do processo devidamente instruído pelo(a) Coordenador(a) do Curso e parecer do(a) Professor(a) do respectivo estágio.

SESSÃO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art 18 O Estágio Obrigatório e Não-Obrigatório serão realizados mediante a celebração de Termo de Compromisso entre o(a) estagiário(a), a Unidade Concedente e a UFT tendo em vistas as ações preconizadas neste Regulamento e no Manual de Orientação sobre Estágios Obrigatórios e Não-Obrigatórios da UFT.

Art. 19 O(a) supervisor(a) de estágio, na Unidade Concedente, receberá, ao final das atividades do Estágio Supervisionado, declaração de co-orientação do Estágio.

Art. 20 Este Regulamento poderá ser alterado a qualquer tempo, para garantir o bom funcionamento do curso, bem como, atender as exigências constante das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica mediante a apresentação e a aprovação do Colegiado do Curso de Licenciatura em Geografia do Campus Araguaína da Universidade Federal do Tocantins.

Art. 21 Os casos omissos nesta regulamentação serão resolvidos pelo Colegiado de Geografia.

Art. 22 Este Regulamento entrará em vigor a partir da aprovação do novo Projeto Pedagógico de Curso (PPC).

ANEXO I



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS – UFT
CAMPUS ARAGUAÍNA
LICENCIATURA EM GEOGRAFIA**

Araguaína (TO), ____ de _____ de ____ .

Prezado (a) Diretor (a),

Encaminhamos a esta instituição de ensino, o(a) aluno(a) _____

afim

de concretizar suas atividades referentes à disciplina de Estágio _____

_____, previstas nos Projetos de Estágio e Pedagógico do Curso de Geografia, sob a orientação do(a) professor(a) _____.

Necessitamos, que ao final de cada participação do(a) estagiário(a), na sua escola, o (a) professor (a) e ou coordenador(a) pedagógico(a) ateste ciência da presença do(a) aluno(a), em 8 (oito) aulas, no Estágio Invetigativo I e no Estágio Investigativo II, respectivamente, e em 12(doze) aulas, no Estágio Supervisionado do Ensino Fundamental e no Estágio Supervisionado do Ensino Médio, respectivamente.

Lembramos que o(a) Supervisor(a) da Unidade Concedente receberá, no final das atividades do Estágio Supervisionado, declaração de co-orientação do Estágio.

Cordialmente,

Coordenador(a) do Curso de Licenciatura em Geografia/UFT

E-mail: geoarag@uft.edu.br Telefone: 2112.2220

ANEXO II



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS – UFT
CAMPUS ARAGUAÍNA
LICENCIATURA EM GEOGRAFIA**

DECLARAÇÃO

Declaramos, para os devidos fins de comprovação, que o(a) Professor(a) _____, lotado na unidade escolar _____, exerceu, durante o período de ____ / ____ /20____ a ____ / ____ /20____, a função de Supervisor(a) de estágio, realizado nesta unidade concedente.

Coordenador(a) do curso de Geografia

Professor (a) de Estágio

ANEXO III



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS ARAGUAÍNA
LICENCIATURA EM GEOGRAFIA
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE**

Eu, _____,
brasileiro(a), estado civil: _____,
aluno(a) regularmente matriculado(a) no curso de Licenciatura em Geografia da UFT, no _____
Período, *Campus* Araguaína, residente e domiciliado(a) _____

portador(a) da RG nº _____ e do CPF nº _____, pelo presente **termo de consentimento livre, autorizo**, sem qualquer ônus, o uso das informações produzidas por mim durante a realização do Estágio Obrigatório no curso de Licenciatura em Geografia, Campus Araguaína, da Universidade Federal do Tocantins, para fins de investigação dos(as) pesquisadores(as) vinculados(as) ao Centro Interdisciplinar de Memória dos Estágios Supervisionados (CIMES) das Licenciaturas, podendo ser divulgadas em eventos científicos, artigos científicos, projetos de extensão, produção de livros, jornais, programas de rádio e televisão, multimídia e meio virtual.

(☐) Com a citação do meu nome. (☐) Sem a citação do meu nome.
Araguaína, _____ de _____ de _____.

Ass.: _____

ANEXO IV

ROTEIRO PARA ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO CIENTÍFICO-ANALÍTICO- CRÍTICO DO ESTÁGIO OBRIGATÓRIO¹⁸

O(a) aluno(a) que cursa estágio obrigatório, deverá, ao final de cada processo de estágio, ou seja, do Estágio I ao Estágio Supervisionado no Ensino Médio, produzir e levantar fontes que possibilitem a produção do relatório. Afinal, o que é relatório científico? Autores como Santos (2004, p. 35) nos lembra que:

Relatar é basicamente contar o que se observou. É tipicamente o primeiro texto produzido após uma pesquisa de campo ou de laboratório, em que o pesquisador envolve-se diretamente com realidades. Embora seja mais complexo do que uma resenha, o relatório é descritivo por natureza. É claro que a confiabilidade e a validade dos relatórios de pesquisa dependem, em grande parte, do notório saber, da capacidade e do olho clínico do pesquisador.

As partes essenciais de um relatório científico são:

PARTE PRÉ-TEXTUAL

Capa (**obrigatório**)

Folha de rosto (**obrigatório**)

Listas (ilustrações, tabelas, abreviaturas e siglas, símbolos)(**opcional**)

Sumário (**obrigatório**)

PARTE TEXTUAL

INTRODUÇÃO – Apresentação da relevância do estágio curricular para a formação de professores(as) de Geografia. Delimitação do Estágio II(situar em que Colégio foi realizado (Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde/CNS); informar o ano de escolaridade e turma fora realizado; e em qual período temporal). Justificativa da escolha da escola; do ano e turma; referencial teórico-metodológico(situar os(as) autores(as) (revisão da literatura) que possibilitaram a realização do mesmo. Objetivos. Procedimentos adotados para realizar os Estágios (observações, pesquisa documental, etc.). Por fim, informar de forma breve como o relatório está organizado(em quantas partes, capítulos, e o que cada parte traz em termos de conteúdo).

DESENVOLVIMENTO - é a parte do trabalho em que se discutem os problemas apresentados na **introdução**, ou seja, é o “corpo do trabalho”. Para tanto, é necessário que seja dividido em partes ou capítulos, para ser analisada metodicamente. Consiste na parte mais extensa do relatório, pois contém, além da análise ou descrição dos fatos, toda a argumentação pertinente a eles.

CONCLUSÃO/CONSIDERAÇÕES FINAIS – consiste na síntese interpretativa dos argumentos ou dos elementos contidos no desenvolvimento, portanto, não admite nenhuma idéia, nenhum fato ou argumento novo.

PARTE PÓS-TEXTUAL

REFERÊNCIAS – corresponde à lista, em ordem alfabética, das fontes (documentos, artigos, livros, documentos eletrônicos, CD-ROM, vídeos etc.) empregadas (citadas diretamente e indiretamente ou apenas consultadas) pelo(a) estagiário(a) no processo de execução do estágio.

Anexos (são constituídos por tabelas, quadros, mapas e outros documentos que não foram elaborados pelo(a) autor(a) do relatório) ou **Apêndices** (são documentos cujo conteúdo foi elaborado pelo(a) próprio(a) autor(a) e que podem ser consultados para melhor compreensão do relatório, como, por exemplo: questionários, roteiros de entrevistas e de observação etc.).

Nos relatórios de Estágio Obrigatório o(a) acadêmico(a) terá obrigatoriamente que colocar como

¹⁸ Texto produzido por: Profa. Me. Fátima Maria de Lima . Revisão Técnica: Prof. Me. Daniel Vater de Almeida.

ANEXO VI

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DA GRADUAÇÃO
COORDENAÇÃO DE ESTÁGIOS
TERMO DE REALIZAÇÃO DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO**

Nome do Estagiário:**Matrícula:**

Declaro, para fins de comprovação junto a Universidade Federal do Tocantins, que o aluno acima indicado realizou seu Estágio Curricular no estabelecimento a seguir identificado, sob minha responsabilidade, tendo realizado as tarefas abaixo:

Unidade Concedente:**Endereço:****Telefone:****Tarefas realizadas pelo(a) estagiário(a):****Avaliação do desempenho:****Período de estágio:****Carga Horária:**

, de de

Assinatura e carimbo do Responsável

Universidade Federal do Tocantins
Av. NS 15, ALCNO 14, Bloco IV, 77020-120 - Palmas – TO
Tel/Fax: (63)3232-8032

ANEXO VII

**PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DA GRADUAÇÃO
COORDENAÇÃO DE ESTÁGIOS**

PLANO DE ATIVIDADES DE ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO

OBS: O Plano de Atividades de Estágio Curricular Obrigatório é essencial para a aprovação e assinatura do Estágio. É de responsabilidade do estagiário e deve ser anexado ao Termo de Compromisso, por meio de aditivo antes da início do estágio, e a medida que o desempenho do aluno for sendo avaliado – a cada 6 meses, ou 2 meses (quando a unidade concedente for do âmbito da Administração Pública Federal).

Empresa:

Setor / Departamento:

Horário do Estágio:

Supervisor:

E-mail:

Telefone:

Ramal:

Estagiário:

Nº de matrícula:

Curso:

Ano/Período:

Vigência do Estágio:

 Detalhamento das atividades a serem desenvolvidas no estágio:

Professor(a) de Estágio

Estagiário(a)

Supervisor(a) da Unidade Concedente

*Todos os campos devem ser preenchidos obrigatoriamente.

ATENÇÃO: Este documento é imprescindível para a autorização do Estágio e não deverá ser manuscrito.

Para os Cursos de MEDICINA, ENFERMAGEM, ENGENHARIA e DIREITO colocar assinaturas com número de Registro nos respectivos Órgãos Profissionais Regionais.

Universidade Federal do Tocantins

Av. NS 15, ALCNO 14, Bloco IV, 77020-120 - Palmas – TO - Tel/Fax: (63)3232-8032

ANEXO VIII

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DA GRADUAÇÃO
COORDENAÇÃO DE ESTÁGIOS

TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO N

Pelo presente instrumento particular, as partes a seguir nomeadas, de comum acordo, celebram entre si este Termo de Compromisso de Estágio Obrigatório.

ESTAGIÁRIO(A)

Nome:

R.G.

Matrícula:

Endereço Completo:

Bairro:

Cidade:

C.E.P.:

Telefone:

Celular:

E-mail:

Curso:

Ano/Período:

Turno:

IES: UFT

UNIDADE CONCEDENTE

Razão Social:

Nome Fantasia:

Ramo de Atividade:

Endereço Completo:

Bairro:

C.E.P.:

Cidade:

Estado:

Telefone:

Ramal:

E-mail:

C.N.P.J.:

Inscrição Estadual:

Representante Legal:

Cargo:

Supervisor do Estágio:

E-mail Supervisor do Estágio:

Cláusula 1ª – Este Termo de Compromisso de Estágio Obrigatório fundamenta-se na Lei 11.788/08, na Orientação Normativa nº 7, de 30/10/08 e no Convênio de Estágio Curricular celebrado entre a Universidade Federal do Tocantins e a Unidade Concedente acima identifica, tendo como objetivo a realização de estágio curricular obrigatório dos alunos da Universidade.

Cláusula 2ª – O Estágio aqui compromissado terá vigência de _____ a _____, as atividades desenvolvidas no setor / departamento _____, no horário das _____ às _____ e das _____ às _____, com um total máximo de _____ horas por semana. Este Termo poderá ser rescindido por qualquer uma das partes mediante aviso escrito com 10 dias de antecedência.

§ 1º. A jornada de atividades em estágio obrigatório não poderá ultrapassar o limite de 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais conforme inciso II, do art. 10º da Lei nº 11.788/2008 salvo, quando o estágio for relativo aos cursos que alternam teoria e prática, nos períodos em que não estão programadas aulas presenciais, podendo ter jornada de até 40

(quarenta) horas semanais conforme dispuser este Termo de Compromisso.

§ 2º. A jornada de atividades em estágio, a ser cumprida pelo (a) estudante, deverá compatibilizar com o seu horário de expediente das atividades escolares a ser cumprido na **CONCEDENTE**.

§ 3º. A duração do período de estágio observará o limite de um semestre, prorrogável por igual período, até o máximo de quatro semestres, se assim convier à **CONCEDENTE** e ao (à) **ESTAGIÁRIO (A)**. Exceto quando se tratar de estagiário portador de deficiência.

§ 4º. A carga horária do estágio será reduzida pelo menos à metade durante os períodos de avaliação.

Cláusula 3ª – O conteúdo técnico do estágio obedecerá às exigências acadêmicas do curso, conforme Art. 1º da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.

Parágrafo Único – O conteúdo técnico a ser desenvolvido pelo estagiário deverá ser compatível com sua área de formação e, explicitado no **Plano de Atividades do Estágio Curricular Obrigatório** anexo a este termo de compromisso, elaborado em acordo com as 3 (três) partes – UFT, Estagiário e Unidade Concedente.

Cláusula 4ª – A Instituição de Ensino indica () para Orientação do aluno e a Unidade Concedente indica () para Supervisor do estagiário, enquanto em atividades na Unidade Concedente.

Cláusula 5ª – O (A) aluno (a) que venha a participar do programa de estágio não terá, para quaisquer efeitos, vínculo empregatício de qualquer natureza com os partícipes, conforme determinam o art. 3º e o §1º do art.12 ambos da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, constituindo-se este Termo de Compromisso como comprovante exigível pela autoridade competente da inexistência de vínculo empregatício entre eles.

Cláusula 6ª - Fica a critério exclusivo da **CONCEDENTE** o pagamento de Auxílio-transporte no valor de R\$ () e / ou qualquer outra forma de contraprestação no valor de R\$ ().

§ 1º. Nos estágios com duração igual ou superior a 1 (um) ano, é garantido ao estagiário período de férias de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente durante as férias escolares, com a remuneração no valor da bolsa auxílio, se o estagiário receber bolsa ou outra forma de contraprestação.

§ 2º. Nos casos de estágio com duração inferior a 1 (um) ano, o período de férias mencionado será proporcional.

Cláusula 7ª – Será extinto o Termo de Compromisso e o (a) estudante consequentemente afastado (a) do estágio, quando ocorrer a exigência de atividades alheias à cláusula terceira, em seu parágrafo único, deste Termo, além das condições relacionadas abaixo:

- a) automaticamente, pelo término do compromisso;
- b) por abandono, caracterizado por ausência não justificada por três dias consecutivos ou cinco dias intercalados no período de um mês;
- c) conclusão ou interrupção do curso na **UFT**;
- d) a pedido do (a) **estagiário (a)**;
- e) comportamento funcional ou social incompatível com as normas éticas e administrativas das áreas de estágio da **concedente**;
- f) *ex-officio*, no interesse da **concedente**;
- g) comprovando-se a falta de aproveitamento no estágio, depois de decorrida a terça parte do tempo previsto para a sua duração;
- h) em atendimento a qualquer dispositivo de ordem legal ou regulamentar.

Parágrafo único: Na ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas nas alíneas “b”, “d”, “e”, “f” e “g”, a **CONCEDENTE** comunicará o fato à **UFT**, no prazo máximo de quinze dias.

Cláusula 8ª – Cabe à **UFT**:

- a) estabelecer normas e orientar o estágio quanto ao aspecto didático-pedagógico;
- b) informar à **CONCEDENTE**, por escrito, qualquer irregularidade que venha a ocorrer na situação escolar do (a) estudante e que o impossibilite de prosseguir o estágio;
- c) indicar **PROFESSOR** para orientar e supervisionar o estágio, acompanhando e avaliando o seu desenvolvimento em todas as etapas mediante instrumentos e critérios pré-estabelecidos pelo **Plano de Atividades do Estágio Curricular Obrigatório**;
- d) exigir do (a) estudante a apresentação periódica, em prazo não superior a 6 (seis) meses, de **Relatório de Atividades de Estágio Obrigatório**;
- e) exigir do (a) estudante a apresentação periódica, em prazo não superior a 2 (dois) meses, se a Unidade Concedente for Instituição no âmbito da Administração Pública Federal, autárquica e fundacional, de **Relatório de Atividades de Estágio Obrigatório**;
- f) comunicar à parte concedente do estágio, no início do período letivo, as datas de realização de avaliações escolares e acadêmicas.

Cláusula 9ª – Cabe à **Unidade Concedente**:

proporcionar ao estagiário atividades de aprendizagem profissional e vivência no ambiente social e cultural compatível com a profissão e a formação acadêmica;

subsidiar a Instituição de Ensino com informações que propiciem o aprimoramento do sistema acadêmico e do próprio estágio;

comunicar a Instituição de Ensino em caso de prorrogação ou rescisão deste Termo de Compromisso ou, também, em caso de efetivação do estudante;

zelar pelo cumprimento das normas do presente documento;

ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao educando atividades de aprendizagem social, profissional e cultural;

indicar funcionário do seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiários simultaneamente;

entregar **Ficha de Avaliação do Estagiário pelo Supervisor** com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho, quando do término do estágio;

enviar à Instituição de Ensino, com periodicidade mínima de 6 (seis) meses, a **Ficha de Avaliação do Estagiário pelo Supervisor** com vista obrigatória ao estagiário;

encaminhar à Instituição de Ensino o **Termo de Realização de Estágio** com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e a avaliação do desempenho por ocasião do desligamento do estagiário;

manter em arquivo e a disposição da fiscalização os documentos firmados que comprovem a relação de estágio.

Cláusula 10ª – Cabe ao Estagiário:

cumprir a programação de estágio estabelecida;

obedecer as normas internas da Unidade Concedente;

resguardar o sigilo quanto às informações a que tenha acesso, em razão do desenvolvimento de suas atividades de estágio;

comunicar à Unidade Concedente e/ou à Instituição de Ensino, conclusão, interrupção ou modificação deste Termo de Compromisso, bem como fatos de interesse ao andamento do estágio;

informar de imediato e por escrito à Unidade Concedente qualquer fato que interrompa, suspenda ou cancele sua matrícula na Instituição de Ensino interveniente, arcando com quaisquer ônus pela ausência dessa informação;

responder pelo ressarcimento de danos causados por seu ato doloso ou culposos a qualquer equipamento instalado nas dependências da Unidade Concedente durante o cumprimento do estágio, bem como por danos morais e materiais causados a terceiros;

apresentar **Relatórios de Atividades de Estágio Obrigatório** sobre seu estágio, na forma e padrões estabelecidos pela Coordenação de Estágios da PROGRAD, no prazo não superior a 6 (seis) meses, ou 2 (dois) meses, se a Unidade Concedente for do âmbito da administração pública federal, autárquica e funcional;

atualizar, impreterivelmente, seu endereço eletrônico e demais dados cadastrais junto à Central de Estágio de seu Campus, para efeito de acompanhamento do estágio.

Parágrafo Único – O não cumprimento do disposto na alínea “g” desta cláusula, enquanto obrigação acadêmica e no prazo estabelecido, implicará no cancelamento deste Termo de Compromisso de Estágio.

Cláusula 11ª – Na vigência do presente Termo, o estagiário estará coberto contra acidentes pessoais através da Apólice da _____, sem ônus para este.

Parágrafo Único: A contratação do seguro contra acidentes pessoais é de responsabilidade da Unidade Concedente, podendo ser alternativamente assumida pela UFT apenas e tão somente nos casos em que a concedente se recusar a fornecê-lo, de acordo com o Art. 9º, parágrafo único, da Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008.

Cláusula 12ª – Fica eleito o foro da Comarca _____, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas que se originar deste Termo de Compromisso e que não possam ser solucionadas amigavelmente.

E, por estarem inteiramente de acordo com as cláusulas aqui apresentadas, firmam este Termo de Compromisso de Estágio Curricular Obrigatório em 3 (três) vias de igual teor e forma, para os mesmos efeitos.

Palmas – TO, _____ de _____ de 2009.

INSTITUIÇÃO DE ENSINO

1ª TESTEMUNHA

UNIDADE CONCEDENTE

2ª TESTEMUNHA

ESTAGIÁRIO(A)

ANEXO IX



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DA GRADUAÇÃO
COORDENAÇÃO DE ESTÁGIOS

TERMO ADITIVO AO COMPROMISSO DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO

Pelo presente instrumento particular, decidem as partes Aditar o Termo de Compromisso de Estágio Obrigatório celebrado em / / , no qual figuram, como **CONCEDENTE** e, como **ESTAGIÁRIO (A)** , aluno (a) regularmente matriculado(a) no Curso de da UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS, todos devidamente qualificados no instrumento ora aditado, em observância à Lei n.º 11.788/2008, nos seguintes termos:

I - PRAZO

I.1 - Fica prorrogada a vigência do Termo de Compromisso de Estágio Obrigatório retro mencionado, passando o mesmo a vigorar até de de , respeitando o limite máximo de 2 (dois) anos, previsto na Lei nº 11.788/2008.

II - NATUREZA JURÍDICA

II.1 - O presente compromisso não gera vínculo empregatício.

III - DO HORÁRIO DO ESTÁGIO

III.1 - O horário do estágio será das h às h, de segunda à sexta-feira, podendo ser alterado em razão do horário das aulas, de provas e de outros trabalhos didáticos.

III.2 - A jornada de atividades em estágio obrigatório não poderá ultrapassar o limite de 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais conforme inciso II, do art. 10º da Lei nº 11.788/2008 salvo, quando o estágio for relativo aos cursos que alternam teoria e prática, nos períodos em que não estão programadas aulas presenciais, podendo ter jornada de até 40 (quarenta) horas semanais conforme dispuser este Termo de Compromisso.

III.3 - A carga horária do estágio será reduzida pelo menos à metade durante os períodos de avaliação.

IV – DO RECESSO

IV.1 - Nos estágios com duração igual ou superior a 1 (um) ano, é garantido ao estagiário período de férias de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente durante as férias escolares, com a remuneração no valor da bolsa auxílio, se o estagiário receber bolsa ou outra forma de contraprestação.

IV.2 - Nos casos de estágio com duração inferior a 1 (um) ano, o período de férias mencionado será proporcional.

V - DA CONTRAPRESTAÇÃO

V.1 – Fica a critério exclusivo da CONCEDENTE o pagamento de Auxílio-transporte no valor de R\$ () ou qualquer outra forma de contraprestação no valor de R\$ ().

V.2 – Na vigência do presente termo, o estagiário estará coberto contra acidentes pessoais através da Apólice nº , da , sem ônus para este.

VI - DAS OBRIGAÇÕES DA CONCEDENTE

VI.1 - A **CONCEDENTE** obriga-se a ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao estagiário atividades de aprendizagem social, profissional e cultural.

VI.2 - A **CONCEDENTE** designará , membro do seu quadro pessoal para ser supervisor interno do estagiário, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiários simultaneamente, nos termos do art. 9º, III, da Lei nº 11.788/2008. incumbindo-lhe a elaboração de programa compatível para tal fim e o acompanhamento das atividades do estagiário.

VI.3 - A **CONCEDENTE** obriga-se ao final do estágio, a entregar termo de realização do estágio com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho.

VI.4 - A **CONCEDENTE** obriga-se a enviar à Central de Estágios do Campus da UFT, com periodicidade mínima de 6 (seis) meses, Ficha de Avaliação do Estágio pelo Supervisor da Unidade Concedente, com vista obrigatória ao estagiário, juntamente com o Relatório de Atividades desenvolvidas pelo Estagiário.

VI. 5. – A contratação do seguro contra acidente pessoais é de responsabilidade da CONCEDENTE podendo ser alternativamente assumida pela UFT apenas e tão somente nos casos em que a concedente se recusar a fornecê-lo, de acordo com o Art. 9º, parágrafo único, da Lei 11. 788/08.

VII - DA OBRIGAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

VII.1 - A UFT, designará _____ como Supervisor na UFT, da área a ser desenvolvida no estágio, como responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do estagiário.

VIII - DAS OBRIGAÇÕES DO(A) ESTAGIÁRIO(A)

VIII.1 - O(A) **ESTAGIÁRIO(A)** se obriga a cumprir fielmente a programação do estágio.

VIII.2 - Obriga-se o **ESTAGIÁRIO(A)** , também, a cumprir as normas internas da **CONCEDENTE**, e, em especial, respeitando àquelas pertinentes à ética profissional.

VIII.3 – O (A) **ESTAGIÁRIO(A)** deverá comunicar de imediato, e por escrito, à **CONCEDENTE** qualquer fato que interrompa, suspenda ou cancele sua matrícula na Instituição de Ensino supra mencionada, ficando responsável por quaisquer despesas ou danos causados pela falta dessa comunicação.

VIII - ATIVIDADES DE ESTÁGIO

VIII.1 - As atividades do estágio consistirão em:

IX - DA RESCISÃO

IX.1 - A inobservância, das cláusulas e condições convencionadas no presente Termo, facultará a rescisão do contrato por qualquer das partes , mediante simples notificação, que produzirá efeitos de imediato.

E por estarem de acordo com os termos deste, as partes o assinam em 3 (três) vias de igual teor, na presença de 2 (duas) testemunhas, abaixo identificadas, para os fins e efeitos de direito.

_____, de _____ de _____.

Unidade Concedente

Instituição de Ensino – Diretor do Campus

Estagiário(a)

Professor(a)-orientador(a)

TESTEMUNHAS:

Nome: CPF:

Nome: CPF:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS ARAGUAÍNA
LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

REGULAMENTO DO COLEGIADO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO(TCC) – CLG Nº 002/2009

Dispõe sobre o Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), do Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal do Tocantins – Campus Araguaína.

O Colegiado do Curso de Licenciatura em Geografia do *Campus Araguaína* da Universidade Federal do Tocantins - UFT, reunido em sessão do dia 10 de novembro de 2009 resolve:

Art. 1º. Regulamentar e Normatizar a organização do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

SESSÃO I
DA DEFINIÇÃO

Art. 2º. O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) consiste num trabalho monográfico e individual sobre uma temática na área de formação que envolva a Geografia, sobretudo o ensino de Geografia. As temáticas para as orientações são correspondentes, preferencialmente, às linhas de pesquisas do curso.

Parágrafo Único - As linhas de pesquisa do curso de Licenciatura em Geografia encontram-se definidas no Projeto Pedagógico do Curso (PPC), a saber: Ensino de Geografia; Estudos Urbanos e Agrários; Estudos Sócio-ambientais; Desenvolvimento Regional e Turismo; Geografia: Educação, Cidadania e Direitos Humanos; Estado, Sociedade, Educação e Cultura; Epistemologia da Geografia e Geografia e Movimentos Sociais. Todas as linhas de pesquisa deverão articular-se com o ensino de Geografia na educação básica.

Art. 3º. O Trabalho de Conclusão de Curso está organizado em dois componentes curriculares denominados:

I - Metodologia de Projetos Científicos em Geografia e;

II - Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Art. 4º. Na disciplina de Metodologia de Projetos Científicos em Geografia, o(a) aluno(a) elaborará seu projeto de pesquisa de acordo com as orientações dadas pelo(a) professor(a) deste componente curricular, em consonância com a linha de pesquisa do(a) seu/sua orientador(a).

§1º A estrutura formal do projeto de pesquisa seguirá os critérios técnicos estabelecidos nas normas da ABNT vigentes no momento de sua elaboração, levando-se em consideração o Manual para Elaboração e Normalização de Trabalho Científico/Biblioteca.

§2º A aprovação do componente curricular de Metodologia de Projetos Científicos em Geografia, dar-se-á mediante avaliação deste(a) professor(a).

§3º A aprovação do referido componente curricular é pré-requisito para cursar o TCC e dar-se-á mediante a elaboração do projeto em conformidade com as normas da ABNT, contendo seus elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais.

§ 4º As pesquisas que envolvam atividades relacionadas com seres humanos deverão observar o que dispõe a Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde.

Art. 5º. O Trabalho de Conclusão de Curso constituir-se-á num texto dissertativo, resultado do projeto de pesquisa elaborado no componente curricular denominado Metodologia de Projetos Científicos em Geografia, e que terá, como exigência, o mínimo de vinte laudas, formatado de acordo com as normalizações da ABNT, vigentes no momento de elaboração deste e do Manual para Elaboração e Normalização de Trabalhos Científicos/Biblioteca de Araguaína, contendo seus elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais.

Parágrafo Único - Pequenas mudanças que não comprometam a elaboração do TCC, serão permitidas a qualquer tempo, em concordância com o(a) orientador(a) e atendendo aos

prazos estabelecidos para a conclusão do mesmo.

Art. 6º. A aprovação no componente curricular intitulado TCC é requisito indispensável para a integralização curricular do Curso.

SESSÃO II DA MATRÍCULA

Art. 7º. O componente curricular denominado Metodologia de Projetos Científicos em Geografia, possui como pré-requisito a disciplina intitulada Metodologia da Pesquisa.

Art. 8º O Trabalho de Conclusão de Curso possui como pré-requisito todas as disciplinas do curso, exceto as do oitavo período.

Art. 9º As solicitações de matrícula no componente curricular TCC, aplicam-se aos(às) alunos(as) que atendam aos pré-requisitos estabelecidos nos Art. 7º e 8º deste regulamento e serão deferidas ou indeferidas pelas coordenações de curso e TCC, considerando a capacidade de atendimento da demanda.

§ 1º O indeferimento de matrícula ocorrerá nas seguintes situações:

- a) Ausência de vagas;
- b) Falta de pré-requisitos;
- c) Choque de horários;
- d) A duplicidade de matrícula.

Art. 10. A capacidade de atendimento da demanda do curso é dada pelo número máximo de alunos(a) que serão orientados(as) pelos(a) professores(a) efetivos(a), na seguinte proporção:

I – O mínimo de três alunos(as) por professor(a), para o componente curricular Metodologia de Projetos Científicos em Geografia;

II - O mínimo de três alunos(as) por professor(a) para o Trabalho de Conclusão de Curso.

Parágrafo Único – Casos excepcionais serão encaminhados pelo(a) coordenador(a) de TCC, para este Colegiado apreciar e deliberar.

Art. 11. Caso a solicitação de matrículas supere a capacidade de atendimento do curso, a seguinte ordem de prioridade para matricular-se em TCC, será utilizada:

- I - Aluno(a) periodizado(a) na disciplina;
- II - Aluno(a) jubilando;
- III – Aluno(a) possível formando(a);
- IV-Aluno(a) reprovado(a) por nota no componente curricular, no período imediatamente anterior ao que se está realizando a matrícula;
- V-Aluno(a) reprovado(a) por frequência no componente curricular, no período imediatamente anterior ao que se está realizando a matrícula;
- VI – Critério de Antiguidade;
- VII – Coeficiente de Rendimento (CR).

SESSÃO III

DO (A) ORIENTADOR(A)

Art. 12. Todos(as) os(as) professores(as) do Curso de Licenciatura em Geografia devem aceitar a tarefa de orientar alunos(as) regularmente matriculados(as) nos componentes curriculares, Metodologia de Projetos Científicos em Geografia e Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), considerando que o mesmo esteja relacionado com as linhas de pesquisa do curso (Anexo II).

Parágrafo Único - É facultado ao(à) professor(a), recusar a orientação, se possuir número de orientandos(as) superior a seis.

Art. 13. Os(as) professores(as) substitutos(as) que tenham a titulação mínima de especialista, poderão orientar alunos(as), desde que os prazos de contrato dos(as) mesmos(as) não interfiram na conclusão das orientações.

Art. 14. Os(as) professores(as) efetivos(as) do *Campus* Araguaína, lotados noutros cursos de áreas afins, em especial, das licenciaturas, poderão orientar TCC's no Curso de Geografia, desde que cumpra e faça cumprir este Regulamento.

Art. 15. O(a) professor(a) orientador(a) possui os seguintes deveres:

- I – Frequentar as reuniões convocadas pelo(a) Coordenador(a) de TCC;
- II – Iniciar a orientação quando o(a) aluno(a) estiver cursando os componentes curriculares Metodologia de Projetos Científicos em Geografia e Trabalho de Conclusão de Curso (TCC);

- III – Estabelecer com o(a) orientando(a), o plano de estudos, o respectivo cronograma, de acordo com os prazos regimentais do semestre acadêmico, além dos locais e horários de atendimento;
- IV – Requerer, ao(à) Coordenador(a) de TCC, a inclusão dos trabalhos na pauta semestral de defesas, informando os nomes dos(as) professores(as) examinadores(as), com antecedência mínima de trinta dias antes do final do período letivo;
- V – Decidir conjuntamente com seu/sua orientando(a), a composição da banca examinadora do TCC;
- VI – Assinar em conjunto com os(as) demais membros da banca examinadora, a ata final da sessão de defesa.

Art. 16. A substituição de orientador(a) será permitida quando outro(a) docente assumir formalmente a orientação, mediante ciência expressa do(a) professor(a) substituído(a) e aquiescência do(a) Coordenador(a) de TCC, procedendo da seguinte forma:

- I – O requerimento de substituição de orientador(a) será justificado por escrito e entregue ao(à) Coordenador(a) de TCC;
- II – A substituição do(a) orientador(a) poderá ocorrer até 30 (trinta) dias contados do início do semestre letivo;
- III – É da competência do(a) Coordenador(a) de TCC a solução de casos especiais, podendo ele(a), se entender necessário, encaminhá-los para decisão do Colegiado.

Art. 17. A responsabilidade pela elaboração do Projeto e do TCC é integralmente do(a) aluno(a), o que não exime o(a) professor(a) orientador(a), de desempenhar, dentro das normas definidas neste regulamento, as atribuições decorrentes da sua atividade de orientação.

Art. 18. O(a) professor(a) orientador(a) tem o direito de declinar do seu dever de orientação para com o(a) orientando(a) que não mantiver contato por trinta dias consecutivos, observado o cronograma proposto pela Coordenação de TCC e demais prazos estipulados neste regulamento.

Parágrafo Único – Cumprir e fazer cumprir este regulamento.

SESSÃO IV

DO(A) ORIENTANDO(A)

Art. 19. Considera-se orientando(a), o(a) aluno(a) regularmente matriculado(a) nos componentes curriculares de Metodologia de Projetos Científicos em Geografia e Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Art. 20. O(a) aluno(a) orientando(a) possui os seguintes deveres:

I – Definir formalmente seu/sua professor(a) orientador(a), durante o período de ajuste de matrícula, conforme o calendário acadêmico da UFT. Para tanto, deve colher a assinatura do(a) mesmo(a) no formulário de solicitação de matrícula (ANEXO I);

II – Solicitar por escrito, a substituição de orientação junto ao Colegiado, acompanhada com parecer do(a) ex-orientador(a) e do(a) futuro(a) orientador(a), no prazo de até trinta dias, após o início do semestre letivo;

III – Frequentar as reuniões de trabalho convocadas pelo(a) Coordenador(a) de TCC e/ou pelo(a) seu/sua orientador(a);

IV – Manter contatos periódicos com o(a) professor(a) orientador(a) para discussão e aprimoramento de sua pesquisa, de acordo com horário previamente fixado, devendo ficar atento aos critérios de frequência definidos no regimento acadêmico e justificando eventuais faltas que serão acatadas ou não pelo(a) orientador(a);

V – Cumprir o calendário divulgado pelo(a) docente de Metodologia de Projetos Científicos em Geografia e Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), conforme sua matrícula nas respectivas disciplinas;

VI – Entregar a versão final do TCC, em duas vias, sendo uma destinada ao(à) orientador(a) e outra para o (a) membro convidado(a) para a banca examinadora;

VII – Comparecer à defesa, de posse de uma via da versão final de seu TCC;

VIII – Encaminhar, com a maior brevidade possível, as cópias do TCC para o(a) membro da banca examinadora e seu/sua orientador(a), com pelo menos dez dias de antecedência da defesa pública;

IX – Reelaborar a versão final de seu TCC, de acordo com o presente regulamento, e às normas da ABNT vigentes no momento de sua realização, levando-se em consideração o Manual para Elaboração e Normalização de Trabalho Científico/Biblioteca, além das sugestões da banca examinadora;

X – Entregar à secretária do curso, dentro do prazo de quinze dias após a defesa, três cópias da versão final do TCC, a saber:

a) uma via impressa e devidamente encadernada em capa dura (brochura) de cor verde, que será encaminhada à Biblioteca pelo(a) Coordenador(a) de TCC;

b) duas cópias em CD, na extensão PDF, sendo uma para seu/sua orientador(a) e outra para o(a) membro da banca examinadora

XI – Comparecer em dia, hora e local determinados para apresentar e defender o TCC;

XII – Cumprir e fazer cumprir este Regulamento.

SESSÃO V

DO(A) COORDENADOR(A) DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 21. O(a) Coordenador(a) de TCC definir-se-á no momento da distribuição dos componentes curriculares pelo Colegiado de curso.

§1º. O(a) Coordenador(a) de TCC terá o mandato de 1 (um) ano, podendo ser reconduzido por igual período e deverá pertencer ao quadro de professores(as) efetivos(as) do curso.

§2º. O(a) Professor(a) que for eleito(a) para a coordenação de TCC assumirá o componente curricular Metodologia de Projetos Científicos em Geografia.

Art.22. Ao(à) Coordenador(a) de TCC compete:

I – Elaborar e divulgar em murais e junto ao Colegiado do Curso, bimestralmente, o calendário de todas as atividades relativas ao Projeto e ao TCC, em especial o cronograma das defesas e o recebimento das versões finais dos trabalhos;

II – Promover reuniões com os(as) alunos(as) matriculados(as) no componente curricular Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), dando ciência das atividades que serão desenvolvidas, bem como, apresentação do cronograma de trabalho;

III – Indicar professores(as) orientadores(as) para os(as) alunos(as) que não os(as) têm;

IV – Publicar editais respeitando os prazos deste Regulamento e do Calendário Acadêmico da UFT, fazendo constar a data, hora e local onde realizar-se-á a defesa do TCC, bem como, os nomes dos(as) componentes da banca examinadora;

V – Manter planilha atualizada com os dados de identificação de todos(as) os(as) alunos(as) em fase de elaboração de TCC, além dos respectivos títulos dos trabalhos e os devidos nomes dos(as) professores(as) orientadores(as) e atividades desenvolvidas;

VI – Receber dos(as) orientadores(as), as atas e respectivas notas de avaliação, decorrentes das

defesas públicas dos trabalhos;

VII – Receber junto a Secretaria do curso, a cópia encadernada definitiva dos TCC's aprovados, bem como suas versões em CD;

VIII – Encaminhar à Secretaria Acadêmica, as respectivas atas de defesa dos Trabalhos de Conclusão de Curso;

IX – Encaminhar semestralmente à biblioteca as versões definitivas dos TCC's ;

X – Divulgar, apresentar e publicar, no início de cada semestre letivo, as temáticas dos TCC's e seus respectivos(as) orientadores(as), junto ao Colegiado e a comunidade acadêmica do curso de Geografia.

XI – Executar, no âmbito de sua competência, todas as demais medidas necessárias ao efetivo cumprimento deste Regulamento.

SESSÃO VI

DO PROJETO E DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

Art. 23. No componente curricular de Metodologia de Projetos Científicos em Geografia, o(a) aluno(a) elaborará seu/sua projeto, em conformidade com a linha de pesquisa do(a) professor(a) orientador(a).

Art. 24. A estrutura formal do projeto de pesquisa deve seguir os critérios técnicos estabelecidos nas normas da ABNT vigentes no momento da elaboração do mesmo, levando-se em consideração o Manual para Elaboração e Normalização de Trabalhos Científicos/Biblioteca, no correspondente às partes pré-textuais, textuais e pós-textuais conforme especificações abaixo:

I - Elementos pré-textuais (até 1,5 pontos)

- a) Capa (obrigatório)
- b) Lombada (opcional)
- c) Folha de rosto (obrigatório)
- d) Listas (figuras, tabelas, quadros, gráficos, símbolos, siglas e abreviaturas) (opcional)
- e) Sumário (obrigatório)

II - Elementos textuais (até 7,0 pontos)

- Introdução (Justificativa, Definição e delimitação do problema, Revisão da literatura/fundamentação teórica, Objetivos e/ou hipóteses) (obrigatório);
- Metodologia (tipo de pesquisa, população e amostra, coleta de dados, análise dos dados); (obrigatório)
- Cronograma (obrigatório)

III - Elementos pós-textuais (até 1,5, pontos)

- Referências (obrigatório)
- Glossário (opcional)
- Apêndice(s) (opcional)
- Anexo(s) (opcional)
- Índice(s) (opcional)

Parágrafo Único - Cabe ao(a) professor(a) do componente curricular Metodologia de Projetos Científicos em Geografia, atribuir nota ao(à) aluno(a), levando-se em consideração os critérios de avaliação supracitados.

Art. 25. O Trabalho de Conclusão de Curso deve constituir-se num texto dissertativo, resultado do trabalho de investigação desenvolvido no componente curricular de Metodologia de Projetos Científicos em Geografia, e que apresente, como exigência mínima, 20 laudas, em conformidade com as normalizações da ABNT e o Manual para Elaboração e Normalização de Trabalhos Científicos/Biblioteca de Araguaína, contendo seus elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais.

I – Áreas de Ciências Humanas e Sociais – Introdução, Desenvolvimento e Conclusão/Considerações finais (IDC);

II – Áreas de Ciências Naturais e Tecnológicas – Introdução, Revisão da Literatura, Material(is) e Métodos, Resultados, Discussão e Conclusão (IRMRDC).

§1º. - Independente da área (IDC) e o (IRMRDC), o TCC deve fazer uma interface com o ensino de Geografia em seu níveis fundamental (6º ao 9º ano) e médio, uma vez que pertencemos a uma licenciatura.

§2º. Será considerado aprovado, o TCC que obtiver a média aritmética igual ou superior a 7,0 (sete), proferida pelos(as) componentes da banca examinadora. No caso de média igual

ou superior a 4,0 (quatro) e inferior a 7,0 (sete) o(a) aluno(a) terá prazo de dez dias para refazer o TCC seguindo as orientações sugeridas pela banca examinadora.

§3º. Para lograr aprovação, o(a) acadêmico(a) terá que obter média aritmética entre a média anterior e a nota do trabalho revisado, igual ou superior a 5,0 (cinco) pontos.

Art. 26. No processo de avaliação do TCC pela Banca examinadora levar-se-á em consideração os seguintes critérios:

I – quanto ao trabalho escrito (até 5,0 pontos):

- a) aspecto formal conforme as normas da ABNT vigentes no período de elaboração do TCC e Manual para Elaboração e Normalização de Trabalhos Científicos/ Biblioteca, até 1,0 ponto;
- b) redação clara e correção gramatical, até 0,5 pontos;
- c) redação estruturada e organizada de maneira lógica das partes, até 1,0 ponto;
- d) delimitação do tema, até 0,5 pontos;
- e) relação da metodologia com o tema, até 0,5 pontos;
- f) relação adequada entre a referência bibliográfica e o tema, até 0,5 pontos;
- g) mediações do tema como o ensino de Geografia na educação básica, até 1,0 ponto.

II – quanto à apresentação(até 5,0 pontos):

- clareza e linguagem na apresentação, até 2,5 pontos;
- consistência das respostas, até 2,0 pontos;
- postura perante a banca, até 0,5 pontos.

SESSÃO VII

DA BANCA EXAMINADORA E

DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 27. O Trabalho de Conclusão de Curso é defendido pelo(a) discente, perante banca examinadora composta pelo(a) professor(a) orientador(a), que a preside, acompanhado (a) de um(a)

componente com qualificação adequada para o julgamento do trabalho.

I - Os(as) professores(as) efetivos(as) do Campus da UFT/Araguaína lotados(as) noutros cursos em áreas afins, em especial, das licenciaturas poderão participar como membros das bancas de TCC's no Curso de Licenciatura em Geografia, desde que cumpra e faça cumprir esta Resolução;

II – Professores de outras Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), e de outras Instituições de Ensino Superior (IES), de áreas afins, em especial, das licenciaturas, poderão participar como membros das bancas de TCC's, no Curso de Geografia, desde que cumpra e faça cumprir esta Resolução;

III – A banca é soberana para tomar qualquer decisão e dirimir qualquer conflito existente durante a realização da mesma.

Art. 28. - As sessões de defesa dos Trabalhos de Conclusão de Curso são públicas.

Parágrafo Único – Não é permitido (às) aos membros das bancas examinadoras, tornarem públicos os conteúdos dos Trabalhos de Conclusão de Curso antes de suas defesas.

Art. 29. - Na defesa, o(a) aluno(a) disporá de 20 (vinte) minutos para apresentar seu trabalho, e cada componente da banca examinadora terá 10 (dez) minutos para fazer sua arguição, dispondo ainda o(a) acadêmico(a) de igual tempo para responder a cada um(a) dos(as) examinadores(as).

Parágrafo Único – Faculta-se ao público a participação na arguição, dispondo o(a) discente, de igual tempo para respostas.

Art. 30 A atribuição de notas dar-se-á após o encerramento da etapa de argüição, obedecendo o sistema de notas individuais por examinador(a), levando-se em consideração o texto escrito, o parecer do(a) orientador(a), a sua exposição oral e a defesa na arguição pela banca examinadora.

§1º. - A nota do(a) acadêmico(a) é o resultado da média aritmética das notas atribuídas pelos(a) componentes da banca examinadora.

§2º. Será considerado aprovado, o(a) acadêmico(a) que obtiver a média aritmética igual ou superior a 7,0 (sete), proferida pelos(as) componentes da banca examinadora. No caso de média igual ou superior a 4,0 (quatro) e inferior a 7,0 (sete) o(a) aluno(a) terá prazo de dez dias para refazer o TCC seguindo as orientações sugeridas pela banca examinadora.

§3º. Para lograr aprovação, o(a) acadêmico(a) terá que obter média aritmética entre a média anterior e a nota do trabalho revisado, igual ou superior a 5,0 (cinco) pontos.

Art. 31. A banca examinadora, após a defesa oral, pode sugerir ao(à) aluno(a) que reformule aspectos de seu TCC.

ART. 32. a AVALIAÇÃO FINAL, ASSINADA PELOS(AS) MEMBROS DA BANCA EXAMINADORA, DEVE SER REGISTRADA EM ATA PRÓPRIA (ATA DE DEFESA DE TCC) AO FINAL DA SESSÃO.

Art. 33. Se reprovado(a), fica a critério do(a) discente, manter o mesmo tema de TCC, bem como, o(a) mesmo(a) orientador(a).

§1º. Optando pela mudança de tema, o(a) acadêmico(a) deverá elaborar novo projeto, submetendo-o à aprovação do(a) orientador(a).

SESSÃO VIII

DA ENTREGA DA VERSÃO DEFINITIVA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 34. A versão definitiva, impressa e encadernada, será encaminhada ao(à) orientador(a), que avaliará se as modificações foram realizadas. Emitido parecer favorável, assinará a mesma, em sua folha de rosto, e protocolará junto à secretaria de curso que remeterá ao(à) coordenador(a) de TCC.

Art. 35. Para a conclusão da disciplina TCC, o(a) aluno(a) deverá atender as recomendações apresentadas pela banca examinadora, entregando a versão definitiva, bem como, as cópias, em até dez dias antes da publicação das notas finais, de acordo com o Calendário Acadêmico da UFT.

SESSÃO IX

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 36. Os(as) professores(as) participantes das bancas examinadoras receberão Certidão de Participação em Banca de TCC, expedida pela Coordenador(a) do TCC.

Art. 37. O(a) professor(a) coordenador(a) de TCC receberá a CERTIDÃO DE ATIVIDADES DE COORDENAÇÃO DE TCC, para efeito de comprovar a sua atividade profissional, podendo ser considerada como outras *atividades peculiares da área* nos mecanismos de avaliação internos da Instituição.

Art. 38. Este Regulamento poderá ser alterado a qualquer tempo por este Colegiado, para garantir o bom funcionamento do curso, bem como, atender às exigências constantes nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores(as) da Educação Básica.

Art. 39. O presente Regulamento entra em vigor a partir de sua aprovação pelo Colegiado de Licenciatura em Geografia, revogando-se as disposições em contrário.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ARAGUAÍNA
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

Formulário de Solicitação de Matrícula: Trabalho de Conclusão de Curso

Aluno(a): _____	Para uso Exclusivo da Coordenação
Matrícula Nº _____ Turno: () M () N	Parecer:
Metodologia de Projetos Científicos em Geografia: () Assinatura do(a) Orientador(a): _____	() Deferido () Indeferido () S/V () CH () PR () M/A
Trabalho de Conclusão de Curso TCC: () Assinatura do(a) orientador(a): _____	() Deferido () Indeferido () S/V () CH () PR () M/A
	Legenda: (S/V) sem vaga – (CH) Choque de Horários – (PR) Sem Pré-requisito – (M/A) Matriculado(a) ou Aprovado(a)

Assinatura do(a) Aluno(a): _____ Data: ____/____/____



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS ARAGUAÍNA
LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

Linhas de Pesquisa do Curso

1. - Ensino de Geografia;
2. - Estudos Urbanos e Agrários;
3. - Estudos Sócio-ambientais;
4. - Desenvolvimento Regional e Turismo;
5. - Geografia: Educação, Cidadania e Direitos Humanos;
6. - Estado, Sociedade, Educação e Cultura;
7. - Epistemologia da Geografia;
8. - Geografia e Movimentos Sociais.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO**

ATA DE DEFESA DE TCC

Ao(s) ____ dia(s) do mês de _____ de _____, realizou-se a Defesa de TCC – Trabalho de Conclusão de Curso, do aluno(a) _____, do Curso de _____, do Campus _____, intitulado _____, realizada sob a orientação do(a) Professor(a) orientador(a) e tendo como banca avaliadora, os(as) professores(as) abaixo relacionados(as).

Atribuíram a média final _____ (_____) pelo trabalho, tendo sido considerado(a) APROVADO(A). Nada mais tendo a constar, assinam esta Ata o(a) professor(a) orientador(a) e os demais componentes da banca.

Professor(a) Orientador(a)

Professor(a) Avaliador(a) 1



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ARAGUAÍNA
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

**CERTIDÃO DE ATIVIDADES DE ENSINO NA MODALIDADE DE
ORIENTAÇÃO/AVALIAÇÃO DE TCC**

O(a) Coordenador(a) de TCC da Licenciatura em Geografia, da Fundação Universidade Federal do Tocantins, Campus Araguaína, no uso de suas atribuições legais, certifica que o(a) professor(a) _____ no exercício do semestre _____ orientou e avaliou trabalhos de Conclusão de Curso – TCC, conforme tabela descritiva abaixo:

Seq.	Nome	Título	Banca
V.			
VI.			
II.			
II.			
X.			

Universidade Federal do Tocantins, Campus Araguaína,
_____ dia do mês de _____ de 20__



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

CAMPUS ARAGUAÍNA

LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

CERTIDÃO DE ATIVIDADES DE COORDENAÇÃO DE TCC

O(a) Coordenador(a) do curso de Licenciatura em Geografia, da Universidade Federal do Tocantins, Campus Araguaína, no uso de suas atribuições legais, certifica que o (a) professor (a) _____ no exercício dos semestres _____ coordenou os trabalhos de Conclusão de Curso – TCC, conforme art. 21 do Regulamento CLG N° 002/2009.

Universidade Federal do Tocantins
Campus Araguaína

_____ do mês de _____ de _____



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS ARAGUAÍNA
LICENCIATURA EM GEOGRAFIA**

**REGULAMENTO DO COLEGIADO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA – CLG Nº
001/2009**

Dispõe sobre o Regulamento das Atividades Complementares da Licenciatura em Geografia da Universidade Federal do Tocantins – Campus Araguaína

O Colegiado de Licenciatura em Geografia, do Campus Araguaína, da Universidade Federal do Tocantins - UFT, reunido em sessão do dia 10 de novembro de 2009 resolve:

Art. 1º Normatizar as Atividades Complementares da Licenciatura em Geografia da Universidade Federal do Tocantins – UFT de acordo com o Art. 15º da Resolução Nº 004/2005 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE.

**SESSÃO I
DOS OBJETIVOS**

Art. 2º São objetivos das Atividades Complementares da Licenciatura em Geografia:

Corroborar com a formação profissional do(a) aluno(a) de forma articulada com o Projeto Pedagógico do Curso;

Oportunizar ao(à) aluno(a), experiência em atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão, como elementos necessários à formação docente;

Possibilitar ao(à) aluno(a) a troca de experiências com as demais áreas do conhecimento.

**SESSÃO II
DA CARACTERIZAÇÃO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES**

Art. 3º As Atividades Complementares da Licenciatura em Geografia compõem o núcleo flexível do currículo do curso, sendo indispensável o seu integral cumprimento para colação de grau.

Art. 4º As Atividades Complementares da Licenciatura em Geografia possuem uma carga horária de 210 horas, equivalendo a 14 (quatorze) créditos.

Art. 5º As Atividades Complementares da Licenciatura em Geografia estão organizadas em três modalidades, conforme anexo, a saber:

I. Atividades de Ensino;

II. Atividades de Pesquisa;

III. Atividades de Extensão.

Art. 6º Não poderá ocorrer a duplicidade de aproveitamentos das Atividades Complementares com outros componentes curriculares.

SESSÃO III DA AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Art. 7º - A avaliação das Atividades Complementares realizar-se-á por uma comissão instituída por este Colegiado, que após análise da documentação apresentada pelo(a) discente, emitirá parecer deferindo ou indeferindo cada atividade.

A Comissão será composta por 3 (três) professores(as) efetivos(as) deste Colegiado;

O mandato desta comissão vigorará o prazo de 1(um) ano, podendo o Colegiado prorrogá-lo por igual período;

A comissão reunir-se-á a cada semestre letivo, para avaliar as atividades complementares dos(as) possíveis formandos(as).

Art. 8º O(a) aluno(a) que discordar do parecer de indeferimento poderá solicitar no prazo de três dias, após a publicação da avaliação das Atividades Complementares, revisão do processo a este Colegiado e demais instâncias superiores.

Art. 9º Para efeito de conversão das Atividades Complementares, em créditos, adotar-se-á os seguintes critérios:

§ 1º Será considerada a parte inteira da divisão do número de horas registrada no certificado por 15 (quinze).

§ 2º Para as atividades de cursos de informática e língua estrangeira validar-se-á, no máximo, 07 (sete) créditos, para cada uma delas.

§3º Para os cursos de extensão oferecidos na modalidade EAD, validar-se-á, no máximo, 07 (sete) créditos para cada uma delas.

§4º Casos omissos serão resolvidos por este Colegiado.

SESSÃO V DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 10 Este Regulamento poderá ser alterado a qualquer tempo por este Colegiado, para garantir o bom funcionamento do curso, bem como, atender às exigências constantes nas Diretrizes

Curriculares Nacionais para a Formação de Professores(as) da Educação Básica.

Art. 11 O presente Regulamento entra em vigor a partir de sua aprovação pelo Colegiado de Licenciatura em Geografia, revogando-se as disposições em contrário.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS - UFT
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
FICHA DE AVALIAÇÃO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Aluno(a):

Matrícula:

Curso:

Turno:

Campus:

TIPO	CÓDIGO	NOME DA ATIVIDADE	QTD. Créd.	CH ACUM P/ ATIV**
ENSINO	AC101	I - Disciplinas complementares não previstas no currículo dos Cursos e cursadas na UFT e em outra IES (por disciplina)		
	AC102	II - Atividades de monitoria (por semestre) ;		
	AC103	III - Organizar e ministrar mini-cursos (por mini-curso) ;		
	AC104	IV - Participação como ouvinte em mini-cursos (por mini-curso) ;		
	AC105	V - Cursos nas áreas de informática ou língua estrangeira (por curso) ;		
PESQUISA	AC201	I - Livro Publicado;		
	AC202	II - Capítulo de Livro;		
	AC203	III - Projetos de Iniciação Científica;		
	AC204	IV - Projetos de Pesquisa Institucionais;		
	AC205	V - Artigo publicado como autor (periódico com conselho editorial);		
	AC206	VI - Artigo publicado como co-autor (periódico com conselho editorial);		
	AC207	VII - Artigo completo publicado em anais como autor;		
	AC208	VIII - Artigo completo publicado em anais como co-autor;		
	AC209	IX - Resumo em anais;		
	AC210	X - Participação em grupos institucionais de trabalhos e estudos.		
EXTENSÃO	AC301	I - Autoria e execução de projetos;		
	AC302	II - Participação na organização de eventos (congressos, seminários, workshop, etc.).		
	AC303	III - Participação como conferencista em (conferências, palestras, mesas-redondas, etc.)		
	AC304	IV - Participação como ouvinte em eventos (congressos, seminários, workshop, etc.)		
	AC305	V - Apresentação oral de trabalhos em (congressos, seminários, workshop, etc.)		
	AC306	VI - Participação como ouvinte em (conferências, palestras, mesas-redondas, etc.)		
	AC307	VII - Apresentação de trabalhos em painéis e congêneres em (congressos, seminários, workshop, etc.)		
	AC308	VIII - Participação em oficinas;		
	AC309	IX - Visitas técnicas;		
	AC310	X - Estágios extracurriculares (cada 80 horas);		
	AC311	XI - Representação discente em órgãos colegiados (CONSUNI, CONSEPE, etc. ;)		
	AC312	XII - Representação discente (UNE, UEE, DCE, CAs etc.)		
	AC401	Outras Atividades		

TIPO	CÓDIGO	NOME DA ATIVIDADE	QTD. Créd.	CH ACUM P/ ATIV**
TOTAL GERAL				

Araguaína,

ASS/CARIMBO DO COORDENADOR(A) DE CURSO

Curriculum vitae do corpo docente

Currículo: Alberto Pereira Lopes

Professor: Alberto Pereira Lopes http://lattes.cnpq.br/9254084807806456	
Formação acadêmica: Graduação em Licenciatura Em Geografia Universidade Federal da Paraíba, UFPB, Brasil.	
Qualificação acadêmica: Doutorado em Geografia (Geografia Humana) (Conceito CAPES 7) . Universidade de São Paulo, USP, Brasil. <i>Título:</i> A escravidão por dívida no norte do estado do Tocantins: vidas fora do compasso <i>Orientador:</i> Júlio César Suzuki. Mestrado em Geografia (Conceito CAPES 5) . Universidade Federal de Uberlândia, UFU, Brasil. <i>Título:</i> Depois da Terra, O Desafio Para Permanecer: Assentamento Muricizal - Muricilândia - Tocantins, <i>Ano de Obtenção:</i> 2001. <i>Orientador:</i> Vera Lúcia Salazar Pessoa.	
Titulação máxima: Doutor	Regime de trabalho: Dedicção Exclusiva
Atividades de ensino: Professor atuante na área de Geografia: Geografia Agrária, Prática de Ensino em Geografia e TCC.	
Atividades de pesquisa: Desenvolveu pesquisa para o projeto de tese intitulado – “ E escravidão por dívida no norte do estado do Tocantins: vidas e fora do compasso.” <i>Orientador:</i> Júlio César Suzuki, e participa do NÚCLEO DE ORGANIZAÇÃO ESPACIAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL.	
Atividades de extensão: Apresentação de Mini Curso. A Organização Espacial e Questão Agrária no Brasil. Promoção: Universidade do Centro Oeste do Paraná - Campus de Guarapuava. Período: Agosto-1999 - 15 horas. Função: Ministrante. Participação em Comissões de Organização da Semana Acadêmica e ENGETO. Projeto de Extensão: “Grupo de Estudos e Oficinas em Educação, Cidadania e Direitos Humanos II”.(PROEX)	
Experiência na educação superior: 15 anos.	
Participação em eventos: 10	
Produção intelectual, científica e acadêmica: 22	
Projeção para qualificação/aperfeiçoamento: Pós- Doutorado	

Currículo: Aires José Pereira

Professor: Aires José Pereira http://lattes.cnpq.br/6162898058710276	
Formação acadêmica: Graduação em Geografia	
Qualificação acadêmica: Doutorado em andamento em Geografia (Conceito CAPES 5).Universidade Federal de Uberlândia, UFU, Brasil. Qualificação acadêmica: Mestrado em Arquitetura e Urbanismo (Conceito CAPES 3)Universidade de Brasília, UNB, Brasil. <i>Título:</i> Fronteira Agrícola em Mato Grosso: O Caso de Tangará da Serra, <i>Ano de Obtenção:</i> 1999. <i>Orientador:</i> Prof. Dr. Frank Iaglöte Svennso.	
Titulação máxima: Mestre	Regime de trabalho: Dedicção Exclusiva
Atividades de ensino: Professor atuante na área de Geografia - Geografia Regional e Espaço Mundial, Geografia Urbana e Educação Ambiental.	
Atividades de pesquisa:Projeto de Tese: “Expansão Urbana em Araguaína- TO e seus	

Desdobramentos Sócio-Espaciais: Uma Análise Regional.”(DINTER/UFT/UFU)- vinculado ao Núcleo de Ensino, Planejamento e Gestão Ambiental-NPGA - UFT(pesquisador) e ao NÚCLEO DE ORGANIZAÇÃO ESPACIAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL - UFT(pesquisador) e ao NURBA - Núcleo de Estudos Urbanos, Regionais e Agrários - UFT(pesquisador)
Atividades de extensão: Extensão universitária em Curso Responsabilidade social e Sustentabilidade. (Carga horária: 120h). Universidade Estadual do Ceará. Extensão universitária em VIII Encontro de Geografia do Tocantins. (Carga horária: 40h).Fundação Universidade Federal do Tocantins, UFT, Brasil. Participação em Comissões de Organização da Semana Acadêmica e ENGETO.
Experiência na educação superior: 11 anos
Participação em eventos: 30
Produção intelectual, científica e acadêmica: 159
Projeção para qualificação/aperfeiçoamento: Em processo de doutoramento UFU/UFT (DINTER)

Currículo: Airton Sieben

Professor: Airton Sieben http://lattes.cnpq.br/2737740889266647	
Formação acadêmica: Graduação em Geografia - Licenciatura Plena e Geografia- Bacharelado	
Qualificação acadêmica: Doutorado em andamento em Geografia (Conceito CAPES 5) . Universidade Federal de Uberlândia, UFU, Brasil. <i>Título:</i> População, territorialidade e ambiente: impactos causados pela Usina Hidrelétrica de Estreito na comunidade de Palmatuba em Babaçulândia /TO, <i>Orientador:</i> João Cleps. Mestrado em Geomática (Conceito CAPES 3) . Universidade Federal de Santa Maria, UFSM, Brasil. <i>Título:</i> Manejo integrado do Município de Selbach/RS, <i>Ano de Obtenção:</i> 2004. <i>Orientador:</i> José Sales Mariano da Rocha.	
Titulação máxima: Mestre	Regime de trabalho: Dedicção Exclusiva
Atividades de ensino: Professor atuante na área de Geografia:Geografia da População e dos Movimentos Migratórios e Quantificação em Geografia.	
Atividades de pesquisa: Projeto de Tese: “População, Territorialidade e Ambiente: Impactos da Usina Hidrelétrica do Estreito na Comunidade de Palmatuba em Babaçulândia – TO”.(DINTER/UFT/UFU), vinculado ao Núcleo de Ensino, Planejamento e Gestão Ambiental-NPGA - UFT(pesquisador)	
Atividades de extensão: Extensão universitária , Araguaína, . Atividade de extensão realizada .Agenda 21 de Sampaio. Participação em Comissões de Organização da Semana Acadêmica e ENGETO.	
Experiência na educação superior: 05 anos e meio	
Participação em eventos: 3	
Produção intelectual, científica e acadêmica: 29	
Projeção para qualificação/aperfeiçoamento: Em processo de doutoramento (DINTER)	

Currículo: Carlos Augusto Machado

Professor: Carlos Augusto Machado http://lattes.cnpq.br/1238558127011709	
Formação acadêmica: Graduado em Licenciatura e Bacharel em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1996)	
Qualificação acadêmica: Doutorado em andamento em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia, UFU, Brasil. <i>Título:</i> Gênese e Dinâmica de Depósitos Tecnogênicos na Cidade de Araguaína - TO, <i>Orientador:</i> Silvio Carlos Luiz. Mestrado em Geografia (Conceito CAPES 5) . Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Brasil. <i>Título:</i> Análise Sistemática do Manejo Integrado das Microbacias Hidrográficas Águas das Flores e do Barbado, no Município de Florínea - SP, <i>Ano de Obtenção:</i> 2001. <i>Orientador:</i> Hideo Sudo.	
Titulação máxima: Mestre	Regime de trabalho: Dedicação Exclusiva
Atividades de ensino: Professor atuante na área de Geografia: Hidrografia, Biogeografia e Geoecologia do Cerrado.	
Atividades de pesquisa: Projeto de Tese: “Gênese e Dinâmica de Depósitos tecnogênicos na Área Urbana de Araguaína (TO)”.(DINTER/UFT/UFU) vinculado ao Núcleo de Ensino, Planejamento e Gestão Ambiental-NPGA - UFT	
Atividades de extensão: Participação em Comissões de Organização da Semana Acadêmica e ENGETO.	
Experiência na educação superior: 09 anos	
Participação em eventos: 4	
Produção intelectual, científica e acadêmica: 1 capítulo de livro publicado e 3 artigos completos publicados em periódicos.	
Projeção para qualificação/aperfeiçoamento: Doutorado em andamento em Geografia - UFU(Conceito CAPES 5) .	

Currículo: Daniel Vater de Almeida

Professor: Daniel Vater de Almeida http://lattes.cnpq.br/6021287176557902	
Formação acadêmica: Graduação em Geografia	
Qualificação acadêmica: Doutorado em andamento em Geografia (Conceito CAPES 5) . Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Brasil. <i>Título:</i> “As influências do pensamento geográfico na formação do Urbanismo: a presença do Possibilismo e Determinismo Ambiental, junto ao Plano Agache, para a Cidade do Rio de Janeiro”. <i>Orientador:</i> Heloísa Soares de Moura Costa. Mestrado em Geografia. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ, Brasil. <i>Título:</i> Alfred Agache e o aparelho respiratório da cidade: Concepções, proposições e realizações de espaços públicos de lazer no primeiro plano de extensão, remodelação e embelezamento da Capital Federal, Ano de Obtenção: 2006. <i>Orientador:</i> Gilmar Mascarenhas de Jesus.	
Titulação máxima: Mestre	Regime de trabalho: Dedicação Exclusiva
Atividades de ensino: Professor atuante na área de Geografia: Estágio Supervisionado no Ensino	

Fundamental e Médio e Prática de Ensino em Geografia no Ensino Fundamental e Médio.
Atividades de pesquisa: Projeto de Tese: “As influências do pensamento geográfico na formação do Urbanismo: a presença do Possibilismo e Determinismo Ambiental, junto ao Plano Agache, para a Cidade do Rio de Janeiro”, vinculado ao NÚCLEO DE ORGANIZAÇÃO ESPACIAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL – UFT (pesquisador)
Projeto de Pesquisa: “A Gênese da formação dos professores(as) de Geografia no município de Araguaína/TO” (PROPESQ)
Atividades de extensão: Organização da II Semana Acadêmica de Geografia e X ENGETO
Projeto de Extensão: “Grupo de Estudos e Oficinas em Educação, Cidadania e Direitos Humanos II”.(PROEX)
Experiência na educação superior: 05 meses
Participação em eventos: 29
Produção intelectual, científica e acadêmica: 09
Projeção para qualificação/aperfeiçoamento: Doutourando pelo Programa de Pós-graduação Stricto-sensu em Geografia do Instituto de Geociências da UFMG – Fase 1: Defesa de Projeto de Doutorado prevista para a primeira semana de Novembro de 2009.

Currículo: Elias da Silva

Professor: Elias da Silva http://lattes.cnpq.br/1144427559245612	
Formação acadêmica: Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso (1993).	
Qualificação acadêmica: Doutorado em andamento - Geografia (Geografia Humana) (Conceito CAPES 7) . Universidade de São Paulo, USP, Brasil.	
Mestrado em Geografia (Conceito CAPES 7) . Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Brasil. <i>Título:</i> O papel da cidade de Rondonópolis no complexo Agroindustrial no sudeste de Mato Grosso, <i>Ano de Obtenção:</i> 2001. <i>Orientador:</i> Dr ^a Julia Adão Bernardes.	
Titulação máxima: Mestre.	Regime de trabalho: Dedicção Exclusiva
Atividades de ensino : Professor atuante na área de Geografia: História do Pensamento Geográfico, Teoria e Método, Metodologia de Projetos Científicos em Geografia.	
Atividades de pesquisa: Projeto de Tese: “ O papel da cidade de Rondonópolis no contexto de estruturação e desenvolvimento do complexo agroindustrial de Mato Grosso: Reflexos no Tocantins”, vinculado ao Núcleo de Ensino, Planejamento e Gestão Ambiental-NPGA - UFT(pesquisador).	
Atividades de extensão: Participação em Comissões de Organização da Semana Acadêmica e ENGETO.	
Experiência na educação superior: 11 anos	
Participação em eventos: 4	
Produção intelectual, científica e acadêmica: 6	
Projeção para qualificação/aperfeiçoamento: Doutorando em Geografia pela USP-SP.	

Currículo: Eliseu Pereira de Brito

Professor: Eliseu Pereira de Brito http://lattes.cnpq.br/9427367080929062	
Formação acadêmica: Graduação em Licenciatura em Geografia e Bacharelado.	
Qualificação acadêmica: Mestrado em Geografia (Conceito CAPES 3) . Universidade Federal da Grande Dourados, UFGD, Brasil. <i>Título:</i> O papel de Palmas na rede de integração regional, <i>Ano de Obtenção:</i> 2009. <i>Orientador:</i> Lisandra Pereira Lamoso.	
Titulação máxima: Mestre	Regime de trabalho: Dedicção Exclusiva
Atividades de ensino: Professor atuante na área de Geografia: Geografia da Econômica, Geografia da Amazônia e Geografia do Tocantins.	
Atividades de pesquisa: Projetos de Pesquisa: “Rede de localidades centrais do Tocantins” - (PROEST) “A formação do centro urbano de Palmas” - (PROPESQ)	
Atividades de extensão: Participação na Comissão de Organização do Simpósio do Núcleo de Estudos Urbanos, Regionais e Agrários - NURBA. Participação nas Comissões de Organização da Semana Acadêmica e ENGETO.	
Experiência na educação superior: 09 meses.	
Participação em eventos: 20	
Produção intelectual, científica e acadêmica: 49	
Projeção para qualificação/aperfeiçoamento: Previsão de doutorado em 2013.	

Currículo: Fátima Maria de Lima

Professora: Fátima Maria de Lima http://lattes.cnpq.br/7179472417445749	
Formação acadêmica: Possui graduação de Licenciatura em História pela Universidade Federal da Paraíba (1993) e graduação em Direito pela Universidade Estadual da Paraíba (1991).	
Qualificação acadêmica: Mestrado em Educação (Conceito CAPES 5) . Universidade Federal de Goiás, UFG, Brasil. <i>Título:</i> Políticas Públicas para Infância Pobre no Tocantins: Programa Pioneiros Mirins de Araguaína, <i>Ano de Obtenção:</i> 2003. <i>Orientador:</i> Arlene Carvalho de Assis Clímaco.	
Titulação máxima: Mestre	Regime de trabalho: Dedicção Exclusiva
Atividades de ensino : Professora atuante na área de Educação: Política, Legislação e Organização da Educação Básica, História da Educação e Metodologia da Pesquisa.	
Projetos de pesquisa : <u>Violência intrafamiliar praticada contra crianças e adolescentes de 0 a 18 anos de idade no Tocantins: em foco os casos atendidos pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) de Araguaína (2007-2008)</u> <u>Violência intrafamiliar praticada contra crianças de 0 a 6 anos de idade no Tocantins: em foco os casos atendidos pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social(CREAS) de Araguaína (2007-2008), vinculado ao NÚCLEO DE ORGANIZAÇÃO ESPACIAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL – UFT(pesquisadora).</u>	

Atividades de extensão: Projeto de Extensão: “Grupo de Estudos e Oficinas em Educação, Cidadania e Direitos Humanos”.(PROEX) Participação em Comissões de Organização da Semana Acadêmica e ENGETO. Projeto de Extensão: “Grupo de Estudos e Oficinas em Educação, Cidadania e Direitos Humanos II”.(PROEX)
Experiência na educação superior: 15 anos.
Participação em eventos: 28
Produção intelectual, científica e acadêmica: 54
Projeção para qualificação/aperfeiçoamento: Doutorado em agosto de 2010.

Currículo: Jacira Garcia Gaspar

Professora: Jacira Garcia Gaspar http://lattes.cnpq.br/6874015431416374	
Formação acadêmica: Licenciatura e Bacharelado em Geografia pela Universidade Federal da Paraíba (1977)	
Qualificação acadêmica: Doutorado em andamento em Ciências da Educação pela Universidade de Lisboa – Portugal Título: “Estudo da Contribuição do Ensino Superior no Desenvolvimento de um Pólo Regional – Araguaína -TO” (Universidade de Lisboa/Portugal). Orientador: Belmiro Gil Cabrito Mestrado em Geografia (Conceito CAPES 5) . Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, Brasil. Título: Araguaína e sua região: saúde como reforço da polarização., Ano de Obtenção: 2002. Orientador: Nilson Cortez Crôcia de Barros. Bolsista do(a): Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES, Brasil.	
Titulação máxima: Mestre	Regime de trabalho: Dedicação Exclusiva
Atividades de ensino: Professora atuante na área de Geografia: Geografia Urbana, Estágio Investigativo I e Estágio Investigativo II.	
Atividades de pesquisa: Projeto de Tese: “Estudo da Contribuição do Ensino Superior no Desenvolvimento de um Pólo Regional – Araguaína -TO” (UL/PT)NÚCLEO DE ORGANIZAÇÃO ESPACIAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL – UFT (pesquisadora)	
Atividades de extensão: Extensão universitária, MT/FAT/SETAS/UNITINS. Atividade de extensão realizada COORDENADORA REGIONAL DE ARAGUÍNA-PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL. Extensão universitária, UNITINS. Atividade de extensão realizada COORDENADORA DA ATIVIDADE DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL- TOCNATINS NA PRAIA. Extensão universitária, UNITINS. Atividade de extensão realizada COORDENADORA DO PROJ. DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL- PRESERVAR PARA DESENVOLVER Participação em Comissões de Organização da Semana Acadêmica e ENGETO.	
Experiência na educação superior: 28 anos	
Participação em eventos: 18	
Produção intelectual, científica e acadêmica: 11	
Projeção para qualificação/aperfeiçoamento: Em processo de doutoramento pela Universidade de	

Lisboa Portugal.

Currículo: Jean Carlos Rodrigues

Professor: Jean Carlos Rodrigues http://lattes.cnpq.br/1183907068711284	
Formação acadêmica: graduação em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina (2000).	
Qualificação acadêmica: Doutorado em Geografia. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Brasil. <i>Título:</i> Estado do Tocantins: política e religião na construção do espaço de representação tocantinense, <i>Ano de Obtenção:</i> 2008. Orientador: Jayro Gonçalves Melo. Mestrado em Geografia (Conceito CAPES 5) . Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Brasil. <i>Título:</i> A articulação de escalas geográficas para a interpretação do contexto religioso evangélico pentecostal: o caso de Londrina (PR), <i>Ano de Obtenção:</i> 2003. Orientador: Jayro Gonçalves Melo.	
Titulação máxima: Doutor	Regime de trabalho: Dedicação Exclusiva
Atividades de ensino : Professor atuante na área de Geografia: Geografia Cultural , Geografia Regional do Brasil e Geografia da Religião.	
Atividades de pesquisa: “Estudo das representações do espaço cultural tocantinense: uma abordagem sobre o território, patrimônio e identidade”.(PROPESQ), vinculado ao NÚCLEO DE ORGANIZAÇÃO ESPACIAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL - UFT(pesquisador) Território, Cultura e Representação - UFPR(pesquisador)	
Atividades de extensão: RODRIGUES, J. C. ; MAGALHÃES, Hilda Gomes Dutra . I Seminário do PIBID: os desafios da interdisciplinaridade. 2009. (Outro). RODRIGUES, J. C. ; VASCONCELOS FILHO, João Manoel de ; LIMA, Fátima Maria de . I Semana Interdisciplinar de Educação em Direitos Humanos. 2008. (Outro). RODRIGUES, J. C. ; VASCONCELOS FILHO, João Manoel de . Encontro de Geografia do Tocantins. 2006. (Outro). Participação em Comissões de Organização da Semana Acadêmica e ENGETO. Projeto de Extensão: “Grupo de Estudos e Oficinas em Educação, Cidadania e Direitos Humanos II”.(PROEX)	
Experiência na educação superior: 06 anos e 04 meses	
Participação em eventos: 56	
Produção intelectual, científica e acadêmica: 53	
Projeção para qualificação/aperfeiçoamento: Pós-Doutorado em 2014.	

Currículo: João Manoel de Vasconcelos Filho

Professor: João Manoel de Vasconcelos Filho http://lattes.cnpq.br/9442660520460064	
Formação acadêmica: Possui graduação (Bacharelado) em Geografia pela Universidade graduação (Licenciatura) em Geografia pela Universidade Federal da Paraíba (2001).	
Qualificação acadêmica: Qualificação acadêmica: Doutorado em andamento em Geografia (Conceito CAPES 5). Universidade Federal de Uberlândia, UFU, Brasil. Mestrado em Geografia (Conceito CAPES 5) . Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, Brasil. <i>Título:</i> A produção e reprodução do espaço urbano no litoral norte de João Pessoa: a atuação dos agentes imobiliários, <i>Ano de Obtenção:</i> 2004. Orientador: Beatriz Maria Soares Pontes. Especialização em Especialização em geografia e gestão Territorial. (Carga Horária: 480h). Universidade Federal da Paraíba, UFPB, Brasil.	
Titulação máxima: Mestre	Regime de trabalho: Dedicação Exclusiva
Atividades de ensino : Professor atuante na área de Geografia: Geografia Política, Geografia Urbana e Análise em Categorias Geográficas.	

Atividades de pesquisa: Projeto de Tese: “Moradia e Direito à Cidade em Araguaína -TO: O Discurso da Implantação de Políticas Públicas Habitacionais na Perspectiva de Construção de Cidades Democráticas”. (DINTER/UFT/UFU) vinculado ao Grupo de Pesquisa Espaço e Poder - UFRN (pesquisador) NÚCLEO DE ORGANIZAÇÃO ESPACIAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL - UFT(líder)
Atividades de extensão: Participação em Comissões de Organização da Semana Acadêmica e ENGETO. Projeto de Extensão: “Grupo de Estudos e Oficinas em Educação, Cidadania e Direitos Humanos II”.(PROEX)
Experiência na educação superior: 06 anos
Participação em eventos: 18
Produção intelectual, científica e acadêmica: 29
Projeção para qualificação/aperfeiçoamento: Em processo de doutoramento (DINTER).

Currículo: Luciano da Silva Guedes

Professor: Luciano da Silva Guedes http://lattes.cnpq.br/9148805784940137	
Formação acadêmica: Possui Graduação em Geografia (Bacharelado) pela Universidade Federal da Paraíba (1999).	
Qualificação acadêmica: Mestrado em Geodinâmica e Geofísica . Universidade Federal do Rio Grande do Norte, UFRN, Brasil. Título: Monitoramento Geoambiental do Estuário do Rio Paraíba-PB por meio da Cartografia Temática Digital e da Integração de Dados Georeferenciados, Ano de Obtenção: 2002. Orientador: Venerando Eustáquio Amaro.	
Titulação máxima: Mestre	Regime de trabalho: Dedicação Exclusiva
Atividades de ensino: Professor atuante na área de Geografia:Climatologia, Sensoriamento Remoto e Cartografia	
Atividades de pesquisa:Proposta de Projeto de Tese:“ O uso do Geoprocessamento na elaboração de propostas e diretrizes para uma compartimentação das unidades fisiográficas no município de Araguaína, visando subsidiar programas de desenvolvimento local.” Núcleo de Ensino, Planejamento e Gestão Ambiental-NPGA - (líder)	
Atividade de extensão: Projeto de Extensão Brincadeira de Capoeira - PROEX/UFT. Extensão universitária , Ministério do Meio Ambiente - MMA, .Atividade de extensão realizada - Projeto Sala Verde.	
Participação em Comissões de Organização da Semana Acadêmica e ENGETO.	
Experiência na educação superior: 07 anos	
Participação em eventos: 11	
Produção intelectual, científica e acadêmica: 34	
Projeção para qualificação/aperfeiçoamento: Previsão de doutorado em 2010.	

Currículo: Luís Eduardo Bovolato

Professor: Luís Eduardo Bovolato http://lattes.cnpq.br/8878267763069104	
Formação acadêmica: Possui graduação em Geologia pela Universidade Federal de Mato Grosso (1988).	
Qualificação acadêmica: Doutorado em Geografia [Pres. Prudente] (Conceito CAPES 5). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Brasil. <i>Título:</i> Uso e Gestão de Águas Subterrâneas em Araguaína/TO., <i>Ano de Obtenção:</i> 2007. <i>Orientador:</i> João Osvaldo Rodrigues Nunes.	
Mestrado em Geografia (Conceito CAPES 5) . Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Brasil. <i>Título:</i> Avaliação das Condições Sanitárias das Águas de Poços Rasos da Área Urbana de Araguaína e Suas Possíveis Relações com o Atual Quadro de Saúde Pública, <i>Ano de Obtenção:</i> 1998. <i>Orientador:</i> Prof. Dr. Alvanir de Figueiredo.	
Titulação máxima: Doutor	Regime de trabalho: Dedicação Exclusiva
Atividades de ensino: Professor atuante na área de Geografia: Geologia, Geomorfologia e Planejamento Ambiental.	
Atividades de pesquisa: Pesquisa e desenvolvimento, Campus Universitário de Araguaína, vinculado as Linhas de pesquisa saneamento ambiental e recursos hídricos .	
Atividades de extensão: Atividade de extensão realizada Disseminação de informações sobre contaminação do lençol freático e possíveis agravos a saúde; e Extensão universitária, Campus Universitário de Araguaína, Atividade de extensão realizada Projeto de Alfabetização "Por um Brasil Alfabetizado".	
Participação em Comissões de Organização da Semana Acadêmica e ENGETO.	
Experiência na educação superior: 20 anos	
Participação em eventos: 03	
Produção intelectual, científica e acadêmica: 13	
Projeção para qualificação/aperfeiçoamento: Pós-Doutorado em 2013.	

Currículo: Marivaldo Cavalcante da Silva

Professor: Marivaldo Cavalcante da Silva http://lattes.cnpq.br/1933607389573499	
Formação acadêmica: Possui graduação em Licenciatura Plena em Geografia pela Universidade Estadual da Paraíba (2002).	
Qualificação acadêmica: Doutorado em andamento em Geografia (Conceito CAPES 5). Universidade Federal de Uberlândia, UFU, Brasil. <i>Título:</i> INTERAÇÃO CLIMA E SAÚDE HUMANA COM ÊNFASE AS PRÁTICAS DE QUEIMADAS URBANAS NO PERÍODO DE AGOSTO A OUTUBRO E 2009 EM ARAGUAÍNA-TO, <i>Orientador:</i> Samuel do Carmo Lima.	
Mestrado em Geografia (Conceito CAPES 3) . Universidade Federal da Paraíba, UFPB, Brasil. <i>Título:</i> Degradação ambiental na Reserva Ecológica Estadual da Mata do Pau Ferro - Areia/PB, <i>Ano de Obtenção:</i> 2007. <i>Orientador:</i> Eduardo Rodrigues Viana de Lima.	
Titulação máxima: Mestre	Regime de trabalho: Dedicação Exclusiva
Atividades de ensino : Professor atuante na área de Geografia: Recursos Naturais e Meio Ambiente, Solos Tropicais e Uso da Terra e Geoecologia do Cerrado.	

Atividades de pesquisa: Projeto de Tese : “Interação Clima e Saúde Humana com Ênfase as Práticas de Queimadas Urbanas no Período de Agosto a Outubro de 2009 em Araguaína – TO”.(DINTER/UFT/UFU)- vinculado ao Núcleo de Ensino, Planejamento e Gestão Ambiental-NPGA - UFT (pesquisador)
Atividades de extensão: Extensão universitária em RESPONSABILIDADE SOCIAL E SUSTENTABILIDADE. (Carga horária: 120h). Universidade Estadual do Ceará. Participação em Comissões de Organização da Semana Acadêmica e ENGETO.
Experiência na educação superior: 03 anos e 02 meses.
Participação em eventos: 19
Produção intelectual, científica e acadêmica: 28
Projeção para qualificação/aperfeiçoamento: Doutorado em andamento em Geografia (Conceito CAPES 5) . Universidade Federal de Uberlândia, UFU.

Currículo: Rejane de Aquino Dias

Professor: Rejane de Aquino Dias	
http://lattes.cnpq.br/9373413855443025	
Formação acadêmica: Possui graduação em Pedagogia pela Universidade São Francisco (1988).	
Qualificação acadêmica: Qualificação acadêmica: Doutorado em andamento em Geografia (Conceito CAPES 5).Universidade Federal de Uberlândia, UFU, Brasil. Mestrado em Educação (Conceito CAPES 4) . Universidade São Francisco, USF, Brasil. <i>Título:</i> Formação Continuada: Uma proposta para os profissionais de educação básica do Estado do Tocantins, <i>Ano de Obtenção:</i> 2002. <i>Orientador:</i> José Camilo dos Santos Filho.	
Especialização em Planejamento Educacional Faculdades Integradas de São Gonçalo. <i>Título:</i> Planejamento Educacional.	
Titulação máxima: Mestre	Regime de trabalho: Dedicação Exclusiva
Atividades de ensino : Professora atuante na área de Educação: Didática, Estágio e Sociologia da Educação.	
Atividades de pesquisa: Projeto de Tese: “Gestão e estágio supervisionado: didática e a busca da eficiência no ensino de Geografia da Universidade Federal do Tocantins”.(DINTER/UFT/UFU), Vinculado ao Núcleo de Gestão, política e educação – UFT (líder), e ao Núcleo de Ensino, Planejamento e Gestão Ambiental-NPGA - UFT(pesquisadora)	
Atividades de extensão: DIAS, R. A. ; Lima, Fátima Maria ; OLIVEIRA FILHO, S. F. . I Semana acadêmica de Geografia. 2007. (Congresso). DIAS, R. A. ; Bertolin, Aparecido Osdimir . Fórum Plano Diretor. 2007. (Congresso). Participação em Comissões de Organização da Semana Acadêmica e ENGETO.	
Experiência na educação superior: 20 anos	
Participação em eventos: 06	
Produção intelectual, científica e acadêmica: 03	
Projeção para qualificação/aperfeiçoamento: Em processo de doutoramento (DINTER/UFU/UFT).	

Currículo: Severino Francisco de Oliveira Filho

Professor: Severino Francisco de Oliveira Filho http://lattes.cnpq.br/8407166328437586	
Formação acadêmica: Bacharelado em Geografia (1989). Em 1999 obteve a Licenciatura Plena em Disciplinas do Ensino Básico (Antigo Esquema I) com habilitação em Geografia, pela Universidade Estadual do Ceará – UECE.	
Qualificação acadêmica: Doutorando em andamento - Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE.	
Mestrado em Geografia (Conceito CAPES 5). Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, Brasil. Título: Identificação de áreas degradadas no município de Tabuleiro do Norte - CE, com ênfase às formações de floresta dicótilo/palmácea, Ano de Obtenção: 2003. Orientador: Eugênia Cristina Gonçalves Pereira.	
Titulação máxima: Mestre	Regime de trabalho: Dedicação Exclusiva
Atividades de ensino: Professor atuante na área de Geografia: Geografia do Turismo, Geologia e Cartografia.	
Atividades de pesquisa: Projeto de Tese: “Degradação em Ambiente Rural na Chapada da Apodi Conseqüente de Pluriatividades”.(UFPE – Doutorado em Geografia) vinculado ao Núcleo de Ensino, Planejamento e Gestão Ambiental-NPGA - UFT(líder)	
Atividades de extensão:	
Participação em Comissões de Organização da Semana Acadêmica e ENGETO.	
Experiência na educação superior: 10 anos.	
Participação em eventos: 22	
Produção intelectual, científica e acadêmica: 21	
Projeção para qualificação/aperfeiçoamento: Em processo de doutoramento pela UFPE.	